



EDIÇÃO ESPECIAL:



III CONGRESSO INTERSETORIAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
NO SISTEMA PRISIONAL



Editora geral:

- Lia Gonçalves Possuelo
*Universidade de Santa Cruz do Sul,
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.*

Editora executiva:

- Andréia Rosane Moura Valim,
*Universidade de Santa Cruz do Sul,
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.*

Editores Associados:

- Marcelo Carneiro
*Universidade de Santa Cruz do Sul,
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.*

- Luciana de Souza Nunes
*Universidade Federal do Pampa,
Uruguaiana, RS, Brasil.*

- Nathalia Halax Orfão
*Fundação Universidade Federal de
Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil.*

Produção Editorial

Secretaria Executiva:

- Ana Laura Oliveira de Carli
*Universidade de Santa Cruz do Sul,
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.*

- Bruna Danyelle Duarte Machado
*Universidade de Santa Cruz do Sul,
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.*

Tradução e Revisão de Texto (inglês)

- Sonia Maria Strong
(colaboradora)

Revisão de Texto (espanhol):

- Prioridade Excelência em Tradução

Diagramação:

- Álvaro Ivan Heming
(colaborador)

Normalização bibliográfica:

- Fabiana Lorenzon Prates
*Universidade de Santa Cruz do Sul,
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.*

Editoração eletrônica:

- Jorge Luiz Schmidt
Editora da Unisc, EDUNISC.

Conselho Editorial:

- Alberto Novaes Ramos Junior
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Alvaro Antonio Bandeira Ferraz
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Andréa Lúcia Gonçalves da Silva
Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.
- Andreza Francisco Martins
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Antonio Ruffino Netto
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Bruno Pereira Nunes
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
- Claudia Maria Antunes Uchôa Souto Maior
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Clodoaldo Antônio De Sá
Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, SC, Brasil.
- Daphne Rattner
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Diego Rodrigues Falci
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Eliane Carlosso Krummenauer
Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.
- Gisela Unis
Hospital Sanatório Partenon, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Guilherme Augusto Armond
Universidade Federal de Minas Gerais, Hospital das Clínicas, MG, Brasil.
- Heloisa Helena Karnas Hoefel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Irene Clemes Kulkamp Guerreiro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Ivy Bastos Ramis
Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil
- Julio Henrique Rosa Croda
Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil.
- Lessandra Michelim
Universidade de Caxias do Sul, Hospital Geral de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil.
- Magno Conceição das Mercês
Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Marcia Regina Eches Perugini
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.
- Mariana Soares Valença
Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
- Nadia Mora Kuplich
Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil
- Pedro Eduardo Almeida Silva
Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil.
- Rita Catalina Caregnato
Universidade Federal Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Suely Mitoi Ykko Ueda
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Suzane Beatriz Frantz Krug
Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.
- Suzanne Frances Bradley
University of Michigan Geriatrics Center, Ann Arbor, MI, Estados Unidos da América.
- Thiago Prado Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Valéria Saraceni
Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

R454 Revista de epidemiologia e controle de infecção [recurso eletrônico] / Núcleo Hospitalar de Epidemiologia do Hospital Santa Cruz, Programa de Pós Graduação em Promoção da Saúde. Vol. 15, Supl. 2 (2025) - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2025.

Dados eletrônicos.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://www.unisc.br/edunisc>>

Trimestral

eISSN 2238-3360

Temas: 1. Epidemiologia - Periódicos. 2. Microbiologia - Periódicos.

3. Doenças transmissíveis - Periódicos.

I. Núcleo Hospitalar de Epidemiologia do Hospital Santa Cruz. II. Título.

CDD: 614.405

Catálogo: Bibliotecária Jorcenita Alves Vieira CRB – 10/1319

SUMÁRIO

COMISSÕES CONGRESSO	9
EDITORIAL	10

TRABALHOS

INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS EM GRUPOS FOCALIS COM POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO	10
GESTORES DE SAÚDE E DA SEGURANÇA: UM OLHAR SOBRE A PNAISP EM MATO GROSSO	11
ROMPENDO BARREIRAS PARA O DIAGNÓSTICO DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL DE MATO GROSSO	12
O ACESSO A SAÚDE COMO PILAR PARA O TRATAMENTO PENAL	12
ESTRATÉGIAS DE CUIDADO PARA FUTUROS PROFISSIONAIS DO SISTEMA PRISIONAL: OFERTA DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICS) NO SISTEMA PRISIONAL DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DA MATA ESCURA DE SALVADOR, BAHIA	13
OFICINA DE REDAÇÃO PARA O ENCCEJA: RESIGNIFICANDO O FUTURO NAS PRISÕES DA 1ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RS	14
MULHERES QUE CUIDAM: REDE, EMPODERAMENTO E RESISTÊNCIA	14
ROMPENDO GRADES COM ARTE, EMPATIA E ORGULHO	15
PALAVRAS QUE LIBERTAM: REFLEXÃO E CIDADANIA NO SISTEMA PRISIONAL	15
AGOSTO LILÁS NO CÁRCERE: HOMENS EM REFLEXÃO	16
ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM PROCEDIMENTO DE DESSENSIBILIZAÇÃO À PENICILINA EM PACIENTE PRIVADO DE LIBERDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM HOSPITAL DE ENSINO	17
CUIDADO HUMANIZADO EM SAÚDE MENTAL NO CÁRCERE: ABORDAGENS INTEGRATIVAS PSICOMOCIONAIS	17
ATENÇÃO PRIMÁRIA PRISIONAL: DESAFIOS DA GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE EM MUNICÍ-	

PIOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE	18
O SUS DENTRO DA PRISÃO: VÍNCULO E CUIDADO ONDE A VIDA É VIGIADA	18
O TRABALHO NÃO REMUNERADO COMO CRITÉRIO DE REMIÇÃO DE PENA PARA AS MULHERES ENCARCERADAS	19
RODAS DE CONVERSA EM UNIDADES PRISIONAIS FEMININAS: FOCO NA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA	20
PRESOS TRABALHADORES EM MOVIMENTO: A GINÁSTICA LABORAL COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE	20
A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ESPAÇO DE CUIDADO NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	21
IMPLEMENTAÇÃO DE UM GRUPO DE RESPONSABILIZAÇÃO NO CONTEXTO DAS ALTERNATIVAS PENAIS: CRIMES DE TRÂNSITO	21
MESES TEMÁTICOS E O ACESSO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE PARA PRISIONEIRO E VISITANTES ...	22
VOZES PERIFÉRICAS — DIÁLOGOS E REFLEXÕES A PARTIR DA LEITURA DE LETRAS DE RAP	22
ADAPTAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS APENADOS	23
“MÃOS AMIGAS: PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA EM SAÚDE GINECOLÓGICA PARA MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE”	24
ENCONTROS LGBTQI+: REFLEXÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS NO CÁRCERE	24
A ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NOS GRUPOS REFLEXIVOS DE ALTERNATIVAS PENAIS: INTEGRAÇÃO ENTRE DIREITO, PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL	25
FILHOS DO CÁRCERE: PROTEÇÃO INTEGRAL E REALIDADES DO SISTEMA PRISIONAL FEMININO NO RS	26
A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA NO SISTEMA PRISIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	26
ADEQUAÇÕES NO PRIMEIRO ANO DA UNIDADE PSIQUIÁTRICA DO CENTRO DE CUSTÓDIA HOSPITAL VILA NOVA	27

TRABALHOS

- APRENDENDO INGLÊS COM MÚSICA: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NO CONTEXTO PRISIONAL** 27
- ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL: EXPERIÊNCIA DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO CÁRCERE** 28
- ENTRE GRADES E PAINÉIS: O TRABALHO DE APENADOS EM UMA COZINHA PRISIONAL** 29
- RESSOCIALIZAÇÃO E SUPORTE: O TRABALHO PRISIONAL DURANTE AS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL** 29
- DESAFIOS NA LINHA DE CUIDADO DA PESSOA VIVENDO COM HIV/AIDS EM UMA PENITENCIÁRIA MASCULINA** 30
- DESAFIOS DO TRATAMENTO DE MULHERES TRANS EM PENITENCIÁRIAS MASCULINAS: SAÚDE, DIREITOS E CONTROLE SOCIAL** 31
- QUANDO O CUIDADO SE REFAZ: PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMO REFÚGIO DA EQUIPE DE SAÚDE PRISIONAL** 31
- ENTRE JALECOS E FARDAS: A COEXISTÊNCIA DA SAÚDE E SEGURANÇA NO AMBIENTE PRISIONAL** 32
- ENTRE GRADES E INIQUIDADES: O RACISMO NO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO** 33
- RESSOCIALIZAÇÃO PELO ESTUDO E TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL: EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO PENAL DE CHARQUEADAS** 33
- USO DAS TECNOLOGIAS EM CONTEXTOS PENITENCIÁRIOS: ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO EM SAÚDE E CUIDADOS NA ENFERMAGEM** 34
- DESCONTINUIDADE ASSISTENCIAL: TRANSFERÊNCIAS, FUGAS E ABANDONO DE TRATAMENTO** 35
- ENVELHECER ATRÁS DAS GRADES: DESAFIOS E INVISIBILIDADES DA SAÚDE DE PRESOS IDOSOS** 35
- USO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS EM CONTEXTO PRISIONAL: REALIDADE DA PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE OSÓRIO** 36
- IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO RAIOS-X NA DETECÇÃO DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM PRESÍDIOS: UM ESTUDO NA PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE OSÓRIO** 37
- ENFERMAGEM EM AÇÃO - ATIVIDADE TERAPÊUTICA: "A ÁRVORE DA RENOVAÇÃO"** 38
- ENVELHECIMENTO NO SISTEMA PRISIONAL: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E IMPACTOS NA SAÚDE** 38
- GUIA DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE** 39
- RASTREAMENTO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM PRIVADOS DE LIBERDADE DE UMA PENITENCIÁRIA DO RS** 39
- TESTES RÁPIDO PARA INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS COMO UMA FERRAMENTA DE CUIDADO COM JOVENS EM VULNERABILIDADE** 40
- COMUNICAÇÃO QUE CUIDA: O PAPEL DO ENDOMARKETING NA VALORIZAÇÃO E BEM-ESTAR DOS TRABALHADORES PENITENCIÁRIOS** 41
- ENTRE NECESSIDADE E INVISIBILIDADE: UMA REVISÃO SOBRE A ASSIMETRIA NO APOIO PSICOSSOCIAL À POLÍCIA PENAL** 42
- CONSULTA DE ENFERMAGEM NO CONTEXTO PRISIONAL: EXPERIÊNCIA ACADÊMICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E INTEGRALIDADE** 42
- OFICINAS DE PREPARAÇÃO PARA A LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA** 43
- COINFECÇÃO TUBERCULOSE/HIV EM UM PRESÍDIO ESTADUAL DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL** 44
- A CULTURA GAÚCHA COMO DISPOSITIVO DE REINserÇÃO SOCIAL NO PRESÍDIO ESTADUAL DE JÚLIO DE CASTILHOS** 44
- GESTÃO E CUIDADO EM SAÚDE PRISIONAL: PLANEJAMENTO, SEGURANÇA E MULTIDISCIPLINARIEDADE EM UMA UBS** 45
- QUALIFICAÇÃO DA TRIAGEM EM UMA UBS PRISIONAL: MULTIDISCIPLINARIEDADE, INTERVENÇÕES E ENCAMINHAMENTOS** 46
- TUBERCULOSE RECIDIVANTE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: TENDÊNCIAS TEMPORAIS E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA** 46
- NARRATIVAS DA PRISÃO: A INVENÇÃO DO SUJEITO EM UM GRUPO TERAPÊUTICO** 47

TRABALHOS

- O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO HOSPITALAR EM UMA UNIDADE DE SAÚDE MENTAL PRISIONAL 48
- URGÊNCIAS ODONTOLÓGICAS EM CONTEXTO PRISIONAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ATENÇÃO À SAÚDE 48
- REGIME SEMIABERTO HARMONIZADO E O TRABALHO PRISIONAL 49
- VULNERABILIDADE À TUBERCULOSE NO CÁRCERE: ANÁLISE COMPARATIVA RETROSPECTIVA DE RESULTADOS POSITIVOS NO SUL DO BRASIL ... 50
- JUSTIÇA RESTAURATIVA E CÍRCULOS DA PAZ NA PENITENCIÁRIA DE VENÂNCIO AIRES 50
- OFICINAS DE TRABALHO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE SANTA MARIA: CAPACITAÇÃO, REINSERÇÃO E TRABALHO PRISIONAL 51
- RELATO DE EXPERIÊNCIA: USO DE DADOS E FERRAMENTAS DIGITAIS PARA A GESTÃO NO SISTEMA PRISIONAL 52
- RELATO DE EXPERIÊNCIA: CUIDADO EM SAÚDE MENTAL A SERVIDORES PENITENCIÁRIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO 52
- PARTICIPAÇÃO DA UBS PRISIONAL NA TRIAGEM EM MASSA PARA DOENÇAS INFECCIOSAS NA PEVA 53
- POLÍTICA HIV/AIDS/IST E HEPATITES VIRAIS INTEGRADA AO SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL DE SANTA MARIA 53
- ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL 54
- OFICINA PREPARATÓRIA PARA O ENCCEJA PPL 2025 NO CONTEXTO PRISIONAL 55
- ENTRE PREPARO TÉCNICO E SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 56
- PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL: DIAGNÓSTICO E PREVENÇÃO DE IST 56
- DIAGNÓSTICO PRECOCE DA TUBERCULOSE COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE DA DOENÇA NOS ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS DA PROVÍNCIA DE GAZA, MOÇAMBIQUE 57
- AÇÕES EXTENSIONISTAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SISTEMA PRISIONAL NO NOROESTE GAÚCHO 58
- A GESTÃO PRECÁRIA DAS DOENÇAS CRÔNICAS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS 58
- DETERMINANTES DE SAÚDE NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE DO ADOECIMENTO DE DETENTOS E SERVIDORES 59
- EDUCAÇÃO SEXUAL COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO ENTRE OS JOVENS EM CONFLITO COM A LEI 60
- PROMOÇÃO DA SAÚDE NO CÁRCERE: CONTRIBUIÇÕES DOS CÍRCULOS DE CULTURA 60
- FORMAÇÃO COMPLETA DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS COMO FACILITADORES DE DIÁLOGOS CIRCULARES 61
- RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO SOBRE PATERNIDADE COM HOMENS ENCARCERADOS EM PRISÃO CIVIL 62
- A GASTRONOMIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL NO CÁRCERE: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL 63
- CIDADANIA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O NEEJA PRISIONAL CAMINHOS DO SABER 64
- EXAME CRIMINOLÓGICO E EXECUÇÃO PENAL: ANÁLISE QUANTITATIVA DA 3ª DPR (2023–2025) 64
- QUEBRANDO BARREIRAS: PROJETO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO PARA ELIMINAÇÃO DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL 65
- CANDIDÍASE MASCULINA EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA AÇÃO EXTENSIONISTA E INFORMATIVA SOBRE SAÚDE 66
- TUBERCULOSE E VIGILÂNCIA EM SAÚDE ENTRE PROFISSIONAIS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO 66
- PROJETO RESSIGNIFICANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CUIDANDO DO HOMEM NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 67
- INTEGRAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO ENFRENTAMENTO AO HIV E TUBERCULOSE NO CONTEXTO PRISIONAL 68
- INIQUIDADE DE GÊNERO NA CARREIRA PROFISSIONAL DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS: UM ESTUDO REFLEXIVO 68
- EXECUÇÃO PENAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO:

TRABALHOS

DESAFIOS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 487/2023	69	OFICINA DE SUSTENTABILIDADE: AMARRANDO POSSIBILIDADES	77
QUANDO O OLHAR EXTERNO ENCONTRA O CÁRCERE: CONTRASTES E DESIGUALDADES NO SISTEMA PRISIONAL	70	CUIDAR ALÉM DAS GRADES: EXPERIÊNCIA DE CUIDADO À MULHER PRIVADA DE LIBERDADE	78
APLICAÇÃO DO BDEE-DEVICE PARA O DIAGNÓSTICO RÁPIDO DE TUBERCULOSE EM POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	71	VOZES SILENCIADAS, CORPOS ESCUTADOS: AURICULOTERAPIA E SAÚDE MENTAL DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	79
PORTA DE ENTRADA E CHAMADA ALEATÓRIA: ACOLHIMENTO EM SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	71	ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL: A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO DIRETAMENTE OBSERVADO	79
ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE PRISIONAL: MANEJO DE DOENÇAS CRÔNICAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE SANTA MARIA	72	TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL: RECURSO AUDIOVISUAL COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE	80
SAÚDE BUCAL NO SISTEMA PENAL - APOIO MULTISSETORIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO NA PEVA	73	PERSPECTIVAS ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ANTIMANICOMIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA PRISIONAL	81
A PESQUISA CIENTÍFICA COMO ESTRATÉGIA DE APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO CAPIXABA	74	EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL DE GOIÁS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	81
TRATAMENTO DIRETAMENTE OBSERVADO – TDO PARA TUBERCULOSE NA PENITENCIÁRIA DE VENÂNCIO AIRES – PEVA	74	DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL DO PARAGUAI: LINHA DE BASE PARA A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	82
INSERÇÃO LABORAL DE EGRESSOS: EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DO SETOR DE TRABALHO E EMPREGABILIDADE DA FUNAC/MT	75	MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: TRAJETÓRIAS DE VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES ANTES E DURANTE O ENCARCERAMENTO	83
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA INOVADORA PARA O CONTROLE DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL	76		
PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA HIV/AIDS, TUBERCULOSE E COINFECÇÃO PARA O SISTEMA PRISIONAL DE SANTA MARIA	76		



III CONGRESSO INTERSETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL

III Congresso Intersectorial de Políticas Públicas e Participação Social no Sistema Prisional, XIII Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade, a V Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional, o VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR e o I Fórum de Saúde Mental e Qualidade de Vida do Servidor Penitenciário

Coordenação

Prof.ª Dr.ª Lia Gonçalves Possuelo - UNISC/RS

Comissão Científica

Adriana Iha - UFES/ES
Ana Julia Reis - FURG
Andréia Rosane de Moura de Valim - UNISC/RS
Augusto Ferreira Weber - UNISC/PPGPS
Camilo Darsie - UNISC/PPGEdu
Carla Almeida - CCAP-POA/RS
Caroline Busatto - UFMS/MS
Daiane Kist Back - UNISC/PPGPS
Eduarda Gassen Boeira - UNISC/PPGPS
Everton Lemos - UEMS/MS
Flavio Castagna de Freitas - UNISC/PPGPS
Ida Maria Foschiani Dias Baptista - UNESP/ILSL/ SP
Ivy Bastos Ramis - FURG/PPGCS
João Paulo Cola - UFES/ES
Karine Zenatti Ely - UNISC/PPGPS
Lia Gonçalves Possuelo - UNISC/PPGPS
Milena Mantelli Dal'Sotto - UNISC
Pauline Schwarzbold - SUSEPE/RS
Samantha Lopes de Moraes Longo - SUSEPE/RS
Suzane Beatriz Frantz Krug - UNISC/PPGPS
Thiago Nascimento do Prado - UFES/ES
Tiago Antônio Heringer - UNISC/PPGPS

Organização Anais

Tiago Antônio Heringer - UNISC/PPGPS
Jonathan Landskren - UNISC/RS
Lia Gonçalves Possuelo - UNISC/RS

Comissão Infraestrutura

Andressa Thomas - UNISC/RS
Catlen Padilha de Oliveira - SSPS/RS
Jonathan Landskren - UNISC/RS
Lillian das Graças Ramos - SSPS/RS
Liliane Cristina Terhorst - SSPS/RS
Millena Eduarda Souza - UNISC/RS
Pablo Borges de Moura - SSPS/RS
Pauline Schwarzbold - Polícia Penal/RS
Poliana dos Santos Huff - UNISC/RS
Rebeca Sprenger Farias - UNISC/RS
Renata Lange - UNISC/RS
Rosane Lazzarotto Garcez - DTP/SUSEPE
Samantha Lopes de Moraes Longo - Polícia Penal/RS
Suelen Gotardo - SJSPPS/RS
Tiago Antônio Heringer - UNISC/RS

Comissão de Mobilização e Divulgação

Ana Cláudia Lemos Santos - SSPS/RS
Caroline Busatto - Ministério da Saúde / MS
Catlen Padilha de Oliveira - SSPS/RS
Cesar Atílio Kurtz Rossato - SSPS/RS
Daiane Raquel Kist Back - UNISC/RS
Débora Cristina Oliveira Ferreira - SSPS/RS
Eduarda Gassen Boeira - UNISC/RS
Elis Leticia Coimbra de Moraes - SSPS/RS
Elsa Franke Roso - ONG Aids/ RS
Everton Lemos - UEMS/MS
Léa Bos Duarte - SSPS/RS
Luiz Antônio Bogo Chies - UCPel/RS
Milena Mantelli Dall Soto - UNISC/RS
Neusa Selma Lyrio Heinzelmann - CEETB/RS
Patricia Werlang - Ministério da Saúde / MS
Pauline Schwarzbold - Polícia Penal/RS
Samantha Lopes de Moraes Longo - Polícia Penal/RS

EDITORIAL

III CONGRESSO INTERSETORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL

A Universidade de Santa Cruz do Sul, em parceria com a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, a Secretaria Estadual de Saúde e a Polícia Penal do Rio Grande do Sul, realizou o III Congresso Intersectorial de Políticas Públicas e Participação Social no Sistema Prisional, que integrou também o XIII Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade, a V Mostra Estadual de Experiências na Saúde Prisional, o VIII Seminário de Políticas Prisionais e Direitos Humanos da 8ª DPR e o I Fórum de Saúde Mental e Qualidade de Vida do Servidor Penitenciário.

O evento reuniu profissionais da saúde, da educação, da segurança, pesquisadores, gestores, membros da comunidade e representantes do controle social, fortalecendo a construção e a qualificação de saberes e práticas voltadas à organização, gestão, pesquisa e planejamento no contexto prisional. Em sua terceira edição, o congresso reafirmou seu caráter intersectorial e interinstitucional, contando com a participação de especialistas brasileiros e de diversos países da América Latina.

Ao longo de três dias, foram promovidas palestras, mesas-redondas, workshops e Mostras de Experiências sobre Saúde, Controle Social, Trabalho, Educação e Alternativas Penais no sistema prisional. Uma das grandes inovações desta edição consistiu na ampliação do debate em torno da saúde mental, abordando os impactos psicológicos do ambiente prisional e estratégias de cuidado destinadas aos profissionais que atuam no sistema penitenciário. Além disso, o evento contou com a exposição de artesanatos produzidos por pessoas privadas de liberdade de diversas regiões do estado, valorizando o trabalho e a ressocialização por meio da arte e da cultura.

Esta edição teve o apoio dos Programas de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e em Educação da UNISC, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande, do Programa de Pós-Graduação em Assistência Farmacêutica da UFRGS e do Grupo Interdisciplinar de Trabalhos e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP/UCPel). Somaram-se a esses apoios diversas instituições do poder público, entre elas a Secretaria de Justiça, Sistema Penal e Socioeducativo, a Secretaria Estadual de Saúde, a Secretaria de Estado da Educação, a 6ª Coordenadoria Regional de Educação, a 13ª Coordenadoria Regional de Saúde e a Polícia Penal. Como apoiadores do controle social estiveram a Universal dos Presídios (UNP), o Conselho da Comunidade da Execução Penal das Comarcas de Pelotas e de Santa Cruz do Sul e o Conselho Estadual de Saúde (CES/RS).

Adicionalmente, o evento contou com a parceria de instituições e universidades dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e São Paulo, ampliando sua visibilidade nacional e destacando o protagonismo do Rio Grande do Sul na promoção de reflexões qualificadas e ações intersectoriais voltadas ao aprimoramento das políticas públicas no contexto prisional.

Com satisfação, apresentamos estes Anais, que registram a riqueza das discussões e experiências compartilhadas, reafirmando o compromisso coletivo com a promoção de direitos, a consolidação de políticas públicas integradas e a valorização da participação social no sistema prisional.

Comissão Organizadora

TRABALHOS

DESAFIOS RELACIONADOS À SAÚDE NO CENÁRIO PRISIONAL: PERSPECTIVAS DE AGENTES PENITENCIÁRIOS

Mariana Cavalcante Lopes¹; Jaqueline Arboit¹; Marta Cocco¹; Ethel Bastos da Silva¹; Adriane Cervi Blümke¹; Andressa Karine Schons¹; Prinstainá dos Santos Rocha²; Luciane Stochero³; Claudelí Mistura Corrêa⁴

¹Universidade Federal de Santa Maria, RS

²Centro de Referência de Assistência Social de Pontão, RS

³Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - Fundação Oswaldo Cruz, RJ

⁴Universidade de Cruz Alta, RS
marianacavalcante33@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, abrangendo também as pessoas privadas de liberdade, que, exceto pela restrição de liberdade, mantêm assegurados os demais direitos fundamentais. Nesse sentido, a privação de liberdade não implica a suspensão de direitos, mas reforça a responsabilidade estatal de prover condições adequadas de vida e de cuidado em saúde a essa população. A realidade prisional, contudo, expõe profundas contradições entre o previsto legalmente e o cotidiano das instituições, marcado por superlotação, infraestrutura precária, escassez de profissionais e dificuldades de acesso a atendimentos especializados. Nesse contexto, torna-se essencial compreender como os diferentes atores envolvidos percebem a saúde no cárcere e os obstáculos que dificultam a efetivação desse direito. Assim, o estudo tem como objetivo conhecer, a partir da perspectiva de agentes penitenciários, os principais problemas e desafios relacionados à saúde no cenário prisional. **Métodos:** Trata-se de uma investigação qualitativa, exploratória e descritiva, vinculada ao projeto "Trajetórias de vida, vulnerabilidades e saúde de pessoas privadas de liberdade: dinâmicas, organizações e movimentos do/no contexto prisional", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS - Edital nº 08/2023). A coleta de dados ocorreu entre abril de 2024 e julho de 2025, em duas unidades prisionais do Rio Grande do Sul, a partir de entrevistas semiestruturadas, analisadas segundo análise de conteúdo temática. Participaram dez agentes penitenciários com experiência mínima de seis meses no cargo. O estudo atendeu as diretrizes éticas, com aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa e assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. **Resultados:** A análise dos depoimentos revelou que, para os agentes penitenciários entrevistados, a saúde das pessoas privadas de liberdade apresenta especificidades próprias do ambiente prisional, fortemente condicionadas por aspectos estruturais e pela forma como a atenção a saúde é organizada. A superlotação foi apontada como desafio central, por intensificar o adoecimento físico e mental, favorecendo o aumento do uso de medicações controladas e situações

de tensão e violência. Segundo os agentes, doenças infecciosas, como tuberculose, furúnculos e infecções cutâneas, são frequentes, agravadas por condições precárias de higiene e pelo uso inadequado de medicamentos. Quanto à assistência à saúde, uma das instituições estudadas possui uma Unidade Básica de Saúde Prisional, com equipe composta por técnico de enfermagem, enfermeiro e médico, o que foi reconhecido como um avanço importante. Apesar disso, a alta demanda, o déficit de pessoal e a consequente limitação das escoltas para outros serviços de saúde dificultam o acesso e continuidade da assistência. A saúde mental também foi mencionada como um desafio relevante, em razão da ausência regular de psicólogos e da circulação de drogas ilícitas, que comprometem a recuperação e perpetuam ciclos de adoecimento. **Conclusão:** Os agentes percebem impactos significativos da precariedade prisional na saúde dos internos e reconhecem avanços, como a Unidade Básica de Saúde Prisional. Ouvir esses profissionais permitiu reconhecê-los como atores-chave na formulação de políticas públicas voltadas a transformação do cárcere em um espaço mais digno, humano e promotor de saúde.

Palavras-chave: Pessoas em Privação de Liberdade, Agentes Penitenciários, Assistência Integral à Saúde.

INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS EM GRUPOS FOCAIS COM POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

Nicolý Ribeiro¹; Heletícia Galavote²

¹Faculdade Multivix, ES

²Universidade Federal do Espírito Santo, ES
nicoly.ribeirof@gmail.com

Justificativa e Objetivos: O sistema prisional brasileiro caminha para um colapso populacional nas últimas décadas. Diante disso, inúmeros efeitos adjacentes ao fenômeno são observáveis: o adoecimento mental e agravamento de condições psíquicas anteriores ao encarceramento se estabelecem entre eles. Em paralelo às atuais condições, a ação extensionista "DignaMente" buscou promover saúde mental e propiciar redução de agravos mentais à população privada de liberdade em um Centro de Detenção Provisória no norte do Espírito Santo. **Métodos:** Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo formulado a partir de relatórios de observação das oficinas terapêuticas realizadas semanalmente com três grupos focais compostos por 20 internos do Centro de Detenção. As intervenções aconteceram dentro da unidade prisional e foram aplicadas ao longo de 2023. Portanto, para contemplar diferentes eixos temáticos, os facilitadores lançaram mão de variadas áreas do conhecimento: expressão plástica, verbal e musical, práticas integrativas e complementares, educação em saúde e terapia psicanalítica em grupo. Dessa forma, os dados coletados permitiram dimensionar fatores psicológicos

TRABALHOS

atrelados ao ambiente carcerário em que os detentos foram assistidos durante o projeto de extensão. **Resultados:** Analisou-se o conteúdo de 130 relatos de observação produzidos por três bolsistas de graduação envolvidos no projeto, a fim de categorizar experiências relatadas e percebidas de forma recorrente durante as intervenções. Cada grupo focal era formado por 20 internos, totalizando 60 detentos acompanhados semanalmente durante um ano. No que tange ao perfil da amostra, trata-se de um público totalmente do gênero masculino, com idade variada entre 20 e 60 anos. Os participantes em sua maioria se identificaram como pretos ou pardos e possuem diferentes níveis de escolaridade, com predominância de ensino médio incompleto. Assim sendo, os resultados evidenciaram melhora no panorama emocional dos detentos assistidos e, através da comparação dos relatos iniciais e finais do estudo, foi possível categorizar as mudanças percebidas tanto pelos participantes quanto pela equipe de servidores da unidade prisional. Além disso, a evolução na qualidade e complexidade das produções artísticas, a melhora no tato verbal dos internos e o empenho nas atividades em grupo, denotaram maior comprometimento ao decorrer das intervenções. Outrossim, diversos detentos relataram melhora na qualidade do sono, aumento na capacidade de concentração diária e controle emocional mais apurado. **Conclusão:** Diante das ações extensionistas, foi possível reconhecer e categorizar fatores que potencializam ou deprimem a saúde mental entre os aprisionados, bem como formular estratégias de políticas públicas que visem atenuar o quadro contemporâneo do sistema penal brasileiro. Ademais, por meio dos resultados demonstrados, infere-se a importância de intervenções que tratem os sujeitos de forma integrada, a partir de uma análise biopsicossocial.

Financiamento e agradecimento: À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo, por subsidiar o Projeto Dignamente, e ao Centro de Detenção Provisória de São Mateus, por autorizar as aplicações e recolhimento de dados.

Palavras-chave: grupos focais, prisioneiros, saúde mental.

GESTORES DE SAÚDE E DA SEGURANÇA: UM OLHAR SOBRE A PNAISP EM MATO GROSSO

Laura Fabiane de Oliveira Patricio¹; Matheus Santiago Silva²

¹ Secretária de Estado de Saúde de Mato Grosso. Área Técnica de Saúde Prisional, MT

² Escola de Governo do Estado de Mato Grosso. Mestre em Agronomia, MT
laura-fabiane@hotmail.com

Justificativa e objetivos: As políticas públicas em saúde compõem um campo de ação social do Estado, orientado para a melhoria das condições de vida e de saúde da população, com implantação e implementação de ações estratégicas a fim de solucionar os diferentes problemas sani-

tários e sociais vivenciados ao longo do tempo. Há décadas o Brasil passa por mudanças institucionais para o atendimento à pessoa privada de liberdade, entre elas, a última é a implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP). Esta política abrange assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS para atendimento de saúde de pessoas mantidas em unidades prisionais. Após 08 anos desde a adesão à PNAISP no Mato Grosso os desafios encontrados na sua implementação são notórios, refletido no número de equipes credenciadas. Com a intenção de compreender as nuances da PNAISP no estado este trabalho busca identificar os desafios enfrentados na implementação da PNAISP, analisando as percepções dos gestores sobre a eficácia da política. **Métodos:** Utilizamos como método a abordagem de pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2002), adaptado. Para objeto de estudo foram selecionadas as unidades prisionais dos municípios com portarias de credenciamentos publicadas até outubro de 2023. Foram elencados como sujeitos do estudo os diretores de unidades prisionais e secretários municipais de saúde, sendo elaborado e disponibilizado um formulário Google Forms, composto por 16 perguntas. **Resultados:** Os dados indicaram que, apesar de 87,5% dos gestores reconhecerem melhorias na assistência à saúde após a implantação da PNAISP, ainda persistem lacunas estruturais e dificuldades de comunicação entre as secretarias de Saúde e de Segurança. Questões como insuficiência de recursos financeiros, déficit de profissionais, inadequação das instalações físicas e falhas na articulação intersectorial foram apontadas como entraves para a consolidação do atendimento integral. A análise das respostas evidencia que 75% dos gestores consideram necessária a ampliação e requalificação da infraestrutura, enquanto 62,5% apontam insuficiência de recursos para manutenção das atividades. A intersectorialidade, elemento central da PNAISP, mostra-se fragilizada pela falta de diálogo efetivo entre os setores envolvidos, o que compromete a organização do cuidado e a tomada de decisões conjuntas. O estudo revela que a percepção dos gestores reflete um entendimento de que a PNAISP é essencial para garantir os direitos fundamentais da população privada de liberdade, mas requer investimentos contínuos em recursos humanos, estrutura física adequada e fortalecimento dos mecanismos de comunicação e gestão integrada. Recomenda-se a criação de lideranças setoriais para mediação entre saúde e segurança, bem como o aprimoramento das estratégias de cofinanciamento e do monitoramento dos indicadores de saúde no sistema prisional. **Conclusão:** A proposta da PNAISP na visão dos gestores está no atendimento à saúde da PPL e acrescentamos que para atuação da equipe multiprofissional, são necessárias instalações físicas compatíveis com tamanho da unidade e RH qualificado para as atividades diárias, quais são os

TRABALHOS

principais eixos de desgaste para os gestores. Por fim, a criação, expansão e melhoria na comunicação entre Saúde e Segurança Pública, com a formação de lideranças setoriais para intermediar e auxiliar nas tomadas de decisões entre os órgãos.

Palavras-chave: PNAISP, Saúde Prisional, Gestão em Saúde.

ROMPENDO BARREIRAS PARA O DIAGNÓSTICO DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL DE MATO GROSSO

Andreia Santana Ferreira e Ferreira¹; Laura Fabiane de Oliveira Patricio²

¹Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, Coordenadora da Umex, MT

²Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, Área Técnica de Saúde Prisional, MT
andreaferreira@ses.mt.gov.br

Justificativa e objetivos: A tuberculose é uma doença infectocontagiosa de grande relevância mundial, pois configura um dos principais problemas de saúde pública no Brasil, e no mundo. O ambiente de cárcere brasileiro é caracterizado pela superlotação, má ventilação, pouca iluminação, insalubre e com pessoas cujas histórias de vida contribuem para o adoecimento, incluindo a tuberculose. As condições de saúde da população privada de liberdade são precárias no que se refere a tuberculose, seja para o diagnóstico, seja para o tratamento, dessa forma o Ministério da Saúde recomenda a realização da busca ativa para tuberculose neste ambiente pelo menos uma vez ao ano, considerando que o risco de adoecer por tuberculose é partilhado entre PPL, policiais penais, profissionais de saúde, visitantes e entre todas as pessoas que frequentam as prisões. A mobilidade do preso dentro do sistema aumenta esse risco, uma vez que o preso circula entre diferentes instituições do sistema judiciário, centros de saúde e comunidade geral, durante e após o cumprimento da sua sentença, dessa forma a principal medida para interromper a cadeia de transmissão da doença é a identificação precoce e o tratamento oportuno dos casos existentes. Com o objetivo de implementar as ações de diagnóstico da tuberculose nas unidades prisionais de Mato Grosso a Secretaria de Estado de Saúde em articulação com a Secretaria de Estado de Justiça em parceria com Secretarias Municipais de Saúde, estruturou um projeto inovador e intersetorial, apoiado por recursos estaduais e pelo compromisso técnico das equipes de saúde e segurança pública. **Métodos:** A principal estratégia adotada foi a aquisição de um caminhão adaptado (Unidade Móvel para Diagnóstico- UMEX) equipado com aparelho de Raios-X de tórax e uma máquina de GeneXpert para realização do teste rápido molecular (TRM) com 16 módulos, possibilitando a realização de exames diagnósticos diretamente

nas unidades prisionais. **Resultados:** Desde sua implementação, em 2021, ainda no contexto da pandemia de COVID-19, a UMEX já percorreu 23 unidades prisionais das 41 existentes, realizando aproximadamente 10.505 atendimentos e identificando 158 casos positivos de tuberculose, a previsão de finalização desta etapa é agosto de 2026. O início das atividades foi marcado por um processo mais lento e experimental, mas a experiência acumulada pela equipe, aliada à divulgação prévia do calendário de visitas, favoreceu a consolidação da iniciativa em Mato Grosso. Como toda inovação, a adaptação ocorreu de forma gradual, fortalecendo-se ao longo do tempo. A experiência tem se mostrado desafiadora e transformadora, pois a equipe de saúde do caminhão enfrenta, a cada unidade prisional visitada, contextos distintos, que demandam soluções específicas e geram aprendizados valiosos. Além disso, o projeto tem contribuído para a capacitação das equipes de saúde prisional, quando existentes, bem como das ESF e EAP municipais, aprimorando práticas clínicas e de vigilância da tuberculose, e estabelecendo fluxos mais ágeis e eficientes entre diagnóstico, tratamento e monitoramento dos casos junto aos municípios. **Conclusão:** A trajetória da UMEX, conhecida como Caminhão da Tuberculose, evidencia um modelo inovador e de grande potencial para replicação em outros contextos. A iniciativa ressalta a relevância da inovação, da intersetorialidade e da busca ativa como pilares estratégicos para o enfrentamento da tuberculose no sistema prisional.

Palavras-chave: Tuberculose, Pessoa privada de liberdade, Saúde prisional.

O ACESSO A SAÚDE COMO PILAR PARA O TRATAMENTO PENAL

Basma Salem¹; Paula Calvete Ferreira²; Victoria Nunes Tejada²

¹Secretaria Municipal de Saúde de Santa Vitória do Palmar RS.

²Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar, Polícia Penal RS.
basmasalem334@gmail.com

Justificativa e Objetivos: O estabelecimento prisional conta com Unidade Básica de Saúde (UBS) contendo equipe completa de atenção básica em saúde, sendo 1 enfermeira, 1 médica, 1 téc. em enfermagem e 1 dentista. Em 4 anos estabeleceu-se um fluxo consolidado de atendimentos em saúde, com uma rotina fixa de atendimentos semanais, realizando monitoramento dos pacientes com hipertensão e diabetes, porta de entrada conjuntamente com a equipe técnica, controle e monitoramento das medicações de uso contínuo, como tuberculose, diabetes, uso de retrovirais e demais medicações. Realiza-se um trabalho intersetorial, de pronto acesso entre a rede de atenção à saúde do município de Santa Vitória do Palmar, como CAPS, farmácia municipal, vigilância em saúde, laboratório municipal e centro de referência a tuberculose e

TRABALHOS

HIV do município. Atualmente é uma unidade que possui em torno de 90 Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) sem nenhum caso de tuberculose ativa. Como diferencial destaca-se a existência de um consultório odontológico. Trata-se de uma gestão municipal da UBS, no entanto, trabalhando de forma multidisciplinar com a equipe técnica e de segurança do estabelecimento penal. **Método:** Possui uma rotina semanal de atendimentos, com enfermagem e téc. de enfermagem diariamente, médico e dentista duas vezes na semana, suprimindo toda necessidade de atendimento prisional. O fluxo de atendimento atende por demanda espontânea, com livre acesso a toda população prisional em solicitar os atendimentos. Realiza-se também educação em saúde através de palestras como setembro amarelo, tabagismo e uso de álcool e outras drogas. **Resultados:** Através do trabalho desenvolvido pela UBS prisional, reduziu significativamente as escoltas realizadas em saúde, auxiliando dessa maneira o fluxo de trabalho do estabelecimento ao preservar a segurança das PPL e servidores penitenciários que tem os riscos em escoltas diminuídos. Como resultado desse fluxo em saúde possui-se uma baixa incidência de doenças infectocontagiosas com rápido diagnóstico e tratamento, evitando assim proliferação de surtos epidemiológicos. **Conclusão:** Por meio do atendimento em saúde e a garantia dos direitos fundamentais, como prevenção, tratamento e reabilitação em saúde promovemos o tratamento penal pautado em humanização e respeito aos direitos humanos e dignidade das pessoas privadas de liberdade, contribuindo para sua recuperação e reinserção social. Importante salientar que a maioria dos atendidos pela UBS do estabelecimento possui o seu primeiro acesso a saúde dentro da unidade prisional, contribuindo positivamente com a sua permanência no cumprimento da pena.

Palavras chaves: Atenção Básica, Humanização, Pessoas Privadas de Liberdade.

ESTRATÉGIAS DE CUIDADO PARA FUTUROS PROFISSIONAIS DO SISTEMA PRISIONAL: OFERTA DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICS) NO SISTEMA PRISIONAL DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DA MATA ESCURA DE SALVADOR, BAHIA

Maria Janete Pereira Ribeiro¹; Selma Burgos²

¹Secretaria Municipal de Saúde

²Distrito Sanitário Cabula/Beiru

mariajanete.ribeiro@salvador.ba.gov.br

Justificativa e objetivos: As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) são abordagens terapêuticas que reconhecem

e valorizam saberes, tradições e modos e vida tradicionais, a exemplo de comunidades quilombolas. Desde 2024, ano que foi instituído, o Campo Temático de Práticas Integrativas e Complementares (CTPICS) da Secretaria de Saúde de Salvador (SMS), tem potencializado as estratégias para a promoção da saúde e da equidade em saúde, através da inserção da PICS nas unidades de Atenção Primária à Saúde. Em 2014, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) para melhorar a saúde dos detentos e ampliar as ações do SUS (Brasil, 2014). Na Secretaria Municipal de Saúde de Salvador o Campo Temático de Saúde Prisional foi criado em 2022. Desde 2024 os campos temáticos de PICS e de Saúde Prisional vem realizando ações transversais com intuito de promover o cuidado e dignidade, visando a saúde integral e humanizado para trabalhadores do Sistema Prisional. Este relato de experiência aborda o cuidado ampliado e humanizado através da oferta das práticas integrativas para futuros soldados da Polícia Militar da Bahia, para atuação no sistema prisional do Complexo Penitenciário da Mata Escura de Salvador, Bahia. Essa experiência é parte das estratégias de promoção da saúde e bem-estar dentro das unidades prisionais. Relatar a experiência da promoção de saúde e de bem-estar para os profissionais, com a oferta das práticas integrativas que atuam nessa área, os quais atuarão como os agentes penitenciários. **Método:** O trabalho foi desenvolvido no território do Distrito Sanitário Cabula/Beiru, localizado no município de Salvador, Bahia. O público alvo foram policiais militares recém-formados para o ingresso no Complexo Penitenciário da Mata Escura. A articulação para realização da atividade foi feita entre a gestão do distrito citado anteriormente e a gestão da unidade prisional. Participaram do momento de autocuidado ofertados através das Práticas Integrativas 30 profissionais, os quais foram acolhidos por uma enfermeira pertencente a uma unidade de saúde do território referido complexo. As práticas ofertadas foram meditação guiada, aromaterapia e dança circular. Os materiais utilizados para esta vivência foram disponibilizados pela profissional que conduziu a ofertas das tecnologias terapêuticas. **Resultados:** A transversalidade das ações de saúde prisional, apoiada com a oferta de PICS para profissionais que lidam diariamente com situações que desencadeiam estresse emocional, contribuir para a promoção da saúde mental e bem-estar, complementando os cuidados de saúde. Os futuros soldados da Polícia Militar foram submetidos às práticas integrativas e como resultado apresentaram feedback positivo para as atividades praticadas além de destacar a importância das práticas para controle de emoções e organização de ideias para tomada de decisão em situações de conflito. **Conclusão:** Diante do exposto, destaca-se a importância das Práticas Integrativas e Complementares no âmbito penitenciário, principalmente

TRABALHOS

através dos relatos dos futuros agentes de segurança pública e o debate sobre proporcionar a escuta e o estímulo ao processo de autocuidado dos profissionais exposto a pressões e estresse decorrentes da atuação profissional. Desta forma, espera-se contribuir para discussões acerca o fortalecimento e a construção de saberes e práticas voltadas à organização, gestão, pesquisa e planejamento no contexto prisional.

Palavras-chave: Promoção de saúde, Práticas Integrativas, Saúde Prisional.

OFICINA DE REDAÇÃO PARA O ENCCEJA: RESSIGNIFICANDO O FUTURO NAS PRISÕES DA 1ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RS

Stella Troise Hennig¹; Tamires dos Santos Viegas¹

¹ Superintendência dos Serviços Penitenciários, RS
tellaehennig@hotmail.com

Justificativa e objetivos: A educação é reconhecida como uma das ferramentas mais eficazes na promoção da reintegração social e na redução da reincidência criminal. No contexto do sistema prisional, oferecer oportunidades educacionais concretas representa uma forma de romper ciclos de exclusão e marginalização. Com base nessa premissa, o projeto de oficina de redação voltado para a preparação de presos para a prova do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) foi desenvolvido em unidades da 1ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul. A iniciativa visa não apenas o aprimoramento das competências linguísticas e argumentativas dos participantes, mas também proporcionar acesso à certificação do ensino fundamental ou médio, o que amplia suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho ao deixarem o sistema prisional. Outro objetivo central é a remição da pena por meio do estudo, conforme previsto na legislação brasileira, gerando impactos positivos tanto no aspecto individual quanto no coletivo. **Método:** A metodologia adotada consiste na realização de oficinas pontuais de uma hora e meia de duração, voltadas a grupos de 10 a 15 privados de liberdade. A proposta foi pensada para alcançar o maior número possível de participantes inscritos para a prova do ENCCEJA, oferecendo orientações práticas em um formato acessível e objetivo. As oficinas são conduzidas pela Técnica Superior Penitenciária com formação Pedagogia, e concentra-se na estrutura do texto dissertativo-argumentativo, exigido no exame. Durante o encontro, são explicadas as regras básicas do gênero, estratégias argumentativas, critérios de correção e exemplos de temas anteriores. O conteúdo é apresentado de forma clara e adaptada à realidade do público, promovendo compreensão rápida e aplicável. **Resultados:** Os resultados parciais apontam para um impacto positivo da iniciativa. Em diversas unidades prisionais da 1ª Região, foi registrada alta adesão voluntária por parte dos apenados, o que evidencia o interesse genuíno pela oportunidade de

estudo e certificação. A resposta dos participantes tem sido favorável, com relatos de maior confiança para realização da prova e de valorização pessoal. Certamente já será possível observar aprovações significativas no exame deste ano. Com apenas alcançando as notas mínimas exigidas para certificação, resultará não apenas na remição da pena, mas também em ganhos simbólicos importantes, como autoestima, senso de capacidade e expectativa de um recomeço com mais dignidade. **Conclusão:** A oficina de redação para o ENCCEJA nas unidades prisionais da 1ª Região do RS demonstra que ações simples, bem estruturadas e direcionadas podem gerar efeitos transformadores. Mesmo em ambientes de privação de liberdade, a educação se mostra como instrumento de resgate da dignidade, da cidadania e da autonomia. A escrita, nesse contexto, é mais do que um requisito para certificação: é uma oportunidade concreta de acesso ao conhecimento, à reflexão crítica e à reconstrução de trajetórias de vida. O êxito da proposta sugere a importância de fortalecer e ampliar projetos educacionais no sistema prisional, contribuindo efetivamente para a ressocialização e a redução da reincidência.

Palavras-chave: Educação prisional, Remição da pena, Texto dissertativo-argumentativo.

MULHERES QUE CUIDAM: REDE, EMPODERAMENTO E RESISTÊNCIA

Victoria Nunes Tejada¹; Paula Calvete Ferreira¹

¹ Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar, Polícia Penal RS.
setec-pesvp@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: Ação realizada a partir da necessidade de promover espaços de diálogo e fortalecimento de rede para as mulheres no enfrentamento à violência – não apenas violência física, mas também outras formas de opressão vivenciadas no contexto da sociedade atual. Atividades que fomentem o empoderamento e o acesso ao conhecimento possibilitam uma existência mais saudável para mulheres em seus diferentes espaços de vida. Além disso, o fortalecimento da rede de apoio amplia a promoção de direitos e políticas públicas voltadas para a mulher. A ação contou com a presença do Juiz da VEC da Comarca de Santa Vitória do Palmar, do Conselho da Comunidade e de profissionais do CRESS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) do município. O objetivo foi aproximar a rede de proteção das famílias atendidas pelo estabelecimento penal, fortalecer e valorizar os vínculos familiares e oferecer informações e apoio às mulheres. A atividade foi realizada no mês alusivo ao Dia Internacional da Mulher como forma de homenagem e reconhecimento a quem presta cuidado e suporte aos privados de liberdade. **Método:** A metodologia adotada foi a roda de conversa, realizada em dia de visita. As mulheres visitantes das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) do Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar (PESVP) foram acolhidas com um café preparado pela padaria prisional, proporcionando um mo-

TRABALHOS

mento de escuta e compartilhamento de vivências enquanto mulheres na sociedade. Em paralelo, na mesma semana, as PPL participaram de encontros para produção de peças de artesanato, entregues como presentes às visitantes no dia da atividade. **Resultados:** A ação teve a participação expressiva das visitantes, possibilitando trocas, relatos e apoio mútuo. Profissionais do CRESS abordaram diferentes tipos de violência contra a mulher e apresentaram os órgãos de proteção existentes. Por meio de dinâmicas em grupo, as participantes foram convidadas a refletir sobre situações de violência, a partir da leitura de relatos reais. Simultaneamente, as PPL também puderam refletir sobre a violência contra a mulher e a importância de manter vínculos familiares saudáveis. Além disso, os relatos pessoais compartilhados pelas mulheres visitantes trouxeram histórias de resistência, superação e enfrentamento de situações de violência, fortalecendo o sentimento de apoio mútuo e pertencimento a uma rede de proteção. **Conclusão:** A ação promoveu a capacitação de mulheres e famílias, a integração com a rede de serviços do município e o fortalecimento de vínculos familiares – aspectos fundamentais para o enfrentamento das dificuldades cotidianas, dentro e fora dos muros institucionais. A troca de vivências também reforçou a importância de ações que deem visibilidade à realidade das mulheres, que, muitas vezes permanecem invisíveis no contexto prisional, mesmo sendo fundamentais para o suporte emocional e social dos privados de liberdade. Assim, a atividade reafirma o compromisso do estabelecimento penal em valorizar o papel dessas mulheres, contribuindo para o fortalecimento de seus direitos, autoestima e autonomia, o que impacta positivamente na ressocialização de seus familiares privados de liberdade.

Palavras-chave: Empoderamento, Mulheres, Pessoas Privadas de Liberdade.

ROMPENDO GRADES COM ARTE, EMPATIA E ORGULHO

Paula Calvete Ferreira¹; Victoria Nunes Tejada¹

¹Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar, Polícia Penal RS. setec-pesvp@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: Atividade realizada a partir da urgência de promover ações e diálogos sobre a temática LG-BTQIA+ no ambiente prisional. A proposta buscou fomentar a reflexão e compreensão da sexualidade e da identidade de gênero, a partir de uma perspectiva crítica, com o objetivo de estimular o respeito às diferenças, tanto dentro do sistema prisional quanto na sociedade em geral. Como pilares para a ação, considerou-se importante que os participantes pudessem refletir sobre o que significa ser homem ou mulher, o que é ser homossexual, bem como discutir questões de classe social, religião e política. O intuito foi questionar se existe uma forma correta e definitiva de ser, entendendo que cada indivíduo possui características únicas que moldam sua identi-

dade e permitem seu pertencimento a determinados grupos, espaços e classes sociais, o que naturalmente gera diferença entre as pessoas. Os participantes foram convidados a debater a diversidade como uma construção histórica, cultural e social, compreendendo que, embora faça parte do processo de humanização, as culturas tendem a valorizar determinados modos de ser em detrimento e de outros, o que pode gerar estranhamento e rejeição ao que é diferente. Dessa forma, a atividade buscou sensibilizar e humanizar o tema dentro do contexto prisional. **Método:** Foram realizados dois encontros, o primeiro no formato de roda de conversa, abordou conceitos de identidade, sexualidade, identidade de gênero, diversidade e multiculturalismo. No segundo encontro, foi proposta a criação artística de um cartaz com livre expressão individual sobre o tema, formando um coletivo artístico. Foram utilizados materiais como tintas, canetas coloridas, lápis de cor e técnicas de colagem. **Resultados:** A atividade ocorreu no Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar (PESVP), que possui uma população carcerária de 81 presos, todos autodeclarados homens heterossexuais. Nesse contexto, a ação educativa teve grande relevância para o enfrentamento a homofobia, ampliando a discussão para além dos muros prisionais. A proposta teve boa aceitação, contando com a participação ativa de 16 PPL, que contribuíram para o desenvolvimento das atividades. O material artístico produzido foi enviado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Polo Santa Vitória do Palmar, parceira das ações educativas do estabelecimento penal, para integrar o evento alusivo ao Dia do Orgulho LG-BTQIA+ da instituição de ensino. A exposição do material fora do contexto prisional fortaleceu o sentimento de pertencimento e valorização dos participantes, ampliando sua voz e contribuição para a discussão da temática em outros espaços sociais. **Conclusão:** Essa ação contribuiu para a construção de relações interculturais mais inclusivas, promovendo situações que possibilitam o reconhecimento das diferenças e a empatia pelo lugar sociocultural do outro. Situações de discriminação e preconceito ainda persistem em todos os ambientes, inclusive no sistema prisional, o que torna essencial a promoção de reflexão coletiva que fortaleçam o respeito à pluralidade de modos de ser e viver.

Palavras chaves: Ação educativa, estabelecimento penal, multiculturalismo.

PALAVRAS QUE LIBERTAM: REFLEXÃO E CIDADANIA NO SISTEMA PRISIONAL

Victoria Nunes Tejada¹; Paula Calvete Ferreira¹

¹Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar, Polícia Penal RS. setec-pesvp@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: Projeto realizado a partir do interesse das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) em participar do VIII Concurso de Redação da Defensoria Pública do Estado. Seguindo a proposta de temática da DPU, foi realizado o 1º

TRABALHOS

Concurso de Redação do Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar (PESVP), utilizando o mesmo tema “Desafios da Promoção da Saúde dos Povos Indígenas no Brasil”, fomentando discussões sobre aspectos essenciais como: acesso aos serviços de saúde, determinantes sociais, políticas públicas, capacitação de profissionais, questões territoriais, epidemiologia, barreiras culturais e linguísticas, participação indígena e sustentabilidade. Promovendo dessa maneira, debate sobre os avanços e desafios enfrentados na promoção de saúde dos povos indígenas no País. O objetivo principal foi despertar o interesse em temas relacionados à educação, direitos fundamentais, justiça social e cidadania promovendo a reflexão e o debate crítico, além de estimular a produção da escrita e possibilitar a remissão de pena por meio da participação em atividade educativa. **Método:** Foram realizados quatro encontros, sendo dois conduzidos por um professor do curso de Letras da FURG—Santa Vitória do Palmar, que abordou a cartilha sobre saúde da população indígena, orientações referentes à estrutura de redação e estímulo à escrita criativa. Os outros dois encontros foram destinados à escrita das redações e à apresentação dos resultados, incluindo premiação e cerimônia de encerramento. **Resultados:** Participaram 10 PPL, com o apoio e presença do Poder Judiciário, representado pelo Juiz da VEC da Comarca de Santa Vitória do Palmar, do Conselho da Comunidade e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Essas instituições integraram também a banca avaliadora, que selecionou as três melhores redações, premiando-as com prêmios individuais. Além disso, todos os participantes receberam medalhas de participação, como forma de incentivo à permanência em atividades educacionais. O concurso gerou reflexões importantes entre os participantes, que puderam expressar suas percepções sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil. Durante os encontros, os participantes compartilharam dúvidas, experiências e ampliaram seu conhecimento sobre saúde pública, direitos coletivos e diversidade cultural. **Conclusão:** A atividade foi realizada no mês de abril, mês em que se celebra o Dia dos Povos Indígenas (19 de abril) - data que convida a reflexão sobre as condições dos povos indígenas no Brasil, à valorização da diversidade cultural e ao combate a estereótipos. O concurso proporcionou uma experiência de desenvolvimento pessoal e intelectual por meio da leitura, discussão e produção textual sobre um tema de grande relevância social, possibilitando o aprimoramento de habilidades como organização de ideias, argumentação e comunicação escrita. Assim, a iniciativa reforçou o contato dos apenados com temas relacionados a direitos e cidadania, estimulando a reflexão sobre o papel do indivíduo na sociedade e contribuindo para o fortalecimento das ações de ressocialização.

Palavras chaves: Justiça social, Pessoas Privadas de Liberdade, Saúde da população indígena.

AGOSTO LILÁS NO CÁRCERE: HOMENS EM REFLEXÃO

Paula Calvete Ferreira¹; Victoria Nunes Tejada¹

¹Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar, Polícia Penal RS.
setec-pesvp@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: Atividade de cine debate realizada no Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar (PESVP) em alusão ao Agosto lilás, mês de enfrentamento da violência contra a mulher. Ao trabalhar essa temática com Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) do sexo masculino buscou-se refletir sobre a forma como a masculinidade é construída desde a infância e como modelos nocivos de masculinidade reverberam na autoimagem dos homens e nas relações que estabelecem. Esse entendimento contribuiu para a construção de diversas características que moldam a masculinidade, como a falta de afetividade, a imposição do papel de provedor, entre outros traços patriarcais que são naturalizados com o tempo. Esses aspectos, quando legitimados socialmente, funcionam como instrumentos de dominação e manutenção de privilégios masculinos em relação aos demais gêneros. Dessa forma, a masculinidade se configura como um conjunto de práticas de poder que moldam a posição dos homens nas relações gênero. O documentário apresentado abordou como o silêncio masculino sobre sentimentos pode gerar problemas graves, como violência doméstica, assédio, altas taxas de suicídio, homicídio, encarceramento em massa dos homens, afetando a sociedade como um todo. **Método:** A metodologia utilizada foi o cine debate, com a exibição do documentário “O Silêncio dos Homens”, produzido pela plataforma Papo de Homem e lançado em 2019. Após a exibição, foi realizado um debate mediado pela equipe técnica do estabelecimento penal, com a presença do Juiz da VEC de Santa Vitória do Palmar, que contribuiu com reflexões e orientações. Durante o debate, os participantes foram incentivados a refletir sobre os relatos e informações do documentário, abordando como a construção machista e patriarcal afeta diretamente a vida de homens, mulheres, crianças e adolescentes. **Resultados:** Devido à demanda, foram realizadas três sessões, totalizando 27 participantes. Durante a exibição, foram oferecidos pipoca e refrigerante, recriando o ambiente de um cinema. As intervenções, questionamentos e relatos pessoais das PPL indicaram que o objetivo da ação foi alcançado. Os participantes trouxeram temas e reflexões importantes, reconhecendo como silenciam seus sentimentos e identificando-se com diversos pontos abordados no documentário. O envolvimento direto do Judiciário fortaleceu o compromisso coletivo com o enfrentamento da violência contra a mulher. O cine debate mostrou que, mesmo dentro de um estabelecimento penal, homens podem revisar suas histórias, questionar padrões e assumir responsabilidades, contribuindo relações mais justas e livres de violência. **Conclusão:** A ação teve como finalidade promover o compartilhamento de sentimentos e experiências

TRABALHOS

relacionadas ao gênero masculino, possibilitando ressignificar concepções e assumir responsabilidades sociais, fortalecendo o tratamento penal. A promoção do envolvimento dos homens no enfrentamento da violência contra a mulher revela-se uma estratégia essencial para fomentar reflexões sobre direitos humanos, cidadania e democracia, rompendo com concepções patriarcais que perpetuam violência e sofrimento para homens e mulheres na sociedade.

Palavras chaves: Estabelecimento Penal, Masculinidade, Violência Contra a Mulher.

ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM PROCEDIMENTO DE DESSENSIBILIZAÇÃO À PENICILINA EM PACIENTE PRIVADO DE LIBERDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM HOSPITAL DE ENSINO

Édina Knod Fredrich¹

¹Hospital Santa Cruz; ¹Universidade de Santa Cruz do Sul, RS
edinafredrich@unisc.br

Justificativa e Objetivos: A população privada de liberdade apresenta maior vulnerabilidade a doenças infecciosas, como a sífilis, devido a fatores como superlotação, condições sanitárias precárias e acesso limitado a serviços de saúde. A penicilina benzatina é o tratamento de escolha para sífilis, mas reações de hipersensibilidade imediata podem inviabilizar seu uso. A dessensibilização à penicilina é um procedimento seguro e eficaz, quando realizado em ambiente hospitalar e por equipe capacitada. No contexto prisional, a logística do atendimento exige integração entre a equipe multiprofissional, a segurança hospitalar e a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de atuação farmacêutica em procedimento de dessensibilização à penicilina em paciente privado de liberdade, destacando aspectos técnicos, assistenciais e éticos.

Método: Relato de experiência desenvolvido por residente de farmácia hospitalar, realizado em março de 2025, em hospital de ensino no Rio Grande do Sul. Paciente adulto, masculino, privado de liberdade, foi encaminhado pela SUSEPE para dessensibilização à penicilina benzatina após diagnóstico de sífilis e histórico de reação alérgica imediata ao medicamento. Os dados foram obtidos por observação direta, consulta a protocolos institucionais de dessensibilização e manejo de anafilaxia, análise do prontuário e interação com a equipe multiprofissional. A atuação farmacêutica incluiu conferência da prescrição, preparo seguro das doses escalonadas, organização de insumos para emergências e orientação à equipe de enfermagem. **Resultados:** O procedimento foi planejado previamente, garantindo disponibilidade de leito, equipe capacitada e suporte da segurança hospitalar. O farmacêutico validou o esquema posológico, preparou diluições em seringas identificadas e conferiu a presença de medicamentos para

manejo de anafilaxia (adrenalina, hidrocortisona, prometazina, salbutamol). Durante a administração, o paciente apresentou prurido leve em uma etapa intermediária, controlado com anti-histamínico, sem intercorrências graves. A dessensibilização foi concluída com sucesso, permitindo a administração da dose plena de penicilina benzatina e posterior retorno do paciente à unidade prisional. **Conclusão:** O caso reforça a importância do farmacêutico hospitalar em procedimentos de dessensibilização, especialmente em pacientes privados de liberdade, onde há maior complexidade logística e necessidade de articulação multiprofissional. A atuação proativa, o preparo rigoroso das doses e a disponibilidade de insumos de emergência foram determinantes para o sucesso do atendimento. Destaca-se também a relevância ética do cuidado humanizado, assegurando dignidade e segurança de populações vulneráveis.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica, Dessensibilização a Medicamentos, Prisões.

CUIDADO HUMANIZADO EM SAÚDE MENTAL NO CÁRCERE: ABORDAGENS INTEGRATIVAS PSICOEMOCIONAIS

Alessandra Paes Batistoti¹; Graziela Braz da Silva²

¹Secretaria do Estado de Saúde de MS.

²Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, Mato Grosso do Sul (MS).

ale_batistoti@hotmail.com; gra_braz@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: O ambiente prisional afeta diretamente o bem-estar físico e mental, favorecendo quadros de depressão, ansiedade e condutas autolesivas. O isolamento, a perda de vínculos e a violência tornam a saúde mental um fator essencial no processo de reabilitação. Apesar de recomendações para integrar cuidados clínicos e psicossociais, predomina o uso de psicofármacos e há escassez de práticas integrativas. Este trabalho objetiva fortalecer emocionalmente pessoas privadas de liberdade, estimulando o autoconhecimento, o autocuidado e a regulação emocional, por meio do Arco de Maguerez e das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), criando um espaço terapêutico que promova acolhimento, introspecção e sensação simbólica de liberdade. **Método:** A metodologia foi estruturada em quatro eixos: (1) diagnóstico institucional realizado por equipe multiprofissional; (2) planejamento coletivo da intervenção terapêutica; (3) seleção de participantes segundo critérios clínicos, psicológicos e de segurança; (4) implantação do espaço terapêutico, ambientado com plantas, iluminação suave e sonoridades tranquilas. As oficinas ocorreram semanalmente, em grupos de até cinco participantes, com duração de 60 minutos, sendo monitoradas por instrumentos qualitativos e quantitativos. **Resultados:** Os resultados preliminares indicam redução de queixas emocionais e conflitos, melhoria no convívio social e maior engajamento dos internos. Relatos

TRABALHOS

espontâneos apontam sensação de liberdade, bem-estar e valorização pessoal, como no depoimento: “Há 10 anos estou preso, e hoje é a primeira vez que me sinto verdadeiramente livre.” Observou-se também aumento da empatia entre internos e diminuição da demanda por atendimentos emergenciais. **Conclusão:** A construção coletiva do espaço terapêutico reforçou o senso de pertencimento, autoestima e ressignificação do cárcere como local de cuidado. Evidenciou-se que práticas humanizadas e integrativas, aliadas ao Arco de Magueres, favorecem transformações emocionais, sociais e institucionais, configurando-se como modelo replicável para políticas públicas de saúde mental no sistema prisional.

Palavras-chave: Saúde Mental, Sistema Prisional, Práticas Integrativas e Complementares.

ATENÇÃO PRIMÁRIA PRISIONAL: DESAFIOS DA GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE EM MUNICÍPIOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE

Anna Karolline dos Anjos de Morais¹

¹ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), RJ.
dosanjos.anna@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A gestão do trabalho em saúde envolve um conjunto de ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento dos trabalhadores, visando otimizar a força de trabalho e garantir a qualidade dos serviços prestados. O contexto prisional, marcado pela priorização da segurança do espaço em detrimento do cuidado e acesso à saúde, com dados epidemiológicos que revelam a alta proliferação de doenças e altos níveis de transtornos mentais, tem mantido a tendência de construção de unidades prisionais afastadas dos centros urbanos, o que afeta de maneira significativa a gestão do trabalho da Atenção Primária Prisional. A análise da distribuição da população privada de liberdade no Brasil, a partir dos dados do Sisdepen/MJSP (referentes aos meses de julho e dezembro de 2024) em comparação com a estimativa populacional do IBGE para 2024, evidencia uma realidade que desafia as suposições sobre a concentração carcerária em grandes centros urbanos. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a política de localização de estabelecimentos penais e a distribuição da população prisional afetam desproporcionalmente pequenos municípios, acentuando desigualdades regionais e ampliando desafios para a gestão local. A visibilidade desses dados é essencial para fomentar políticas públicas mais equilibradas e que considerem os impactos estruturais e sociais do encarceramento em diferentes contextos territoriais. **Método:** foram coletados dados do Sisdepen/MJSP (jul. a dez de 2024) para comparar com a estimativa populacional do IBGE para 2024, verificando o quantitativo percentual de pessoas privadas de liberdade nas capitais

brasileiras (considerando o município sede da capital e não a região metropolitana, que geralmente abarcam vários municípios) em comparação à municípios com menos de 100.000 hab. O DF foi desconsiderado por não ser um município. **Resultados:** O estudo revelou que as 26 capitais brasileiras abrigam 15,6% da população privada de liberdade, enquanto 40 municípios com menos de 100.000 hab. concentram 18,6% desse contingente, revelando que municípios pequenos acabam por ter que absorver as demandas de saúde e, quando credenciados pelo Ministério da Saúde, assumir a gestão do trabalho das equipes de Atenção Primária Prisional e todas as questões relacionadas ao processo de trabalho (contratação, alta rotatividade de profissionais, transporte, pagamento de periculosidade/insalubridade, criação de condições de trabalho, educação permanente, etc). **Conclusão:** Esse cenário demonstra que municípios de médio e pequeno porte que possuem unidades prisionais, apesar de sua menor densidade populacional, têm proporcionalmente uma carga maior de impactos socioeconômicos em seu território, uma vez que a presença de uma população carcerária expressiva pressiona as estruturas locais de serviços públicos, saúde, segurança e assistência social, nem sempre dimensionadas para tais demandas, impactando diretamente o índice de vulnerabilidade social dessas localidades. As dificuldades de gerir uma equipe de saúde nesse contexto acabam por obstar o acesso das pessoas privadas de liberdade aos serviços do SUS.

Palavras-chave: Sistema Prisional, Processo de Trabalho em Saúde.

O SUS DENTRO DA PRISÃO: VÍNCULO E CUIDADO ONDE A VIDA É VIGIADA

Carlos Eduardo Rodrigues Toledo¹

Doutorando em Saúde Pública e Epidemiologia ENSP/FIOCRUZ - RJ
toledopharma@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A saúde mental nas prisões é atravessada por medicalização excessiva, abandono institucional e ausência de cuidado humanizado. No Instituto Penal Oscar Stevenson (RJ), mais da metade das internas fazia uso de psicotrópicos, muitas com três ou mais medicamentos diários. Esse cenário refletia um modelo centrado na patologização. Diante das diretrizes da OMS, da Reforma Psiquiátrica e dos princípios do SUS, emergiu a urgência de construir práticas psicossociais que promovessem escuta qualificada, redução da medicalização e fortalecimento da autonomia. Este trabalho teve como objetivo desenvolver e avaliar estratégias integradas de saúde mental com base em vivências reais e participativas, ancoradas na corresponsabilização e na construção de vínculos no cotidiano prisional. **Método:** Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa e intervenção estruturada. O trabalho foi conduzido pelo farmacêutico da Atenção Primária Prisional em conjunto com equipe multiprofissional. Após análise dos prontuários de 289

TRABALHOS

internas e identificação do uso elevado de psicotrópicos, adotou-se uma estratégia de desmedicalização gradual, articulada com rodas de conversa, reavaliações clínicas e acolhimento psicossocial. As internas foram envolvidas no planejamento de ações, propondo atividades que atendessem seus interesses e subjetividades. Surgiram, assim, peças teatrais sobre dengue, ISTs e tuberculose; oficinas de artesanato com materiais recicláveis; rodas de saúde com temas como autocuidado e saúde da mulher; e o curso "Monitores de Saúde", capacitando internas para atuarem como apoio à equipe de saúde. A metodologia baseou-se na escuta ativa e coautoria das internas.

Resultados: A transição para uma abordagem psicossocial resultou em melhorias no bem-estar, comportamento e engajamento das internas. A redução no uso de psicotrópicos foi expressiva e as peças teatrais se mostraram ferramentas potentes de educação e expressão coletiva, com participação ativa da equipe de saúde, SEAP e policiais penais. As oficinas de artesanato valorizaram a criatividade, fortaleceram vínculos e estimularam autoestima, com os produtos sendo utilizados para decorar os ambientes da unidade. O curso de Monitores de Saúde institucionalizou o protagonismo das internas, tornando-as agentes de escuta e comunicação com a equipe. As ações geraram maior harmonia nas galerias, reduziram tensões e promoveram um ambiente mais colaborativo. A intersetorialidade foi fortalecida com parceiros como escola, biblioteca e espaços religiosos. A experiência mostrou que escutar as internas reorganiza o cuidado, ressignifica a prisão e mobiliza a potência da vida mesmo sob privação. **Conclusão:** O Instituto Penal Oscar Stevenson demonstrou que é possível humanizar o cuidado em saúde mental dentro do cárcere quando se rompe com a lógica medicalizante e se aposta na escuta, no vínculo e na corresponsabilização. A participação ativa das internas no planejamento e execução das ações gerou resultados concretos, tanto clínicos quanto sociais. A experiência reforça que modelos de atenção psicossocial no ambiente prisional não só são viáveis como transformadores. Trata-se de uma estratégia replicável, alinhada à Reforma Psiquiátrica, à política de humanização do SUS e aos direitos das pessoas privadas de liberdade. Mais que relatar boas práticas, este trabalho evidencia que a transformação institucional é possível quando se escuta quem vive o cárcere todos os dias.

Palavras-chave: Prisões, Saúde Mental, Saúde da Mulher.

O TRABALHO NÃO REMUNERADO COMO CRITÉRIO DE REMIÇÃO DE PENA PARA AS MULHERES ENCARCERADAS

Marli Marlene Moraes da Costa¹; Georgea Bernhard¹

Universidade de Santa Cruz do Sul, RS.
marlim@unisc.br; georgeabernhard@hotmail.com

Justificativa e objetivos: o sistema penitenciário brasileiro, historicamente, tem sido estruturado sob uma lógica punitiva, negligenciando aspectos fundamentais da reintegração

social dos indivíduos, especialmente no que se refere à população feminina. No âmbito do sistema prisional feminino, as atividades laborais desempenhadas frequentemente se restringem a tarefas domésticas ou de valor social inferior, como costura e culinária, práticas que, além de reforçarem estereótipos de gênero, comprometem a autonomia e a emancipação das mulheres encarceradas. O objetivo deste estudo é analisar o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres no sistema penitenciário, com um foco específico no reconhecimento do trabalho doméstico como uma atividade legítima para a remição de pena. Busca-se, ainda, investigar o potencial dessa medida para promover a ressocialização das detentas, a valorização de suas trajetórias e o enfrentamento da marginalização feminina no contexto penal. **Método:** a pesquisa é de caráter qualitativo e exploratório, utilizando uma abordagem documental e bibliográfica. Foram analisados textos acadêmicos, legislações e relatórios institucionais sobre o sistema prisional feminino, com foco no trabalho não remunerado e na aplicação do princípio de remição de pena. **Resultados:** os resultados da pesquisa indicam que o reconhecimento do trabalho doméstico como uma atividade legítima para a remição de pena revela um grande potencial transformador, especialmente no contexto das mulheres privadas de liberdade. Ao validar tarefas tradicionalmente ligadas ao ambiente doméstico, como cuidar do lar, preparar alimentos e zelar pela família, promove-se a valorização das trajetórias femininas e o fortalecimento dos vínculos afetivos, fatores essenciais para a reintegração social. Todavia, a pesquisa também revelou resistências significativas no sistema penal brasileiro, marcado por uma lógica punitiva que ainda encontra dificuldades em adotar práticas mais inclusivas. As mulheres, em sua maioria, continuam a ser marginalizadas, e as atividades que realizam, mesmo dentro do cárcere, ainda são muitas vezes desvalorizadas. Quanto à remição de pena, se observa que a implementação dessa medida enfrenta barreiras legais e estruturais, além da falta de normatização clara sobre a inclusão do trabalho doméstico como critério legítimo. **Conclusão:** a pesquisa conclui que a inclusão do trabalho doméstico como critério legítimo para remição de pena no sistema penitenciário feminino poderia representar um avanço significativo na promoção da dignidade e ressocialização das mulheres encarceradas. Porém, a efetivação dessa proposta exige mudanças estruturais no sistema penal, como a revisão de normativas e a criação de políticas públicas sensíveis às questões de gênero. Para que haja um impacto real na vida das mulheres privadas de liberdade, é necessário um compromisso interinstitucional que leve em consideração as especificidades e vulnerabilidades dessa população. A construção de um sistema de justiça penal mais inclusivo e igualitário depende de uma abordagem que valorize as vivências das mulheres, promova a equidade e contribua para a reintegração social das mulheres de maneira mais justa e eficaz.

Palavras-chave: cárcere, mulheres, trabalho doméstico;

TRABALHOS

RODAS DE CONVERSA EM UNIDADES PRISIONAIS FEMININAS: FOCO NA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA

Maiara Dorneles Minuzzi¹; Daiani Cristina Rech¹

¹ 8ª Delegacia Penitenciária Regional, RS

maiara-minuzzi@susepe.rs.gov.br; daiani-rech@susepe.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: A alimentação saudável desempenha um papel fundamental no bem-estar físico, social e emocional de um indivíduo. O excesso ou falta de alimentos pode desencadear várias doenças como desnutrição, obesidade, hipertensão, diabetes *mellitus*, entre outras. Nesse contexto, o relato de experiência tem como objetivo descrever as vivências durante a realização de rodas de conversa sobre alimentação saudável e qualidade de vida com mulheres privadas de liberdade no Presídio Regional Feminino de Rio Pardo e Presídio Estadual Feminino de Lajeado Miguel Alcides Feldens, RS. **Método:** As intervenções ocorreram no mês de agosto de 2025. As mulheres privadas de liberdade participaram voluntariamente e em cada unidade prisional teve o envolvimento de 15 (quinze) apenadas, priorizando as que tinham alguma patologia, dentre elas diabetes *mellitus*, obesidade e hipertensão arterial sistêmica. Os encontros tiveram duração de aproximadamente 60 minutos e contaram com a participação da educadora física da 8ª Delegacia Penitenciária Regional. Foram abordados assuntos sobre alimentação saudável, higiene do sono, importância da hidratação, funcionamento intestinal, principais grupos alimentares dentre eles energéticos, reguladores, construtores, prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis através da alimentação em que as apenadas puderam interagir, questionar e tirar suas dúvidas. Além disso, foi abordado sobre como fazer escolhas saudáveis dentro das possibilidades do sistema prisional. Para complementar foram discutidos aspectos referentes a importância da prática regular de exercícios físicos como estratégia para promoção da saúde, tanto no contexto do sistema prisional, quanto no processo de reintegração das egressas. **Resultados:** A prática das rodas de conversa sobre alimentação saudável e qualidade de vida nas unidades prisionais trouxe uma abordagem educativa, social e de saúde pública, pois falar sobre hábitos alimentares saudáveis ajuda a conscientizar sobre escolhas que podem controlar e prevenir problemas de saúde, fortalecer o sistema imunológico, proporcionando qualidade de vida e longevidade. Além disso, a prática possibilitou compartilhar conhecimento de forma acessível, valorizando a troca de experiências e a escuta entre as apenadas. **Conclusão:** A experiência realizada nas unidades prisionais reforça ações de promoção de saúde, prevenção de doenças, amplia o papel da educação nutricional em espaços de vulnerabilidade contribuindo para a reinserção social entre as pessoas privadas de liberdade.

Palavras-chave: Alimentação, Pessoas Privadas de Liberdade, Qualidade de vida.

PRESOS TRABALHADORES EM MOVIMENTO: A GINÁSTICA LABORAL COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE

Daiani Cristina Rech¹

¹ 8ª Delegacia Penitenciária Regional, RS

daiani-rech@susepe.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: A ginástica laboral, tradicionalmente aplicada em ambientes corporativos, consiste na realização de exercícios físicos planejados e adaptados, durante a jornada de trabalho. Em espaços prisionais, a prática de ginástica laboral, surge como uma importante ferramenta de promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida das pessoas privadas de liberdade, especialmente daquelas que realizam atividades laborais dentro das unidades. Dessa forma, esse relato de experiência tem como objetivo principal compartilhar a trajetória da implementação de intervenções de ginástica laboral com pessoas privadas de liberdade em 3 unidades prisionais masculinas de abrangência da 8ª região penitenciária do RS. **Método:** As sessões são realizadas semanalmente, nos respectivos espaços coletivos de trabalho das unidades prisionais da Penitenciária Estadual de Venâncio Aires, com a participação de aproximadamente 32 internos, Presídio Regional de Santa Cruz do Sul, que abrange em torno de 30 integrantes e Presídio Estadual de Lajeado, que tem o envolvimento de 40 presos trabalhadores. A participação de todos é voluntária. As atividades laborativas nesses espaços incluem custodiados que atuam em ateliês de costuras e marcenarias, implantados por meio de Protocolos de Ação Conjunta (PACs), além de presos trabalhadores responsáveis pelas tarefas da cozinha e manutenção dos espaços físicos. Durante as sessões, com duração de aproximadamente 20 minutos, são realizadas atividades sistematizadas que envolvem exercícios de alongamento, mobilidade articular, consciência corporal e respiração. Para execução da maioria dos exercícios, são utilizados materiais alternativos como: faixas elásticas, balões, garrafas plásticas, tecidos EVA, bolas de isopor e folhas de papel. **Resultados:** As práticas de ginástica laboral contribuíram para a diminuição de queixas relacionadas a dores musculoesqueléticas e melhora na postura, podendo resultar a longo prazo, redução dos riscos de lesões ocupacionais. Além dos benefícios fisiológicos, observou-se o fortalecimento das relações interpessoais, o aumento da autoestima e a criação de um ambiente mais colaborativo e descontraído propiciando o bem-estar mental entre os apenados. **Conclusão:** Essa experiência reforça o potencial da ginástica laboral como ferramenta de promoção e cuidado com a saúde e humanização no contexto prisional, alinhando-se às diretrizes de educação e ressocialização propostas para o sistema penitenciário.

Palavras-chave: Ginástica Laboral, Saúde, Pessoas Privadas de Liberdade.

TRABALHOS

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ESPAÇO DE CUIDADO NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daiani Cristina Rech¹

¹ 8ª Delegacia Penitenciária Regional, RS
daiani-rech@susepe.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: Cada vez mais as evidências indicam que o ambiente prisional favorece um estilo de vida sedentário, contribuindo para aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade, aparecimento de doenças cardiovasculares e agravos ao bem-estar emocional. Por isso, a Educação Física nas unidades prisionais representa uma importante estratégia de promoção da saúde física e mental, da ressocialização e da dignidade humana. Nesse sentido, o presente relato de experiência tem como objetivo compartilhar as vivências adquiridas durante a realização dos atendimentos técnicos de Educação Física com mulheres privadas de liberdade no Presídio Regional Feminino de Rio Pardo e Presídio Estadual Feminino de Lajeado Miguel Alcides Feldens, RS, pertencentes a 8ª região penitenciária. **Método:** As intervenções iniciaram em setembro de 2024 e ocorrem semanalmente até a presente data. As mulheres privadas de liberdade participam voluntariamente e em cada unidade prisional são divididas em até 3 grupos de participação. Os encontros duram aproximadamente 45 minutos e contam com práticas corporais diversas como: alongamento, exercícios aeróbicos, ginástica localizada, circuito funcional, yoga, pilates, dança e jogos recreativos. Além disso, trimestralmente é realizada a avaliação da composição corporal (peso, altura, índice de massa corporal, circunferência da cintura, relação cintura-estatura) para fins de acompanhamento individualizado. Através da coleta destes dados, são gerados boletins com os indicadores de saúde que são repassados a todas as participantes para conhecimento, os quais foram amplamente esclarecidos através de uma roda de conversa no início das atividades. Nesta mesma oportunidade também foram compartilhadas informações sobre a importância da prática diária de exercícios físicos no ambiente de privação de liberdade. **Resultados:** A iniciativa revela-se um importante meio para propiciar às mulheres momentos de expressão e cuidado com o corpo, além de alertar sobre a presença de indicadores de risco à saúde e as estratégias necessárias para evitar o surgimento de doenças futuras. Ademais, os resultados observados indicam melhora no bem-estar geral, na socialização entre as internas e a oportunidade de momentos de descontração. **Conclusão:** A experiência reforça a consolidação da Educação Física como instrumento de humanização no ambiente prisional, especialmente no que tange à população feminina, cujas demandas e vulnerabilidades requerem abordagens específicas e sensíveis.

Palavras-chave: Educação Física, Pessoas Privadas de Liberdade, Saúde.

IMPLEMENTAÇÃO DE UM GRUPO DE RESPONSABILIZAÇÃO NO CONTEXTO DAS ALTERNATIVAS PENAIS: CRIMES DE TRÂNSITO

Lucimar Pereira Poletto¹; Thayla Fernanda Souza e Silva²; Leonardo Ferreira da Silva¹; Gleidiane Custódio Assis da Silva¹; Edna Ederli Coutinho⁵; Gresiella Almeida⁶

¹Secretaria de Estado de Justiça (SEJUS), MT

²Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT/SEJUS, MT

³Tribunal de Justiça (TJMT)

⁴Coordenadoria de Ação Educativa de Trânsito
lucimarpoleto@sejus.mt.gov.br

Justificativa e objetivos: O estudo descreve a experiência de uma gestão em alternativas penais, desde a articulação com a rede de proteção social para implementação de grupos de responsabilização para pessoas que cometeram delitos de trânsito até a aferição de sua reincidência. O público advém de processos judiciais com medidas cautelares e restritivas de direitos, encaminhadas pela Vara Execução Criminal e de Acordos de Não Persecução Penal, advindos do Ministério Público. Justifica-se o estudo pela necessidade de instituir grupos específicos para esse público, devido: ao elevado número de encaminhamentos recebidos na central de alternativa penais; pelas temáticas a serem trabalhadas estarem relacionadas ao trânsito; pela ampliação dos serviços com foco na conscientização também de responsabilização no trânsito; identificação de vulnerabilidades relacionadas ao (ab)uso de álcool e outras drogas e os respectivos encaminhamentos articulados com a rede de proteção social e fortalecimento de ações com a coordenadoria educativa no trânsito e sistemas de justiça. O objetivo é promover a mudança de comportamento do público, por meio de sensibilização e responsabilização, ou seja, os infratores não terem apenas como penalidade o pagamento de multas e comparecimento mensal na instituição como tem ocorrido, mas também refletirem e mudarem hábitos relacionados à consciência e segurança coletiva, contribuindo para a paz no trânsito e diminuição de reincidência criminal. **Método:** Os métodos adotados foram: reuniões gerenciais presenciais e híbridas com a rede de segurança (polícia militar, guardas de trânsito); sistema de justiça (juiz, promotor); coordenações de departamento de trânsito e secretaria de mobilidade urbana; levantamento de dados estatísticos de delitos de trânsito; construção de projetos pilotos de grupos de responsabilização, dentre outros. **Resultado:** Os resultados foram a implementação de 06 Grupos de Responsabili-

TRABALHOS

zação para Crimes de Trânsito, sendo 25 pessoas cada grupo, divididos em 05 encontros de 02h cada. O último encontro, é uma atividade externa, em que a pessoa em alternativas penais atua como multiplicador de educação para o trânsito em operações integradas do trânsito. Também foi observado um fortalecimento da articulação em rede envolvendo o sistema de justiça de crimes de trânsito, aumento do senso de responsabilização no trânsito dos transeuntes, fortalecimento de políticas de educação de trânsito, promoção da cultura de paz no trânsito, resolução de conflitos, restauração de relações, trabalho em rede etc. **Conclusão:** Conclui-se que grupos de responsabilização para infratores de trânsito que estão em alternativas penais constitui uma estratégia inovadora e eficaz na gestão da execução penal, considerando que a ressignificação da pena como oportunidade de transformação do indivíduo, além de fortalecer a articulação interinstitucional e a efetividade das medidas em meio aberto.

Palavras-chave: Penas, Grupos, Trânsito.

MESES TEMÁTICOS E O ACESSO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE PARA PRISIONEIRO E VISITANTES

Letícia Corrêa Machado¹; Vanessa Cristiane Pereira Rodrigues¹; Maristela Mayolo¹; Cristiane Rocha da Silva²; Antônio Francisco Von Holleben Thomé¹

¹Polícia Penal Rio Grande do Sul, RS

²Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos- NEEJA LIBERDADE, RS
leti222@gmail.com

Justificativa e Objetivos: O Presídio Estadual de Arroio do Meio iniciou, em 2024, a realização de palestras e rodas de conversa com detentos e seus visitantes, como forma de ampliar o acesso a informações em saúde. A utilização dessas estratégias insere-se na perspectiva de universalização e promoção da política de saúde. Para tanto, foram promovidos encontros alusivos aos seguintes temas: Agosto Lilás, Outubro Rosa, Dia das Crianças e Novembro Azul. O trabalho segue em andamento em 2025 e prevê continuidade ao longo de 2026. Entende-se que a inclusão dessa pauta no ambiente prisional contribui para a disseminação de informações sobre prevenção e favorece o acesso à rede de atenção básica em saúde.

Método: Foram realizados grupos distintos com prisioneiros e visitas. Em meses comemorativos, são oferecidas palestras e rodas de conversa sobre temas pertinentes à saúde, nas quais os servidores se mobilizam para disponibilizar um espaço de acolhida. Há também participação de outros profissionais da rede socioassistencial, que oferecem suporte técnico e interação com os grupos. No Agosto Lilás, dedicado ao combate à violência contra a mulher, foi realizada uma roda de conversa com os visitantes, apresentando as diferentes formas de vi-

olência sofridas pelo público feminino. Na mesma perspectiva, ocorreu diálogo expositivo com os alunos do NEEJA. O Outubro Rosa, voltado ao autocuidado feminino e à prevenção do câncer de mama, apontou-se sobre as alterações na região mamária, bem como os papéis sociais desempenhados pela mulher na sociedade atual. Ainda em outubro, aproveitou-se a celebração do Dia das Crianças para orientar os visitantes sobre formas eficazes de escovação dentária, além da distribuição de folhetos informativos e kits de higiene bucal aos presos. No Novembro Azul, campanha de conscientização sobre a saúde do homem, os detentos participaram de palestra com enfermeiro sobre prevenção de doenças e primeiros socorros. Também foi oferecida testagem rápida aos internos e policiais penais. Nesse mesmo mês, um psicólogo realizou explanação sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde, abordando aspectos relacionados à saúde física e mental. **Resultados:** As atividades têm previsão de continuidade em 2025 e 2026, o que possibilitará mensurar, de forma mais ampla, os resultados alcançados desde 2024. Até o momento, estima-se a participação de aproximadamente 30 visitantes e 45 detentos. Ressalta-se que não foi possível envolver todos os presos nas atividades, contudo buscou-se garantir a participação de forma diversificada entre as celas, a fim de ampliar a divulgação das informações. As ações realizadas nos diferentes meses temáticos possibilitaram significativa disseminação de conhecimentos sobre cuidados em saúde, prevenção de doenças, reflexões sobre violências e informações sobre acesso à rede socioassistencial. **Conclusão:** As ações de saúde no presídio mostraram-se eficazes ao promover informação, prevenção e autocuidado para prisioneiros e visitas. A continuidade do projeto reforçará ainda mais a integração entre saúde, educação e cidadania no ambiente prisional.

Palavras-chave: Prisioneiros, Saúde, Visitas.

VOZES PERIFÉRICAS — DIÁLOGOS E REFLEXÕES A PARTIR DA LEITURA DE LETRAS DE RAP

Caroline Oliveira Matozo¹; Adriele Marlene Manjabosco¹; Claudia Wermuth Pinheiro¹

¹Penitenciária Estadual de Charqueadas, Polícia Penal do Rio Grande do Sul.

caroline-matozo@susepe.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: Esse trabalho se constitui em um relato de experiência do grupo "Vozes Periféricas" que faz parte de um trabalho multidisciplinar realizado pelo setor técnico da Penitenciária Estadual de Charqueadas composto por assistentes sociais e psicóloga, na implementação e garantia do acesso das pessoas privadas de liberdade (PPL) a atividades sociais e educativas. O grupo tem como objetivos: estimular a

TRABALHOS

discussão sobre temas socialmente relevantes, como racismo, desigualdades sociais e de gênero, violência, acesso aos direitos e à saúde mental, visando promover a reflexão crítica e ampliar a conscientização dos participantes; oportunizar o acesso à remição por meio de práticas sociais educativas e fomentar o incentivo à leitura e a escrita como ferramenta de desenvolvimento pessoal, cultural e pensamento crítico; oferecer um espaço acolhedor onde os participantes possam refletir e compartilhar suas trajetórias de vida a fim de fomentar o diálogo e a escuta, sensibilizando-os por meio dos temas propostos e compartilhar estratégias de saída da criminalidade, contribuindo para a redução dos índices de reincidência. **Metodologia:** Os encontros, estão previstos para ocorrer de forma quinzenal, no espaço da sala de aula e contemplam a leitura e discussão de letras de música e rodas de conversa e oficinas de escrita. Participam em média 15 PPL, que são incluídas mediante avaliação do Setor Técnico, tendo como requisito principal o interesse pela temática. A cada encontro, é realizado o monitoramento e a avaliação das atividades, garantindo espaço para os participantes expressarem suas opiniões e apontarem sugestões de temas e músicas para as próximas atividades. **Resultado:** O grupo vem resultando na participação ativa nas atividades propostas, sendo que os próprios integrantes atuam como multiplicadores, incentivando a participação de outros, evidenciando o sentimento de pertencimento e a relevância do grupo no cotidiano prisional. Frequentemente, os participantes expressam a importância do grupo mediante as dificuldades e o peso do encarceramento, afirmando ser um espaço em que eles podem conversar, falar sobre outros assuntos, trocar ideias, diferenciando-se da realidade cotidiana no interior da galeria. Ao proporcionar a troca e escuta entre os integrantes, observamos, no decorrer dos encontros, o fortalecimento de vínculos de amizade e solidariedade. O grupo tem contribuído também para fomentar o interesse pela leitura e pela frequência escolar. É comum, após ingressarem no grupo, os integrantes também solicitarem a participação na remição pela leitura e nas aulas do NEEJA. As letras de rap têm proporcionado a escrita de forma criativa, alcançando inclusive participantes com baixa escolaridade. **Conclusões:** Acreditamos que esta experiência tem o potencial de ser expandida, tanto neste estabelecimento quanto em outras unidades prisionais. Um dos principais entraves enfrentados é a precariedade do sistema prisional e a ausência de recursos financeiros destinados à realização de atividades culturais e de fomento à leitura. Mesmo com poucos recursos, o Setor Técnico busca garantir a continuidade do grupo, pois ele tem se constituído como um espaço de acolhimento coletivo, de viabilização de direitos, capaz de consolidar o tratamento penal. Os encontros também têm proporcionado múltiplos aprendizados, que passam a ser incorporados no trabalho

profissional.

Palavras-chave: Pessoas Privadas de Liberdade, Tratamento penal, Educação.

ADAPTAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS APENADOS

Cristiane Rocha¹; Clarice Maria Colognese¹; Leticia Corrêa Machado²; Adiles Teresinha de Azevedo¹; Vanessa Cristiane Pereira Rodrigues²
Daniela Forneck²

¹Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos- NEEJA LIBERDADE, RS

²Presídio Estadual de Arroio do Meio - PEAM, RS

cristiane-silva9@educar.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: A educação no sistema prisional configura-se como um instrumento fundamental para a ressocialização e a transformação social, visto que muitos indivíduos privados de liberdade enfrentam dificuldades de adaptação ao ambiente escolar em razão da diversidade de idades, níveis de escolarização e das condições próprias da vida carcerária. Nesse sentido, a implementação de práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão, promovam o aprendizado e estimulem a convivência respeitosa apresenta-se como alternativa eficaz para auxiliar os apenados na construção de novos projetos de vida e na reintegração à sociedade. Temos como objetivo promover a adaptação e a ressocialização de alunos em cumprimento de pena por meio da educação formal. Entre os objetivos, destacam-se: favorecer o processo de adaptação dos apenados às rotinas escolares; fomentar a valorização da educação como ferramenta de transformação; desenvolver competências socioemocionais, como respeito, empatia e cooperação; propor atividades que relacionem educação e cidadania; e incentivar a elaboração de projetos individuais de vida, voltados ao estudo, ao trabalho e à reinserção social. **Método:** Contemplamos rodas de conversa sobre convivência e disciplina, oficinas de leitura e escrita com enfoque em cidadania e valores humanos, bem como atividades coletivas voltadas à cooperação entre estudantes de diferentes idades e níveis de escolaridade. Também são desenvolvidas ações que buscam a construção de projetos de vida, com estímulo ao planejamento e à definição de metas pessoais. Além do trabalho pedagógico, o projeto conta com o suporte de profissionais da rede socioassistencial, que contribuem para a ampliação da abordagem educativa e para a integração entre as dimensões escolar e social. **Resultados:** Até o momento demonstram avanços significativos. Identifica-se maior integração entre os alunos, redução de conflitos, fortalecimento da autoestima e aumento da motivação para a continuidade dos estudos.

TRABALHOS

Professores relatam sentir satisfação e valorização por parte dos educandos, os quais reconhecem a importância da educação e destacam o profissionalismo, a criatividade e a atenção dos docentes. Em pesquisa realizada com os apenados, estes evidenciaram a relevância das aulas, ressaltando a importância de serem tratados com respeito e de perceberem a educação como possibilidade concreta de mudança de vida. Os participantes também valorizaram a estrutura da sala de aula, a organização do espaço, a qualidade dos materiais escolares e o ambiente acolhedor, fatores que contribuem para a permanência e o engajamento nos estudos. **Conclusão:** O projeto de adaptação e ressocialização de alunos apenados evidencia que a educação, no contexto prisional, constitui-se como um instrumento de transformação social e de construção de cidadania. Para além da transmissão de conteúdos escolares, o trabalho realizado promove dignidade, respeito e esperança, contribuindo para a reconstrução de trajetórias pessoais e para a preparação dos indivíduos em direção a uma vida em liberdade.

Palavras-chave: Cidadania, Educação prisional, Ressocialização.

“MÃOS AMIGAS: PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA EM SAÚDE GINECOLÓGICA PARA MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE”

Olga A. Leiva Cabelho de Santana¹; Gleidiane Custódio da Silva Assis¹; Isabela Garcia Alves¹; Natália Arnout Antikeira Rodrigues¹

¹Secretaria de Estado e Justiça de Mato Grosso/Secretaria de Adjunta de Administração Penitenciária.
olgasantana@sejus.mt.gov.br

Justificativa e Objetivos: Este relato de experiência descreve a implementação exitosa do projeto “Mãos Amigas”, uma iniciativa estratégica em saúde pública gerenciada pela Coordenadoria de Saúde Penitenciária, apoiada pela Superintendência de Políticas Penitenciárias (SPP) da Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária do estado de Mato Grosso (SAAP). A SPP é responsável pela condução de políticas públicas voltadas para a saúde, educação, trabalho e reinserção social de mulheres privadas de liberdade. O referido projeto busca a promoção da saúde ginecológica de mulheres em unidades prisionais femininas do interior do estado. Diante dos desafios estruturais e logísticos enfrentados para oferta de atendimentos especializados em ginecologia pelo Sistema Único de Saúde (SUS) — tanto para a população em geral quanto para a população carcerária —, o projeto teve como objetivo ampliar o acesso a serviços de saúde da mulher em seis uni-

dades penais femininas, beneficiando um universo de N = 859 mulheres privadas de liberdade à época da implementação.

Método: A assistência ginecológica foi realizada por meio de atendimentos presenciais e de teleassistência, iniciando-se em 10 de maio de 2024, com vigência prevista para todo o ano de 2025. A ação contou com uma médica ginecologista do quadro do sistema penitenciário estadual, em articulação com as Secretarias Municipais de Saúde, responsáveis pelo suporte logístico e técnico — incluindo fornecimento de insumos, análise de lâminas do exame de Papanicolau, disponibilização de equipamentos e apoio de profissionais de enfermagem nas unidades que não dispõem de equipe de saúde própria.

Resultados: No período de 14 meses, foram realizados 1.237 atendimentos ginecológicos, sendo 603 por teleassistência e 634 presenciais — o que representa mais de 100% da população carcerária feminina atendida. Dentre os procedimentos realizados, destacam-se: 124 mamografias, 562 exames de rastreio para câncer do colo do útero (Papanicolau), 82 acompanhamentos pré-natais e 596 exames laboratoriais para diagnóstico de ISTs (HIV, sífilis, hepatites B e C) e testes de gravidez. **Conclusão:** O projeto “Mãos Amigas” consolidou-se como uma estratégia inovadora e eficaz de saúde móvel voltada à população carcerária feminina, promovendo ações de prevenção, diagnóstico e cuidado integral em saúde da mulher. A iniciativa se destaca pela economicidade, impacto social e capacidade de articulação interinstitucional. Para 2026, está prevista a aquisição de um aparelho Colposcópico móvel pela Secretaria de Estado de Justiça de Mato Grosso (SEJUS-MT), o que permitirá maior resolutividade nos diagnósticos de lesões no colo do útero e diagnóstico precoces de câncer nessa região, contribuindo para o aprimoramento das ações já implementadas pelo projeto.

Palavras-chave: Saúde da Mulher, Sistema Penitenciário, Teleassistência.

ENCONTROS LGBTQI+: REFLEXÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS NO CÁRCERE.

Cláudia Wermuth Pinheiro¹; Caroline Oliveira Matozo¹; Adriele Marlene Manjabosco¹

¹Penitenciária Estadual de Charqueadas, Polícia Penal do Rio Grande do Sul.
claudia-pinheiro@susepe.rs.gov.br

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS: Este trabalho se constitui em um relato de experiência sobre as atividades grupais e ações realizadas com a população LGBTQI+ recolhida na Penitenciária Estadual de Charqueadas – PEC, um dos estabelecimentos prisionais de referência no estado do RS, tendo quatro celas destinadas para essa população, abrangendo principalmente mulheres trans. O perfil das pessoas LGBTQI+ privadas

TRABALHOS

de liberdade é, em sua maioria, marcado por extrema vulnerabilidade social, baixa escolaridade, uso de substâncias psicoativas, rompimento de vínculos familiares e, historicamente, pela violação de direitos. Essas pessoas têm sua identidade de gênero frequentemente desconsiderada, além de enfrentarem dificuldades no acesso a políticas públicas adequadas, específicas, equitativas e inclusivas. O grupo tem como objetivos: proporcionar espaço de escuta, acolhimento e reflexão com vistas a promover a visibilidade, o acesso aos direitos e a organização coletiva da população LGBTQIA+. **METODOLOGIA:** Buscou-se realizar atividades coletivas como ações e encontros onde as atividades foram de adesão espontânea, ocorreram em formato de rodas de conversa e contaram com a participação de atores externos vinculados a instituições não governamentais, conselhos de direitos e lideranças vinculadas ao movimento LGBTQIA+. Trabalhamos temas, no qual elas(es) contribuíram compartilhando suas vivências, dificuldades e necessidades, sem medo de julgamento. **RESULTADOS:** As ações desenvolvidas possibilitaram dar maior visibilidade à população LGBTQIA+ recolhida na PEC, bem como às suas demandas e necessidades específicas. Foram realizadas atividades e encontros com a participação de diversas entidades e serviços, onde as atividades proporcionaram reflexões sobre a trajetória de vida, as condições de aprisionamento e as perspectivas de acesso a serviços após o cárcere. O grupo também se consolidou como canal de reivindicação coletiva, que resultaram em conquistas importantes para essa população. Um exemplo foi a criação do Kit LGBTQIA+, viabilizando a entrada de materiais específicos para pessoas trans por meio da sala de revista. Este instrumento visa garantir a dignidade, a autoestima e os direitos humanos dessas pessoas privadas de liberdade, além de ser uma medida alinhada à política de atenção à população LGBTQIA+ no sistema prisional, conforme diretrizes nacionais. Destacamos ainda, a doação de computadores como resultado de atividade realizada com a presença ONG Igualdades, onde as/os participantes manifestaram o interesse em atividades educativas e profissionalizantes. Conquista essa, que torna também possível o acesso a cursos de graduação na modalidade de ensino a distância. **CONCLUSÃO:** As experiências relatadas demonstram que a escuta qualificada e o trabalho do setor técnico em parceria com entidades, serviços e redes são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas no ambiente prisional. A criação do Kit LGBTQIA+, a inserção em cursos profissionalizantes e a articulação com atores externos são exemplos concretos de avanços conquistados a essa população marcada por suas lutas. Os resultados alcançados reforçam a necessidade de continuidade e ampliação dessas ações. **Palavras-chave:** Pessoas LGBTQIA+, Direitos humanos, Pessoas privadas de liberdade.

A ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NOS GRUPOS REFLEXIVOS DE ALTERNATIVAS PENAIS: INTEGRAÇÃO ENTRE DIREITO, PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

Tâmara Veruska Souza Silva¹; Marilene Conceição dos Santos Lara¹; Pâmela Tomé da Silva¹; Luiza Candelária de Arruda Castro da Conceição¹; Thayla Fernanda Souza e Silva²; Leonardo Ferreira da Silva¹

¹Secretaria de Estado de Justiça (SEJUS), MT

²Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT/SEJUS, MT
tamarasilva@sejus.mt.gov.br;

Justificativa e Objetivos: O aumento significativo de adoção de alternativas penais no contexto da violência doméstica e de gênero, infrações de trânsito dentre outros delitos de menor poder ofensivo, evidencia a importância de mecanismos não punitivos de responsabilização e prevenção de reincidência bem como a diminuição do encarceramento. Dentre esses mecanismos, os grupos reflexivos têm ganhado relevância por proporem um espaço de diálogo, conscientização e transformação de comportamentos. Nesse contexto, a atuação da equipe multiprofissional, composta geralmente por psicólogos, assistentes sociais, profissionais do Direito, torna-se elemento central na condução dos encontros, na mediação de conflitos e no acompanhamento dos participantes. Compreender como essas equipes atuam na condução de grupos reflexivos, quais suas contribuições específicas e os desafios enfrentados na prática faz parte desse estudo. **Método:** Foram coletados dados, a partir da experiência de profissionais do Direito, da Psicologia e Serviço Social de uma Central de Alternativas Penais (CIAP), de atendimento individualizado ao planejamento, organização e execução de Grupos Reflexivos. Foi considerando relatórios institucionais, literatura especializada e registros de acompanhamento interprofissional. **Resultados:** A CIAPs, conta com uma equipe técnica de 07 profissionais, sendo 01 advogada, 03 psicólogas e 03 assistentes sociais, que atuam com 03 Grupos Reflexivos semanais fechados em 12 encontros, em média com 20 participantes. Cada dupla de profissional conduz um grupo fixo de 12 encontros, de 02 horas cada. No âmbito jurídico, a atuação concentra-se na orientação quanto às obrigações legais, esclarecimento sobre os direitos e deveres, e monitoramento do cumprimento das medidas alternativas. A Psicologia contribui oferecendo suporte emocional, promovendo estratégias de enfrentamento de comportamentos de risco e facilitando o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. O Serviço Social, por sua vez, realiza acompanhamento das condições de vida, encaminhamentos sociais e articulação com políticas públi-

TRABALHOS

cas, garantindo a inclusão e a reinserção social dos participantes. **Conclusão:** O trabalho multidisciplinar em grupos reflexivos revela-se um potencializador para transformar a medida penal em oportunidade de aprendizado e reconstrução de trajetórias. A diversidade de saberes profissionais amplia a possibilidade de abordagem, permitindo integrar os aspectos legais, sociais e emocionais no processo de responsabilização. Ao articular Direito, Psicologia e Serviço Social, a prática amplia a eficácia da execução penal em meio aberto, promovendo dignidade, cidadania e segurança social. A atuação integrada e dialógica da equipe multiprofissional exige formação continuada, articulação interinstitucional e sensibilidade às complexidades do fenômeno da violência.

Palavras-chave: Equipe multiprofissional, Grupo, Pena.

FILHOS DO CÁRCERE: PROTEÇÃO INTEGRAL E REALIDADES DO SISTEMA PRISIONAL FEMININO NO RS

Marizete Silveira Voltz¹

¹Polícia Penal do Rio Grande do Sul
marizete-silveira@susepe.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: A presença de crianças em estabelecimentos prisionais femininos ainda representa um dos maiores desafios à efetivação do princípio da proteção integral previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A maternidade no cárcere expõe um dilema jurídico e social: de um lado, o direito da criança à convivência familiar; de outro, a necessidade de assegurar sua dignidade, integridade e pleno desenvolvimento em ambientes adequados. Justificam este estudo a carência de unidades prisionais preparadas para receber mulheres grávidas e mães com filhos, bem como a necessidade de compreender os impactos do aprisionamento na infância. O objetivo do trabalho é analisar como a proteção integral vem sendo aplicada nos casos de mulheres privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais femininos do Rio Grande do Sul, especialmente na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP) e no Presídio Regional de Santa Maria (PRSM), a partir da ótica do ECA, da doutrina do melhor interesse da criança e do perfil das presas no Estado. **Metodologia:** O método de pesquisa adotado foi dedutivo, com caráter descritivo e comparativo, analisando-se dados coletados entre 2013 e 2015, posteriormente confrontados com informações públicas recentes do INFOPEN Mulheres e relatórios do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Os resultados apontam que o Rio Grande do Sul mantém um perfil semelhante ao panorama nacional: mulheres jovens, majoritariamente negras, com baixa escolaridade e condenadas por crimes relacionados ao

tráfico de drogas. **Resultado:** Embora o Estado disponha de apenas algumas unidades femininas estruturadas, muitas ainda carecem de condições físicas adequadas para acolhimento de gestantes e crianças. Em 2023, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, havia no Brasil mais de 31 mil mulheres presas, sendo aproximadamente 1.400 no Rio Grande do Sul, com registros de mais de uma centena de mães acompanhadas de filhos em estabelecimentos prisionais. A análise dos casos da PFMP e do PRSM revelou realidades distintas: enquanto a primeira buscou adequar sua estrutura para atender às necessidades das internas grávidas e de crianças até seis meses de idade, o segundo enfrentava maiores dificuldades em conciliar a proteção da infância com a precariedade estrutural. **Conclusões:** Conclui-se que, apesar dos avanços normativos e de algumas práticas pontuais, a efetivação do princípio da proteção integral ainda encontra entraves na execução penal feminina, sendo imprescindível ampliar políticas públicas que garantam não apenas a manutenção do vínculo materno, mas, sobretudo, o direito das crianças a se desenvolverem em ambientes saudáveis e dignos, conforme preconiza o ECA e os tratados internacionais de direitos humanos.

Palavras-chave: Crianças no cárcere, Direitos da criança, Mulheres presas.

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA NO SISTEMA PRISIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laura Sales Ferraz¹; Maiara Dorneles Minuzzi¹

¹Polícia Penal, RS
laura-ferraz@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: A profissão do Nutricionista é recente se comparada a outras profissões da saúde como medicina e enfermagem. Entretanto, nas últimas décadas, vem ganhando cada vez mais destaque devido às evidências científicas que apontam a importância de uma alimentação saudável e equilibrada para a prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis e promoção da saúde. O ambiente prisional traz uma série de vulnerabilidades e condições precárias. Nesse ambiente, diversos profissionais atuam para garantir aos custodiados os mesmos direitos inerentes a qualquer ser humano e proporcionar que eles cumpram sua pena de maneira justa com vistas a uma reintegração social eficiente. O profissional de nutrição desempenha papel importante frente às inúmeras questões de saúde apresentadas pelas pessoas privadas de liberdade como por exemplo: hipertensão arterial, diabetes *mellitus*, sobrepeso, obesidade e até situações mais complexas como doenças renais, hepáticas, disfagias e sequelas de Acidente Vascular Cerebral (AVC). Além disso, o Nutricionista no ambiente prisional desempenha duplo papel,

TRABALHOS

pois também se responsabiliza pela gestão das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) das casas prisionais, responsáveis por fornecer a alimentação diária a todos os apenados, garantindo dessa forma o direito à alimentação adequada. Nesse contexto, o presente relato buscou apresentar e mencionar a importância do profissional Nutricionista no Sistema Prisional. **Método:** Relato de experiência a partir das vivências profissionais de duas Técnicas Superiores Penitenciárias (TSP) Nutricionistas da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul (RS). **Resultados:** A partir da experiência profissional das autoras, foram demonstradas as seguintes atribuições e atividades do Nutricionista no Sistema Prisional: atendimento clínico aos custodiados, discussão de caso clínico com outros profissionais da saúde, elaboração de orientações e planos dietéticos individualizados, elaboração de laudos judiciais sobre a saúde nutricional dos custodiados, sugestões de cardápios, elaboração de Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) para as cozinhas, treinamento para os trabalhadores das cozinhas, inspeção do estoque, armazenamento, preparo e distribuição. Além disso, também são realizadas rodas de conversa, palestras e materiais educativos para os apenados estimulando a prática de hábitos alimentares saudáveis, dentro da realidade do ambiente prisional, contribuindo para a ressocialização, já que promove autonomia e conscientização sobre escolhas alimentares saudáveis. **Conclusão:** As experiências vivenciadas pelas Técnicas Superiores Penitenciárias (TSP) Nutricionistas da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul (RS), reforçam a necessidade e importância de profissionais da nutrição no sistema prisional, pois contribuem para uma gestão eficiente, garantia da segurança alimentar e nutricional, da saúde e da qualidade de vida tanto para os apenados como para servidores.

Palavras-chave: Alimentação, Pessoas Privadas de Liberdade, Saúde.

ADEQUAÇÕES NO PRIMEIRO ANO DA UNIDADE PSIQUIÁTRICA DO CENTRO DE CUSTÓDIA HOSPITAL VILA NOVA

Elisandra de Souza¹

¹ Centro dos Mediadores Instituto de Ensino LTDA, DF, Polícia Penal. elisandrasusepe2021@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A partir da Resolução n. 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça que instituiu a Política Antimanicomial em diversos níveis, incluindo o âmbito prisional, a Polícia Penal do Rio Grande do Sul através do Departamento de Tratamento Penal deu início às tratativas para o seu cumprimento. O tratamento de pessoas privadas de liberdade com transtornos mentais até então eram feitas de duas formas, os casos menos graves eram tratados dentro da casa prisional

onde a pessoa estava recolhida, com medicações e atendimentos psicológicos, já os casos mais graves, acontecia a transferência para o Instituto Psiquiátrico Forense na cidade de Porto Alegre - RS. A Unidade 05 inaugurada em setembro de 2023 contava inicialmente com 21 leitos, sendo um de isolamento, mas no decorrer das atividades a capacidade foi revista para 18 leitos, sendo que dos quais no momento efetivamente são ocupados 14 leitos, buscando a qualificação do atendimento e a segurança dos próprios custodiados que apresentam transtornos sociais, deste último caso por vezes este precisa ficar em cela isolado até a estabilização do estado clínico. **Método:** Para análise desse primeiro período de inauguração da Unidade 05 foram analisados os dados quantitativos de internações, bem como dados empíricos coletados entre servidores penitenciários e especialistas da área da saúde envolvidos na operação da Unidade 05. **Resultados:** Analisando o primeiro ano de funcionamento, podemos afirmar que o grande desafio segue sendo espaço físico, que não atende a grande demanda atual do sistema prisional do Estado. Como pontos positivos, podemos citar a reunião semanal de equipe, que reúne todos os profissionais envolvidos no atendimento aos pacientes da Unidade 05, corpo clínico e Direção do Centro de Custódia Hospitalar Vila Nova (CCHVN), que permite uma maior aproximação entre as questões de segurança e os cuidados necessários ao atendimento da saúde mental. Os aspectos negativos relevantes são a dificuldade na adesão ao tratamento pelos socioeducandos, principalmente após o período de internação no CCHVN, onde retornam as casas prisionais de origem, lugar que em sua maioria não está preparado para receber e manter os cuidados necessários as peculiaridades de pessoas com comprometimento psicológico grave. Como efeito temos a reincidência nas internações do mesmo paciente. Outro aspecto é a alta demanda e o reduzido número de leitos disponíveis ao atendimento desse seguimento de apenados, considerando que as internações são de longa duração. **Conclusão:** Como consequência a fila de espera por um leito psiquiátrico é volumosa e morosa.

Palavras-chave: Saúde mental, Pessoas privadas de liberdade, Prisões

APRENDENDO INGLÊS COM MÚSICA: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NO CONTEXTO PRISIONAL

Rudiane Ferrari Wurfel¹; Cristiane Ferreira Lang¹
Aires Lopes Bianchini¹; Eliani de Fátima Nadalon Mroginski¹; Daniela Martins Prado²; Liana Antunes de Oliveira²

¹ Presídio Estadual de São Borja,

² Secretaria Municipal de Saúde de São Borja (PNAISP)

rudiane-wurfel@susepe.rs.gov.br

TRABALHOS

Justificativa e objetivos: A educação no contexto prisional constitui um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de transformação. A presença de práticas educativas nesse espaço representa não apenas a ampliação de conhecimentos formais, mas também a construção de sentidos para a experiência de privação de liberdade. O presente trabalho relata a experiência do grupo “**Aprendendo Inglês com Música**”, desenvolvido em uma unidade prisional de regime fechado, desde outubro de 2024, com encontros semanais. A proposta tem como característica singular ser conduzida por um professor que também se encontra privado de liberdade, o que confere protagonismo e legitimidade ao processo de ensino-aprendizagem. O grupo tem como objetivo central a promoção do aprendizado da língua inglesa por meio da música, utilizando-a como recurso pedagógico e motivacional. Busca-se ainda favorecer o desenvolvimento de habilidades cognitivas, estimular a cooperação e fortalecer a autoestima dos participantes, além de contribuir para a criação de um espaço educativo e humanizador dentro da prisão.

Método: Atualmente, participam do grupo seis presos do regime fechado. As atividades são estruturadas a partir de materiais pedagógicos desenvolvidos pelo próprio professor e utilização de violão para canções em inglês, seguidas de análise e tradução colaborativa das letras, exercícios de interpretação e prática da pronúncia. A metodologia busca ser inclusiva, valorizando a participação ativa de todos, o intercâmbio de conhecimentos e a construção coletiva do aprendizado. A música, por sua natureza envolvente, atua como facilitadora da motivação e da integração entre os participantes. **Resultados:** Os resultados observados até o momento apontam para avanços no vocabulário em inglês, melhora na compreensão básica do idioma e maior interesse dos presos em atividades de caráter educativo. O grupo tem se constituído como espaço de convivência respeitosa, troca de experiências e estímulo à criatividade. Destaca-se também o papel do professor em privação de liberdade, que assume posição de referência positiva e inspira os colegas, fortalecendo vínculos de confiança e reconhecimento mútuo. **Conclusão:** A experiência do grupo “**Aprendendo Inglês com Música**” evidencia o potencial da educação prisional como ferramenta de transformação e ressignificação da vivência do encarceramento. Ao unir o ensino de língua estrangeira à música, a iniciativa mostra que práticas pedagógicas criativas e participativas são capazes de gerar engajamento, promover autoestima e abrir novas perspectivas para a reintegração social. O protagonismo do professor privado de liberdade reforça a importância de reconhecer e valorizar saberes construídos dentro do cárcere, afirmando a dimensão educativa, cul-

tural e humanizadora da pena.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Pessoas em Privação de Liberdade.

ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL: EXPERIÊNCIA DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO CÁRCERE

Rudiane Ferrari Wurfel¹; Cristiane Ferreira Lang¹; Aires Lopes Bianchini¹; Eliani de Fátima Nadalon Mroginski¹; Daniela Martins Prado²; Liana Antunes de Oliveira²

¹ Presídio Estadual de São Borja,

² Secretaria Municipal de Saúde de São Borja (PNAISP)

rudiane-wurfel@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), instituída em 2014, busca assegurar o direito universal à saúde também no contexto prisional. A criação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em estabelecimentos penais tem ampliado o acesso a serviços de prevenção, promoção e tratamento, garantindo maior proximidade do cuidado e fortalecendo a humanização do cumprimento da pena. Este trabalho apresenta a experiência de uma UBS prisional em funcionamento desde 2020, destacando suas ações e impactos na qualidade de vida das pessoas privadas de liberdade. O objetivo central é relatar a experiência da UBS prisional como dispositivo de cuidado integral, descrevendo a atuação da equipe multiprofissional e as ações desenvolvidas no estabelecimento. Pretende-se evidenciar a relevância da atenção básica no cárcere e os efeitos positivos observados na saúde física e mental da população privada de liberdade. **Método:** A unidade conta com equipe de saúde completa, composta por médico, enfermeira, técnica de enfermagem, odontólogo, psicóloga, assistente social e outros profissionais conforme a demanda local. São realizadas consultas médicas, atendimentos de enfermagem, acompanhamento psicológico, ações de odontologia, vacinação, exames preventivos, manejo de doenças crônicas, atendimentos de urgência, campanhas de educação em saúde e acompanhamento de casos específicos, como tuberculose, HIV e transtornos mentais. O trabalho segue a lógica da Atenção Básica, pautado na integralidade e continuidade do cuidado. **Resultados:** Desde sua implementação, a UBS prisional tem possibilitado maior proximidade no acompanhamento clínico dos internos, redução na necessidade de deslocamentos externos para atendimentos de saúde, melhora no controle de doenças crônicas e maior eficácia no monitoramento de agravos epidemiológicos. Observa-se ainda aumento na adesão às

TRABALHOS

práticas preventivas, fortalecimento da relação de confiança entre presos e profissionais de saúde, além da percepção de melhora na qualidade de vida relatada pelos próprios custodiados. **Conclusão:** A experiência demonstra que a presença de uma UBS no interior do estabelecimento prisional fortalece a efetividade da PNAISP e reafirma o direito à saúde como dimensão indissociável da dignidade humana. Ao garantir cuidado contínuo, próximo e qualificado, a unidade contribui não apenas para a promoção da saúde, mas também para a redução de vulnerabilidades, a prevenção de agravos e a humanização da execução penal. Conclui-se que a atuação de equipes completas de saúde no cárcere é fundamental para a construção de um ambiente mais digno, saudável e alinhado aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: saúde prisional, qualidade de vida, PNAISP.

ENTRE GRADES E PANEAS: O TRABALHO DE APENADOS EM UMA COZINHA PRISIONAL

Laura Sales Ferraz¹; Bruna Taize Candido Zoppo

¹Polícia Penal do Rio Grande do Sul
laura-ferraz@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: O trabalho prisional, conforme a Lei de Execução Penal, tem finalidade produtiva e educativa visando a recuperação, a disciplina e a aprendizagem do preso para a sua vida em liberdade. O trabalho em uma cozinha é intenso e conta com elevada produtividade, com tempo estipulado para cada etapa da produção, além da necessidade de observância de normas higiênicas sanitárias durante todo o processo. O Complexo Prisional de Canoas (CPC) possui uma Cozinha Geral com cerca de 900m² na qual são produzidas todas as refeições diárias dos cerca de 2.450 custodiados. A equipe de trabalhadores da Cozinha é composta em sua totalidade por custodiados do Complexo, que em contrapartida ao trabalho realizado recebem remissão da sua pena. Este relato teve como objetivo descrever o trabalho dos apenados da Cozinha Geral do CPC e propor reflexões acerca dos desafios e perspectivas desse tipo de atividade. **Métodos:** Relato de experiência a partir da vivência profissional de uma Técnica Superior Penitenciária (TSP) Nutricionista e de uma Agente Penitenciária Administrativa (APA). **Resultados:** Atualmente, há 68 trabalhadores na Cozinha Geral do CPC, divididos em 2 equipes. As funções de cada trabalhador variam desde cozinheiro até faxineiro, sendo que há um apenado mais experiente e que está há mais tempo na função que lidera os demais nos processos de trabalho. As atividades iniciam diariamente por volta das 5h30 da manhã e encerram às 17h com inter-

valo de 1h para almoço e descanso. Na Cozinha Geral, são preparados o café da manhã, o almoço, o jantar e a ceia de todos os apenados do CPC. Aqueles que necessitam de alimentação especial em virtude de questões de saúde têm a sua refeição preparada separadamente, por um setor de dietas, dentro da mesma Cozinha. O cardápio é elaborado pela Nutricionista do local. Há também um Termo de Cooperação de atividades de padaria que funciona dentro da Cozinha, onde 3 trabalhadores são responsáveis por produzir os pães destinados ao consumo de apenados e servidores. O recebimento dos insumos para o preparo das refeições ocorre em dias preestabelecidos e também é realizado por uma equipe de apenados que faz uma seleção minuciosa dos itens quanto a qualidade e validade antes de serem armazenados no estoque. As atividades diárias da Cozinha são supervisionadas por uma equipe de Policiais Penais, uma APA e uma TSP Nutricionista. São diversos os desafios do trabalho em uma cozinha prisional. Como exemplos, pode-se listar a alta rotatividade dos trabalhadores e a escassez de equipamentos e utensílios. Também importa mencionar que, visto que a grande maioria dos trabalhadores não têm experiência prévia na função, há a necessidade constante e periódica de treinamentos. Ademais, por se tratar de um ambiente prisional, protocolos operacionais e de segurança são mantidos para assegurar a ordem e o bom funcionamento das atividades e a segurança de todos, já que em uma cozinha há utensílios potencialmente perigosos. **Conclusão:** O trabalho em uma cozinha prisional estimula a disciplina, a responsabilidade e a convivência coletiva. Como formas de incentivo ao trabalho nessa atividade, é importante pensar em ações motivadoras, como por exemplo, a oferta de cursos profissionalizantes, oportunizando que o trabalho sirva também como capacitação técnica em manipulação de alimentos, higiene e habilidades culinárias, aumentando a chance de empregabilidade após o cumprimento da pena.

Palavras-chave: Pessoas privadas de liberdade, Produção de alimentos; Trabalho

RESSOCIALIZAÇÃO E SUPORTE: O TRABALHO PRISIONAL DURANTE AS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL

Kassiane Haas Tavares¹

¹Faculdade Dom Alberto, RS.
kassianehaastavares@gmail.com

Justificativa e Objetivos: O sistema prisional brasileiro enfrenta o desafio de reduzir a reincidência e oferecer aos detentos oportunidades reais de reintegração social. O trabalho realizado dentro das unidades penitenciárias é fundamental nesse processo, pois permite aos apenados que possuam uma ocupação, desenvolvendo e aprimor-

TRABALHOS

ando habilidades, bem como recebam uma remuneração lícita e se sintam parte da sociedade. No ano de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi acometido por um cenário de calamidade pública sendo afetado drasticamente pelas enchentes, o que mobilizou toda a comunidade civil, os órgãos estatais e como consequência, os indivíduos privados de liberdade, que também atuaram em frentes de apoio comunitário, incluindo a limpeza de escolas, instituições, casas e ruas, bem como a produção e doação de itens de madeira, como berços, camas, armários etc, apoio logístico e reconstrução de áreas atingidas. Diante desse contexto, o presente estudo objetiva analisar como o trabalho prisional pode gerar benefícios simultâneos para a população e para os reclusos de liberdade, promovendo auxílio, fortalecendo a ressocialização e reduzindo estigmas sociais. **Métodos:** Adotou-se o método de abordagem dedutivo e de procedimento analítico, por meio de pesquisa documental e bibliográfica em relatórios institucionais, notas oficiais e notícias publicadas pelos órgãos de segurança pública e governo do Rio Grande do Sul. Analisou-se as atividades desenvolvidas pelos apenados após a ocorrência do desastre climático, os critérios de seleção destes indivíduos e os impactos, tanto para a comunidade quanto para os próprios participantes. **Resultados:** Diante do exposto, foi possível observar que os apenados atuaram em diversas frentes, incluindo limpeza urbana, desobstrução de vias, triagem e distribuição de donativos, montagem de abrigos emergenciais, preparo de refeições, apoio logístico a equipes de saúde e defesa civil, além da recuperação de documentos e bens de moradores. Para a população, esse auxílio representou a aceleração na retomada dos serviços essenciais, otimização dos recursos disponíveis e fortalecimento da solidariedade social, contribuindo para melhorar a percepção pública acerca da função social do trabalho prisional. Para os apenados, a experiência proporcionou o desenvolvimento pessoal e social, melhorando a autoestima e a sensação de ser útil para a comunidade. Em face do exposto, ficou evidente que a supervisão adequada, o fornecimento de equipamentos necessários e o planejamento interinstitucional são fundamentais para garantir a segurança e a adequada efetividade das ações. **Conclusão:** Apesar da experiência vivenciada do Rio Grande do Sul ser em momento de calamidade pública, foi possível demonstrar que o trabalho prisional em diferente contexto pode gerar impactos positivos para a coletividade e para os apenados, desde que estruturado com segurança, supervisão técnica e união. O episódio reforça a importância de políticas públicas que ampliem oportunidades de trabalho dentro do sistema prisional, transformando essas experiências em práticas de ressocialização. Além de auxiliar

na reestruturação da comunidade, essas ações contribuem para reduzir estigmas sociais, fortalecer a percepção da função social da pena e oferecer à população privada de liberdade, oportunidades concretas de aprendizado, disciplina e integração à sociedade, além da remição da pena.

Palavras-chave: Calamidade pública, Sistema prisional, Sociedade.

DESAFIOS NA LINHA DE CUIDADO DA PESSOA VIVENDO COM HIV/AIDS EM UMA PENITENCIÁRIA MASCULINA

Andréia Inês Engelmänn¹; Janina Neves Cardozo¹; Camila Nunes de Oliveira¹; Julia; Tanamati Filvoch¹; Roberta Stefanello de Jesus²

¹Fundação Municipal de Saúde de Canoas, RS

²Superintendência de Serviços Penitenciários
andrea.engelmänn@fmsc.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: O HIV, causador da AIDS, exige tratamento contínuo para assegurar maior sobrevida e qualidade de vida. No Brasil, a prevalência do HIV na população privada de liberdade é mais alta do que na população em geral, por apresentar maior vulnerabilidade devido aos comportamentos de risco, como o uso de drogas injetáveis e relações sexuais sem preservativo. Diante disso, o objetivo é analisar os principais desafios enfrentados na linha de cuidado das pessoas vivendo com HIV/AIDS em uma penitenciária masculina. **Método:** Trata-se de um relato de experiência construído a partir da vivência profissional na área da saúde dentro de uma penitenciária masculina localizada no município de Canoas/RS. A descrição dos desafios encontrados baseia-se na observação direta das rotinas assistenciais, nos fluxos institucionais e nas estratégias adotadas pela equipe de saúde diante das barreiras impostas pelo contexto prisional. **Resultados:** A adesão ao tratamento está intrinsecamente relacionada à preservação do sigilo, o qual, embora assegurado durante as consultas médicas e de enfermagem, torna-se praticamente inviável no ambiente carcerário, onde as celas são compartilhadas, em média, por sete indivíduos. Estratégias como a troca de recipientes de medicamentos ou o Tratamento Diretamente Observado buscam mitigar essa limitação, mas apresentam riscos relacionados à manipulação inadequada dos fármacos e à preservação da autonomia dos pacientes. Observou-se, ainda, a atribuição de grande responsabilidade à equipe de saúde quanto à manutenção dos tratamentos, incluindo agendamento de consultas periódicas, solicitação e coleta de exames em tempo oportuno, encaminhamento do material ao laboratório, avaliação dos resultados e tratamento das intercorrências clíni-

TRABALHOS

cas de toda a população privada de liberdade. Essa carga burocrática, frequentemente invisibilizada, contribui para a sobrecarga da equipe de saúde e para a lentidão dos processos assistenciais. Adicionalmente, a elevada frequência de transferências entre unidades prisionais compromete a continuidade dos tratamentos, uma vez que, em curtos intervalos de tempo, os indivíduos são deslocados e precisam reiniciar os acompanhamentos nas novas instituições. Em muitos casos, os documentos e registros clínicos se perdem durante essas transferências, prejudicando ainda mais a linha de cuidado. Por fim, destaca-se o papel do Estado, por meio da Superintendência dos Serviços Penitenciários, como corresponsável pela garantia do acesso à saúde dessa população. No entanto, essa atuação ocorre em um cenário marcado pela insuficiência de recursos humanos, o que torna o processo ainda mais desafiador e complexo.

Conclusão: A análise do contexto de atenção à saúde no sistema carcerário é marcada por limitações estruturais, institucionais e humanas. A sobrecarga dos profissionais, o estigma associado à doença, as dificuldades de adesão ao tratamento e a falta de recursos reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais que garantam maior integralidade, continuidade e humanização do cuidado. Investimentos em políticas públicas voltadas à saúde da população privada de liberdade, somados ao fortalecimento das equipes multiprofissionais, mostram-se fundamentais para assegurar o direito constitucional à saúde e reduzir as desigualdades que atravessam esse grupo vulnerável.

Palavras-chave: Penitenciária, HIV, Atenção Primária à Saúde.

DESAFIOS DO TRATAMENTO DE MULHERES TRANS EM PENITENCIÁRIAS MASCULINAS: SAÚDE, DIREITOS E CONTROLE SOCIAL

Gregory Mendes dos Santos¹; Ricardo Ferreira da Silva¹; Thaís Tusi Barcelos²; Aline Vital Martins Heldt¹; Adriana Porcher da Silveira¹

¹Secretaria Municipal da Saúde de Osório, RS

²Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, RS
drgregorymendes@gmail.com

Justificativa e Objetivos: Mulheres trans privadas de liberdade enfrentam um cenário de múltiplas vulnerabilidades, que se intensificam quando são alocadas em penitenciárias masculinas. Essa prática expõe essas pessoas a violência física, sexual, psicológica e institucional, além de restringir o acesso a cuidados básicos de saúde, incluindo terapia hormonal e acompanhamento psicológico. O objetivo deste estudo foi analisar os principais desafios enfrentados por mulheres

trans em penitenciárias masculinas, considerando o impacto dessa realidade na saúde, nos direitos humanos e no controle social. **Método:** Foi realizada uma revisão documental e bibliográfica em bases nacionais e internacionais (SciELO, LILACS, PubMed) e em relatórios de organizações de direitos humanos publicados entre 2016 e 2025. Foram utilizados os descritores "transsexualidade", "prisões" e "direitos humanos". Após critérios de inclusão, foram analisados 24 artigos, legislações e relatórios técnicos que abordavam saúde, violência e políticas de custódia aplicadas à população trans no cárcere.

Resultados: Os documentos analisados evidenciam uma alta prevalência de violência física, simbólica e institucional contra mulheres trans em penitenciárias masculinas. A ausência de protocolos de acolhimento, de garantia de identidade de gênero e de atendimento integral em saúde agrava quadros de sofrimento psíquico e vulnerabilidade clínica. As barreiras mais relatadas incluem a dificuldade de acesso à terapia hormonal, ausência de suporte ginecológico e psicológico, e falta de capacitação das equipes penitenciárias para lidar com demandas específicas dessa população. **Conclusão:** A realidade vivida por mulheres trans em penitenciárias masculinas reflete graves violações de direitos humanos e a insuficiência de políticas públicas de saúde e inclusão social. Torna-se urgente a revisão das práticas de custódia e a implementação de medidas que garantam tratamento digno, respeito à identidade de gênero e acesso integral à saúde. Recomenda-se a capacitação das equipes multiprofissionais, a integração dos serviços prisionais com a Rede de Atenção Psicossocial e a criação de alternativas penais que reduzam a exposição dessa população a contextos de violência.

Palavras-chave: Direitos humanos, Pessoas trans, Prisões.

QUANDO O CUIDADO SE REFAZ: PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMO REFÚGIO DA EQUIPE DE SAÚDE PRISIONAL

Ricardo Ferreira da Silva¹; Thaís Tusi Barcelos²; Aline Vital Martins Heldt¹; Adriana Porcher da Silveira¹; Gregory Mendes dos Santos¹

¹Secretaria Municipal da Saúde de Osório, RS

²Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, RS
ferreira.ricardo1691@gmail.com

Justificativas e objetivos: A atuação em unidades de saúde prisionais impõe desafios singulares aos profissionais de saúde. Ao transitar entre o compromisso com o cuidado ao paciente e o enfrentamento cotidiano da sobrecarga emocional e tensão constante que o ambiente proporciona, os profissionais mostram-se mais vulneráveis ao adoecimento. Nesse contexto, não apenas as pessoas privadas de liberdade sofrem os efeitos do confinamento,

TRABALHOS

mas também os profissionais que ali atuam. A ausência de estratégias de autocuidado e suporte institucional agravam esse cenário, impactando negativamente a qualidade da assistência prestada, assim, torna-se urgente repensar as formas de cuidado que também contemplem o trabalhador da saúde prisional. O objetivo da implantação das Práticas Integrativas e Complementares propõe promover o autocuidado dos profissionais que atuam na Unidade Básica de Saúde da Penitenciária Modulada de Osório, visando a redução do estresse ocupacional e fortalecendo o bem-estar físico e emocional dos mesmos, sensibilizar a equipe sobre a importância do autocuidado e da integralidade do cuidado, além de desenvolver oficinas práticas de terapias integrativas, também estimular a criação de momentos de relaxamento e fortalecimento dos vínculos da equipe multiprofissional e avaliar os impactos percebidos pelos profissionais em relação à redução do estresse e melhorias do ambiente de trabalho. **Métodos:** Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter interventivo, realizado na Penitenciária de Osório, com a equipe multiprofissional atuante na UBS. Os participantes foram profissionais de diferentes categorias como enfermagem, medicina, farmácia, odontologia, radiologia e polícia penal que atuam diretamente na unidade de saúde. As intervenções compreenderam aromaterapia, esalda-pés, automassagem e Reiki. Os procedimentos foram estruturados de forma a estimular a participação ativa, compartilhamento de vivências e a experimentação das práticas das terapias. A coleta de dados se deu pela observação participante e *feedback* espontâneo dos profissionais após as práticas. **Resultados:** As práticas mostraram-se efetivas em diferentes dimensões como: redução do estresse imediato, relatada por todos os profissionais após as sessões; melhora da qualidade do ambiente de trabalho, com relatos de maior leveza nas interações cotidianas; fortalecimento da equipe, que passou a compartilhar fragilidades, dores e estratégias de enfrentamento. Um dos achados mais significativos foi o reconhecimento do valor do autocuidado como elemento de resistência subjetiva frente a dureza da rotina prisional. O projeto também promoveu uma maior consciência corporal e emocional, devolvendo ao profissional a sensação de pertencimento e dignidade. **Conclusão:** O ambiente prisional impõe desafios significativos à equipe de saúde, que enfrenta sobrecarga laboral, adoecimento físico e mental. Nesse contexto a implementação das práticas integrativas e complementares se consolidam como ferramentas eficazes de fortalecimento da equipe de saúde, auxiliando na prevenção do estresse crônico e na preservação da saúde emocional. Voltar o conhecimento para dentro e reconhecer que o trabalho em saúde exige também o cultivo de

si, sob pena de o cuidador sucumbir ao peso do cárcere. Conclui-se que a implementação das Práticas Integrativas e Complementares contribuiu para a redução do estresse ocupacional e valorização da saúde mental dos servidores. **Palavras-chave:** Autocuidado, Estresse Ocupacional, Terapias Complementares.

ENTRE JALECOS E FARDAS: A COEXISTÊNCIA DA SAÚDE E SEGURANÇA NO AMBIENTE PRISIONAL

Ricardo Ferreira da Silva¹; Thaís Tusi Barcelos²; Aline Vital Martins Heldt¹; Adriana Porcher da Silveira¹; Gregory Mendes dos Santos¹

¹Secretaria Municipal da Saúde de Osório, RS;

²Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, RS
ferreira.ricardo1691@gmail.com

Justificativa e objetivos: O ambiente prisional constitui-se como um espaço de tensões constantes, permeado por duas lógicas indissociáveis: a da segurança e a do cuidado. No âmbito da saúde prisional, essas dimensões se manifestam cotidianamente no ato do atendimento, em que a presença do profissional de saúde e do policial penal se torna indispensável. De um lado, o jaleco simboliza a escuta, o tratamento e o acolhimento; de outro, a farda representa a vigilância, a ordem e a proteção. Essa sobreposição cria um campo híbrido, no qual o cuidado em saúde ocorre sob condições de máxima segurança. O presente estudo busca refletir sobre essa dualidade e suas implicações para a prática do cuidado no cárcere e analisar de que forma a relação entre profissionais de saúde e policiais penais configura um modelo singular de atenção, no qual segurança e cuidado não se contrapõem, mas se articulam para viabilizar o atendimento. **Método:** Trata-se de um relato de experiência, fundamentado na vivência prática de profissionais de saúde da Penitenciária Modulada Estadual de Osório. Utilizou-se a observação participante da rotina de atendimentos médicos e de enfermagem, sempre acompanhados por policiais penais. A análise foi realizada considerando os princípios da saúde coletiva e a perspectiva da sociologia das instituições totais, o que permitiu compreender tanto os aspectos práticos quanto os significados simbólicos da presença simultânea de profissionais de saúde e policiais no mesmo espaço. **Resultados:** A experiência evidencia que a presença do policial penal no atendimento: garante segurança física para a equipe de saúde, viabilizando a escuta e o cuidado; atua como mediador, organizando fluxos e prevenindo conflitos; porém introduz, entretanto, uma barreira simbólica, na medida em que o preso nunca se encontra em um espaço de cuidado plenamente íntimo ou

TRABALHOS

privado. Ao mesmo tempo, observa-se que a equipe de saúde, ao exercer seu papel, contribui para a humanização do espaço prisional, reduzindo tensões e oferecendo ao paciente um momento em que o cuidado se sobrepõe à lógica punitiva. Essa convivência demonstra que “jaleco” e “farda” não são polos opostos, mas instâncias complementares no cotidiano da saúde prisional. **Conclusão:** O estudo evidencia que a saúde no cárcere não pode ser compreendida fora da presença simultânea da segurança. O cuidado em contexto prisional é híbrido, atravessado pela vigilância, o que não o inviabiliza, mas o torna possível. Reconhecer essa coexistência é essencial para compreender a singularidade do trabalho em saúde no sistema prisional e fortalecer políticas públicas que valorizem a multiprofissionalidade e a complementaridade de papéis entre os diferentes atores envolvidos. Assim, no cárcere, o cuidado só existe porque a segurança o permite, e a segurança só se legitima quando o cuidado se realiza.

Palavras-chave: Equipe de Assistência ao Paciente, Serviços de Saúde para Prisioneiros, Servidores Penitenciários.

ENTRE GRADES E INIQUIDADES: O RACISMO NO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Milena de Oliveira Corrêa¹; Lia Gonçalves Possuelo²; Paula Gabriella Pedras Silva¹; Yasmin Gurtler Pinheiro de Oliveira¹; Eduarda Gassend Boeira²; Thiago Nascimento do Prado¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UNISC)
enfmlena.moraes15@gmail.com

Justificativa e objetivos: A tuberculose (TB) permanece como uma das principais causas de morte por doenças infecciosas no mundo, afetando desproporcionalmente populações em situação de vulnerabilidade social, como as pessoas privadas de liberdade (PPL). No Brasil, esse grupo é majoritariamente composto por pessoas negras, que enfrentam condições precárias de vida e acesso limitado à saúde, agravados pelo racismo estrutural e institucional. Diante disso, o objetivo é mapear e identificar evidências científicas sobre o impacto do racismo nos desfechos do tratamento da TB entre a PPL, buscando compreender como esse determinante social influencia a morbimortalidade e a equidade no cuidado. **Método:** Foi realizada uma revisão de escopo guiada pelas recomendações do Joanna Briggs Institute (JBI) e estruturada conforme o protocolo PRISMA-ScR, abrangendo publicações entre 2014 e 2024. A busca foi conduzida em seis bases de dados (MEDLINE/

PUBMED, EMBASE, SCOPUS, WEB OF SCIENCE, COCHRANE LIBRARY e LILACS), utilizando a abordagem PCC (População, Conceito, Contexto), com foco na população encarcerada, raça/cor e desfechos do tratamento da TB. **Resultados:** Foram identificados 529 estudos, dos quais 143 foram excluídos por duplicidade. Após triagem e análise de elegibilidade, sete estudos foram incluídos na síntese final. Os resultados evidenciaram que o racismo estrutural intensifica a vulnerabilidade da população negra encarcerada, refletindo em barreiras ao diagnóstico precoce, adesão ao tratamento e acompanhamento clínico. A superlotação dos presídios, a escassez de recursos e a negligência institucional contribuem para a disseminação da TB e para o agravamento dos casos, especialmente entre homens negros. Além disso, a invisibilidade das demandas específicas dessa população nos sistemas de saúde e a baixa representatividade de profissionais negros dificultam a implementação de políticas públicas eficazes. **Conclusão:** A análise dos dados revela que a maioria dos casos de TB na PPL ocorre entre pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, reforçando a correlação entre raça, encarceramento e adoecimento. A adoção de políticas antirracistas e a inclusão da variável raça/cor nos sistemas de informação são medidas essenciais para enfrentar essas disparidades. Conclui-se que o racismo é um fator determinante na saúde da população negra encarcerada, impactando diretamente os desfechos do tratamento da TB. A superação dessas iniquidades exige ações intersetoriais, formação crítica dos profissionais de saúde, fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e compromisso institucional com a equidade racial. Este trabalho contribui para o debate sobre justiça social e saúde coletiva, propondo uma abordagem que reconheça o racismo como um problema político e estrutural a ser enfrentado para garantir o direito à saúde de forma universal e igualitária.

Palavras-chave: Encarceramento, Racismo, Tuberculose.

RESSOCIALIZAÇÃO PELO ESTUDO E TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL: EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO PENAL DE CHARQUEADAS

Leticia Brum da Silva¹; Jocelaine de Andrade Hahn¹; Marizete Silveira Voltz¹; Michel da Conceição Pereira¹; Rodrigo Nery Benites¹

¹Instituto Penal de Charqueadas
leticia-silva@susepe.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema prisional é frequentemente questionada, sendo muitas vezes interpretada como uma utopia

TRABALHOS

diante dos inúmeros desafios estruturais, sociais e culturais que permeiam o ambiente carcerário. No entanto, a experiência desenvolvida no Instituto Penal de Charqueadas (IPCH) demonstra que é possível avançar de maneira concreta na promoção da educação e do trabalho como instrumentos de transformação social e reinserção do apenado. Diante de um cenário inicial marcado por apenas duas salas de aula, uma biblioteca ociosa e ausência de oportunidades laborais, o objetivo deste trabalho foi relatar e avaliar as ações implementadas para ampliar o acesso à educação e ao trabalho no regime semiaberto, promovendo o desenvolvimento humano e a redução da reincidência criminal. **Método:** a metodologia consistiu na adoção de um plano de gestão que articulou parcerias externas e mobilizou recursos internos, com triagem criteriosa dos apenados aptos às atividades educacionais e laborais, considerando fatores como comportamento, vínculo familiar, escolaridade e interesse demonstrado. **Resultados:** os indicadores de educação revelam expressivo crescimento em pouco mais de um ano. Em maio de 2024, havia apenas 10 alunos em educação regular e 5 em remissão por leitura, enquanto em meados de 2025 registraram-se 80 alunos matriculados em quatro turmas presenciais (alfabetização, ensino fundamental e médio) e 22 participantes na remissão pela leitura, representando crescimento superior a 300%. O número de inscritos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) também evoluiu significativamente, passando de 32 em 2024 para 75 em 2025, aumento de mais de 130%. No âmbito laboral, a ausência inicial de programas foi superada por meio da implantação de convênios com instituições públicas e privadas, resultando em dezenas de apenados inseridos em atividades produtivas. Destacam-se as parcerias com o Hospital Vila Nova, que absorveu 17 presos em diferentes funções, a Prefeitura Municipal de Charqueadas, que emprega 22 em secretarias diversas, além de empresas como Damasceno Serviços de Reciclagem, com 6 trabalhadores, e a Infoprime, com previsão de até 20 vagas em pavilhão interno. Outras oportunidades incluem atividades em panificação e na estação de tratamento de esgoto local, que, embora em menor escala, representam ganhos de aprendizado e perspectiva profissional. **Conclusão:** os avanços obtidos no IPCH, traduzidos em maior acesso à educação formal, ampliação do número de alunos e significativa adesão ao ENCCEJA, bem como na diversificação das oportunidades de trabalho, evidenciam que a ressocialização pelo estudo e pelo trabalho não é uma utopia, mas uma realidade possível quando há gestão comprometida, parcerias sólidas e políticas voltadas para a valorização do ser humano. Esses resultados reforçam a aplicabilidade da Lei n. 12.433/2011, que assegura a remissão da pena pelo estudo e pelo trabalho, e demonstram que investir em educação e atividade laboral no cárcere é um

caminho efetivo para a reconstrução de trajetórias individuais e para a segurança social.

Palavras-chave: Educação prisional, Reabilitação, Trabalho prisional.

USO DAS TECNOLOGIAS EM CONTEXTOS PENITENCIÁRIOS: ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO EM SAÚDE E CUIDADOS NA ENFERMAGEM

Paola Margarita Oñate Daza¹; Ivonete Teresinha Schuller Buss Heidemann¹; Keyla Cristiane do Nascimento¹; Erika Augusta do Amaral Coelho Bezerra¹; Victoria Leslyê Rocha Gutmann¹; Marinalda Bonelli¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina, SC; Laboratório de Pesquisa em Enfermagem e Promoção da Saúde
paolaonate@hotmail.com

Justificativa e objetivos: A reflexão sobre o cuidado em saúde no sistema prisional brasileiro implica reconhecer uma contradição fundamental: a demanda por um cuidado qualificado em meio a infraestruturas precárias, a superlotação e à escassez de formação profissional. Diante deste cenário, propomos, uma reflexão sobre as estratégias digitais como ferramentas capazes de ressignificar as práticas de saúde e educação neste cenário adverso. O ensino online, emerge como uma solução viável e inovadora e alinhada com as diretrizes da Estratégia de Saúde Digital (ESD) 2020-2028 do Ministério da Saúde. A principal vantagem é sua capacidade de contornar as limitações estruturais e de segurança. O formato remoto permite a implementação de programas de qualificação com múltiplos formatos sem a necessidade de deslocamento físico de educadores, garantindo consistência e escalabilidade. Trata-se de uma ferramenta pragmática para levar conhecimento qualificado para dentro dos muros. É nesse ponto que o ciberespaço se revela como um poderoso aliado. Tradicionalmente visto como uma esfera de interação social e cotidiana, ele também pode ser ressignificado como uma ferramenta estratégica para a saúde. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), que têm a capacidade de dissolver as barreiras físicas. Para o enfermeiro que atua nesse contexto, isso representa uma mudança paradigmática: a possibilidade de acessar uma formação continuada de alta qualidade de forma assíncrona — no seu próprio tempo, no seu próprio ritmo e, crucialmente, em segurança, livre das restrições logísticas e dos riscos inerentes ao ambiente prisional. Portanto, ao propormos uma solução digital em um dos cenários mais desafiadores do país, demonstrando a pertinência dessa política pública. Nossa proposta, portanto, articula-se na qualificação continuada dos enfermeiros em saúde penitenciária, superando as barreiras de acesso ao conhecimento, e na exploração de

TRABALHOS

estratégias lúdicas para serem aplicadas diretamente com as Pessoas Privadas de Liberdade, transformando as condições de vida nesse contexto. Analisar o potencial da educação digital para a qualificação de enfermeiros e do uso da lúdica como estratégia de cuidado em saúde no sistema prisional. **Método:** Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo de abordagem qualitativa, por meio da Análise Temática Reflexiva (ATR). Foram coletados dados em plataformas virtuais no primeiro semestre de 2024 e as bases de dados como MEDLINE, Cochrane Library e JBI de estudos primários. **Resultados:** A análise revelou uma lacuna significativa na literatura e na prática: a subutilização das tecnologias digitais para a qualificação dos profissionais de enfermagem em ambientes prisionais. Apesar do vasto potencial da saúde digital no Brasil, identificado nos dados coletados em plataformas virtuais, a oferta de ferramentas de ensino para a enfermagem penitenciária ainda não reflete essa capacidade. Em contrapartida, nossa análise aponta para a relevância e o potencial de propostas baseadas na ludicidade em contextos penitenciários, sugerindo que essas estratégias são promissoras para a transformação das condições de vida e o fortalecimento de vínculos no ambiente prisional. **Conclusão:** A análise revela uma contradição: o vasto potencial da saúde digital no Brasil, não se reflete na oferta de ferramentas de ensino na prática da enfermagem em ambientes prisionais, por outro lado, esperasse encontrar propostas baseadas na ludicidade em contextos penitenciários.

Palavras-chaves: Prisioneiros, Tecnologia em enfermagem, Saúde digital.

DESCONTINUIDADE ASSISTENCIAL: TRANSFERÊNCIAS, FUGAS E ABANDONO DE TRATAMENTO

Aline Vital Martins Heldt¹; Ricardo Ferreira da Silva¹;
Adriana Porcher da Silveira¹; Gregory Mendes dos
Santos¹; Thaís Tusi Barcelos²

¹ Secretária Municipal da Saúde de Osório, RS;

² Secretária de Sistemas Penal e Socioeducativo, RS
avitalmartinsheldt@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A assistência em saúde no sistema prisional enfrenta inúmeros desafios estruturais e organizacionais, sendo a descontinuidade do cuidado um dos problemas mais relevantes. A mobilidade dos indivíduos privados de liberdade, seja por transferências entre galerias, presídios ou regiões, por progressão de regime, por decisões judiciais ou por fugas, compromete o acompanhamento terapêutico, especialmente em doenças crônicas e infectocontagiosas como tuberculose, HIV, hipertensão, diabetes e transtornos mentais. Somam-se a isso os casos de abandono voluntário do tratamento, muitas vezes motivados por desconfiança, efei-

tos adversos ou barreiras de acesso. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da descontinuidade assistencial no cárcere e discutir possíveis estratégias de enfrentamento.

Método: Trata-se de um estudo de caráter descritivo e reflexivo, com base na experiência assistencial na Penitenciária Modulada Estadual de Osório. Foram observadas situações de interrupção de tratamento decorrentes de transferências internas, externas, progressões de regime e fugas, além de relatos de abandono por parte dos próprios internos. **Resultados:** Os achados apontam que a transferência entre galerias ou presídios frequentemente não é acompanhada da devida atualização de prontuários e encaminhamentos, ocasionando atrasos ou suspensão de terapias em andamento. Na progressão de regime, a ausência de contrarreferência entre o sistema prisional e a rede SUS gera um vazio assistencial, em que o indivíduo deixa de ser acompanhado tanto dentro quanto fora da prisão. As fugas e evasões interrompem esquemas terapêuticos de forma abrupta, representando risco não apenas ao preso, mas também à saúde coletiva, pelo potencial de disseminação de doenças transmissíveis. Já o abandono voluntário do tratamento evidencia a fragilidade do vínculo entre paciente e equipe de saúde, associada à baixa adesão e à resistência frente ao modelo assistencial. Essas descontinuidades aumentam as demandas emergenciais, dificultam o controle epidemiológico e reduzem a efetividade das ações previstas pelo PNAISP, reforçando a necessidade de prontuário integrado e comunicação eficiente entre unidades prisionais e a rede externa. **Conclusão:** A descontinuidade da assistência em saúde no sistema prisional reflete a fragilidade estrutural e intersectorial do cuidado em contextos de privação de liberdade. Transferências, progressões, fugas e abandono voluntário configuram barreiras significativas ao acompanhamento clínico, com repercussões diretas sobre a saúde individual e coletiva. Para superar esses entraves, é necessário investir em sistemas de informação integrados, protocolos de transferência com contrarreferência obrigatória, fortalecimento do vínculo terapêutico e maior articulação entre saúde, justiça e administração penitenciária. Garantir a continuidade do cuidado é condição essencial para consolidar o direito à saúde das pessoas privadas de liberdade e para reduzir vulnerabilidades epidemiológicas no sistema prisional e na comunidade.

Palavras-chave: Continuidade da Assistência ao Paciente, Pacientes Desistentes do Tratamento, Transferência de Pacientes.

ENVELHECER ATRÁS DAS GRADES: DESAFIOS E INVISIBILIDADES DA SAÚDE DE PRESOS IDOSOS

Aline Vital Martins Heldt¹; Ricardo Ferreira da Silva¹;

TRABALHOS

Thaís Tusi Barcelos²; Adriana Porcher da Silveira¹; Gregory Mendes dos Santos¹

¹Secretaria Municipal da Saúde de Osório, RS

²Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, RS
avitalmartinsheldt@gmail.com

Justificativa e Objetivos: O envelhecimento populacional é um fenômeno global que desafia sistemas de saúde e políticas públicas em diferentes contextos. No entanto, dentro do sistema prisional brasileiro, esse processo adquire contornos particulares, já que as prisões historicamente foram concebidas para jovens adultos, sem considerar as especificidades de uma população idosa crescente. O aumento da expectativa de vida, aliado ao endurecimento das penas e ao atraso nos trâmites judiciais, tem contribuído para a elevação do número de idosos privados de liberdade. Esse cenário demanda atenção diferenciada, pois o envelhecimento em privação de liberdade amplia vulnerabilidades e expõe lacunas estruturais na assistência. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos do envelhecimento no cárcere, com foco nas demandas específicas de presos idosos. Busca-se refletir sobre como doenças crônicas, fragilidade física, declínio funcional, maior dependência de cuidados, isolamento social e sofrimento psíquico são intensificados pela ausência de protocolos específicos de atenção. Além disso, objetiva-se discutir de que forma a invisibilidade dessa população compromete a integralidade e a continuidade do cuidado em saúde. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência, fundamentado na observação participante de uma equipe multiprofissional de saúde atuante na Penitenciária Modulada Estadual de Osório. Foram analisados os fluxos de atendimento, as estratégias utilizadas para adaptação física de espaços, bem como as dificuldades encontradas diante das limitações do ambiente prisional para atender às necessidades da população idosa. **Resultados:** Constatou-se que a ausência de infraestrutura adequada — como acessibilidade arquitetônica, disponibilidade de equipamentos de apoio e espaços adaptados — somada à falta de protocolos direcionados ao cuidado da pessoa idosa, resulta em atendimentos fragmentados. Essa fragmentação gera sobrecarga para os profissionais de saúde e limita a adesão ao tratamento, especialmente em quadros de hipertensão, diabetes, doenças pulmonares crônicas e transtornos mentais. Observou-se, ainda, que a sobreposição entre tempo de prisão e processo de envelhecimento amplia as vulnerabilidades, tornando o idoso encarcerado duplamente invisível: tanto por sua condição etária quanto por sua situação de privação de liberdade. A escuta qualificada e o acompanhamento individualizado emergem como estratégias fundamentais para mitigar riscos, reduzir iatrogenias

e promover dignidade no cuidado. **Conclusão:** O estudo evidencia a necessidade urgente de formulação de diretrizes nacionais voltadas à saúde da população prisional idosa, contemplando prevenção de doenças, reabilitação funcional, manejo de cronicidades e promoção de saúde mental. A integração de políticas públicas deve reconhecer a singularidade do envelhecimento no cárcere, garantindo um cuidado integral, humanizado e articulado com a rede de atenção em saúde. Reconhecer essas demandas é não apenas um imperativo ético, mas também uma questão de direitos humanos, segurança institucional e justiça social, já que assegurar dignidade no envelhecer é dever do Estado em qualquer contexto, inclusive no ambiente prisional. **Palavras-chave:** Idoso Fragilizado, Saúde do Idoso, Serviços de Saúde para Prisioneiros.

USO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS EM CONTEXTO PRISIONAL: REALIDADE DA PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE OSÓRIO

Thaís Tusi Barcelos¹; Ricardo Ferreira da Silva²; Aline Vital Martins Heldt²; Adriana Porcher da Silveira²; Gregory Mendes dos Santos²

¹Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, RS

²Secretaria Municipal da Saúde de Osório, RS
ttusibarcelos@gmail.com

Justificativa e Objetivos: O uso de medicamentos controlados em instituições prisionais representa uma importante questão de saúde pública, uma vez que reflete as condições psicológicas e sociais dos apenados, diretamente influenciadas pela privação de liberdade, pela dependência química de drogas ilícitas e pelos sentimentos de culpa e arrependimento. Na Penitenciária Modulada Estadual de Osório, que abriga aproximadamente 1500 detentos, cerca de 310 fazem uso regular de medicações controladas fornecidas pelo Estado e pelo Município, número expressivo que demonstra a complexidade da assistência em saúde mental dentro do sistema prisional. Este estudo tem como objetivo analisar a realidade do uso de medicamentos controlados entre os apenados da referida penitenciária, relacionando-o aos impactos da privação de liberdade, ao histórico de dependência química e às repercussões emocionais de culpa e arrependimento, buscando compreender como esses fatores se entrelaçam e influenciam o perfil de saúde dos internos. **Método:** Trata-se de uma análise observacional, realizada por meio do levantamento de dados fornecidos pela equipe de saúde da unidade prisional, referente ao quantitativo de apenados em uso de medicações controladas, aliados à contextualização de aspectos sociais e psicológicos relacionados ao encarceramento. **Resultados:**

TRABALHOS

Constatou-se que cerca de 20% da população carcerária faz uso contínuo de psicotrópicos, o que sugere não apenas a presença de transtornos mentais prévios ao aprisionamento, mas também o surgimento ou agravamento de quadros psiquiátricos decorrentes da rotina carcerária. A privação de liberdade atua como fator desencadeador de sintomas de ansiedade, depressão e distúrbios do sono, ao passo que o histórico de dependência química — realidade comum entre os apenados — contribui para a necessidade de manejo clínico constante, muitas vezes exigindo a substituição de drogas ilícitas por fármacos que estabilizam o comportamento e reduzem a fissa. Além disso, os sentimentos de culpa e arrependimento frequentemente relatados pelos internos funcionam como gatilhos emocionais que potencializam o sofrimento psíquico, reforçando a demanda por tratamento medicamentoso.

Conclusão: O cenário da Penitenciária Modulada Estadual de Osório evidencia que o uso de medicamentos controlados transcende uma questão individual e passa a ser reflexo das condições estruturais e emocionais vivenciadas no cárcere. A elevada proporção de apenados em tratamento aponta para a necessidade de políticas públicas específicas que integrem saúde mental, acompanhamento psicossocial e estratégias de enfrentamento da dependência química, a fim de garantir não apenas o controle farmacológico, mas também a promoção da saúde integral no ambiente prisional.

Palavras-chave: Assistência à Saúde Mental, Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias, Superlotação Carcerária.

IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO RAIOS-X NA DETECÇÃO DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM PRESÍDIOS: UM ESTUDO NA PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE OSÓRIO

Thaís Tusi Barcelos¹; Ricardo Ferreira da Silva²; Aline Vital Martins Heldt²; Adriana Porcher da Silveira²; Gregory Mendes dos Santos²

¹ Secretária de Sistemas Penal e Socioeducativo, RS

² Secretária Municipal da Saúde de Osório, RS
ttusibarcels@gmail.com

Justificativa e Objetivos: O ambiente prisional apresenta condições que favorecem de forma significativa a disseminação de doenças infecciosas, em especial as respiratórias, devido à superlotação, à ventilação inadequada e ao convívio coletivo em espaços reduzidos. A tuberculose destaca-se como uma das enfermidades de maior impacto nesse contexto, tanto pelo seu caráter altamente transmissível quanto pela dificuldade de diagnóstico precoce em ambientes de privação de liberdade. Na Penitenciária Modulada Estadual de Osório,

localizada no Rio Grande do Sul, estão atualmente custodiados aproximadamente 1530 apenados no sistema fechado e 65 no semiaberto. Desses, 12 internos do regime fechado e 1 do semiaberto encontram-se em tratamento para tuberculose, números que refletem a relevância da vigilância ativa e contínua da saúde prisional e a necessidade de ampliação de recursos diagnósticos disponíveis. Considerando a alta vulnerabilidade dos apenados às doenças respiratórias, este estudo tem como objetivo destacar a importância da implantação do exame de raio-X na rotina do sistema prisional, especialmente para a detecção precoce da tuberculose e outras patologias pulmonares, possibilitando diagnósticos mais ágeis, acompanhamento clínico eficiente e redução da transmissão entre os detentos. Além disso, busca evidenciar o papel da tecnologia diagnóstica como instrumento essencial para o fortalecimento das políticas públicas de saúde voltadas à população privada de liberdade. **Método:** Realizou-se análise descritiva da população carcerária da Penitenciária Modulada Estadual de Osório, com levantamento do número total de apenados, dos indivíduos em tratamento para tuberculose e das medidas atuais de acompanhamento clínico realizadas em parceria com a rede pública de saúde municipal e estadual. **Resultados:** O número de presos diagnosticados em tratamento ativo para tuberculose (13 no total) reforça a presença significativa da doença entre a população prisional, em proporção superior àquela observada na comunidade em geral. A ausência de exames de imagem de rotina limita a capacidade de diagnóstico precoce, muitas vezes restringindo a detecção da doença apenas a fases sintomáticas avançadas, o que favorece o contágio e aumenta a gravidade clínica dos casos. A utilização do raio-X permitiria identificar precocemente alterações pulmonares, inclusive em indivíduos assintomáticos, promovendo intervenções mais rápidas e maior controle sobre a cadeia de transmissão. **Conclusão:** A inserção do exame de raio-X como prática regular no sistema penitenciário é essencial para aprimorar o diagnóstico, reduzir a disseminação da tuberculose e assegurar melhor qualidade de vida aos apenados. A experiência na Penitenciária Modulada Estadual de Osório evidencia a necessidade urgente de ampliar os recursos diagnósticos disponíveis, contribuindo não apenas para o controle da tuberculose intramuros, mas também para a saúde pública em âmbito comunitário. O tratamento inadequado ou tardio de presos pode impactar diretamente a população em geral após o retorno desses indivíduos ao convívio social, reforçando a importância da integração entre saúde prisional e saúde coletiva. A adoção de exames de raio-X, associada a estratégias de rastreamento contínuo, representa um avanço fundamental para reduzir desigualdades em saúde e promover maior efetividade nas ações de prevenção e controle da tuberculose. **Palavras-chaves:** Programas de Rastreamento, Radiografia Pulmonar de Massa, Tuberculose Pulmonar

TRABALHOS

ENFERMAGEM EM AÇÃO - ATIVIDADE TERAPÊUTICA: "A ÁRVORE DA RENOVAÇÃO"

Moara Ailane Thum¹; Amilton da Conceição Acosta¹; Karen Viviane Trage Hoffmann¹

¹Instituto Psiquiátrico Forense
moara-thum@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: Trata-se do relato de uma atividade realizada no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), órgão do sistema prisional que se encontra em processo de fechamento visando atender a resolução 487/2023 do CNJ quanto a Política Antimanicomial. O IPF já teve em torno de 800 pacientes e atualmente possui menos de 50. Em virtude do tempo de internação muitos deles perderam o vínculo familiar e com o mundo exterior. A maioria está sendo reinserida à sociedade por meio dos residenciais terapêuticos ou acolhimento familiar e estão recebendo atendimento na rede de saúde mental dos municípios. A equipe de técnicos de enfermagem que realiza a assistência direta aos pacientes na instituição foi estimulada a pensar atividades lúdicas: jogos, atividades manuais e esportes. Diante disso, o relato trazido neste trabalho foi uma ação de importante destaque dada a sua simplicidade de execução e complexidade de resultados. O objetivo da atividade foi de promover o autoconhecimento, debater sobre a esperança e projeção de metas, transformando uma árvore seca, em um símbolo da própria percepção e projeção de futuro de cada paciente. **Método:** O trabalho foi realizado através da produção de uma árvore de papelão, sem folhas e apenas com a estruturas de tronco e galhos, para que usando material disponibilizado, cada um realizasse o Desing das folhagens trazendo a árvore à vida novamente. Após a recriação da árvore, diversas palavras com significados de esperança e autoconhecimento foram disponibilizadas para serem coladas e representar os frutos que seriam recompensas do trabalho realizado. Cada palavra trazia significados individuais e eram debatidas no decorrer da execução da tarefa. Ao todo 12 pacientes foram selecionados para participar da ação. São pessoas que permanecem em espaços de maior isolamento social ou transitam em espaços de maior convívio, nas unidades 'abertas' em coletividade. **Resultados:** Foi possível perceber que as árvores foram criadas de maneiras diferentes por cada um, com cores e formatos que faziam sentido individual, assim como as palavras escolhidas. O trabalho também possibilitou a integração social de alguns pacientes que tem pouco convívio coletivo, além de estimular habilidades manuais e criatividade. As obras foram expostas no hall de entrada e eram mostradas com orgulho pelos artistas. **Conclusão:** Em um espaço 'manicomial' em desconstrução e que atualmente

encontra-se em processo de fechamento, promover espaços para se pensar o futuro e novas possibilidades com otimismo, foi de grande valia. A atividade foi realizada com poucos recursos materiais, porém foi de extrema significância para os pacientes. O reforço positivo da autoestima e da oportunidade de visualização de um novo futuro foi o aspecto mais relevante da atividade. O trabalho da enfermagem como idealizadora e executora destas ações, mostra um horizonte de possibilidades e espaços em que enfermeiros e técnicos de enfermagem podem transitar na saúde mental. Apresentando um importante papel não somente na assistência às demandas individuais, mas especialmente na promoção de saúde individual e coletiva.

Palavras chave: Saúde Mental, Enfermagem, Reforma Psiquiátrica.

ENVELHECIMENTO NO SISTEMA PRISIONAL: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E IMPACTOS NA SAÚDE

Elisângela Maia Pessoa¹; Amanda Tavares Goulart¹; Emilli Lago Martins¹; Emanuelle Dalbosco¹

¹Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja/RS
elisangelapessoa@unipampa.edu.br

Justificativa e objetivos: O aumento da expectativa de vida no Brasil tem gerado importantes demandas sociais, entre elas a presença significativa de pessoas idosas inseridas no sistema prisional. Segundo dados do Sisdepen (2022), estima-se que no Brasil se tenha 14.712 pessoas idosas reclusas, sendo que no Rio Grande do Sul, em média se tem 1.126, levando o estado a ocupar o segundo lugar no ranking do país. As prisões brasileiras são marcadas por condições precárias, como superlotação, falta de acessibilidade, ausência de acompanhamento de saúde adequado e insuficiência de políticas públicas específicas. Tais fatores afetam negativamente a vida de qualquer indivíduo apenado/a, mas se tornam ainda mais intensos quando se trata de pessoas idosas, que possuem necessidades particulares relacionadas ao envelhecimento. Nesse sentido, torna-se urgente problematizar as condições de reclusão dessa população, reconhecendo-as como vítimas das expressões da questão social, o que repercute diretamente em sua saúde física e mental. Tais condições fragilizam direitos fundamentais e colocam em xeque a dignidade humana de um segmento que por lei deveria ser protegido com prioridade. A pesquisa desenvolvida, tem como objetivo geral apreender como está constituída a realidade social das pessoas idosas privadas de liberdade no estado do Rio Grande do Sul, relacionando-a à abrangência da proteção social estatal. Entre os objetivos específicos estão: mapear

TRABALHOS

a produção científica nacional sobre envelhecimento e sistema prisional; visibilizar as políticas públicas destinadas a este grupo; indicar o perfil das pessoas idosas encarceradas; identificar expressões da questão social anteriores e posteriores à privação de liberdade; e apontar as necessidades de políticas de proteção social voltadas à população idosa reclusa. **Método:** A pesquisa adota metodologicamente um enfoque misto, articulando dados quantitativos e qualitativos. O método de análise é o dialético crítico de modo a compreender as múltiplas dimensões que atravessam a experiência do envelhecimento no cárcere. **Resultados:** Os resultados da coleta bibliográfica apontam que a superlotação, a falta de acessibilidade, a escassez de atendimento médico especializado e a homogeneização das necessidades entre diferentes faixas etárias representam violações de direitos humanos e reforçam desigualdades já vividas por esse grupo antes do encarceramento. As fragilidades físicas, próprias do envelhecimento, aliadas à falta de estrutura penal intensificam os problemas de saúde das pessoas idosas que já vivenciam situações de pobreza, desemprego, violências e demais expressões da questão social pregressas à prisão. Torna-se evidente a necessidade de implementação de políticas públicas de proteção social, que considerem a singularidade da velhice no cárcere, a fim de garantir condições mínimas de dignidade, saúde e cidadania para a população idosa. **Conclusão:** Conclui-se que as celas, em sua precariedade estrutural e sanitária, não estão preparadas para atender às especificidades do envelhecimento, revelando a invisibilidade social e política a que estão submetidas as pessoas idosas privadas de liberdade, que sofrem com disparidade cronológica entre as leis que determinam os direitos da pessoa idosa com mais de 60 anos em detrimento das leis penais que não levam em conta tal referência de idade. Por fim, cabe salientar que evidentemente, as pessoas idosas que cometeram algum ato criminoso, não têm acessado na mesma medida os direitos assegurados às demais pessoas idosas.

Palavras-chave: Envelhecimento, Pessoa Idosa, Prisões.

GUIA DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Luíza Facco Ferreira¹; Júlia de Oliveira da Luz¹; Marcelo Moreira Cezar²; Gabriel Marcelo Moresco²

¹Universidade Franciscana, RS

²Presídio Estadual de Júlio de Castilhos, Polícia Penal, RS.

luiza.facco@ufn.edu.br

Justificativa e objetivos: O sistema prisional apresenta demandas que impactam a saúde mental e dificultam a adaptação para pessoas privadas de liberdade, sendo co-

mum o sofrimento psíquico, insegurança, desinformação e dificuldades de convivência. Este trabalho é um relato de experiência da disciplina de Estágio Específico I, de ênfase de Promoção de Santa Maria, RS. A partir da prática de estágios, identificou-se a necessidade de um instrumento que fornecesse informações essenciais para novos ingressantes no sistema penal, contribuindo para reduzir angústias e favorecer a adaptação. A elaboração do Guia para Pessoas Privadas de Liberdade teve como objetivo de criar um recurso educativo e de acolhimento, orientando quanto às normas institucionais, serviços disponíveis e rotinas da casa prisional, além de promover a prevenção e a saúde mental no ambiente. **Método:** O guia foi construído entre março e agosto de 2025, durante o Estágio Específico I em Psicologia, no Presídio Estadual de Júlio de Castilhos, com ênfase em Prevenção e Promoção de Saúde, sob orientação do professor supervisor da universidade, que ofereceu suporte e direcionamentos ao longo do processo. Dessa forma, a construção contou com a colaboração do diretor, demais trabalhadores da instituição, relatos de um dos internos e observações realizadas durante o estágio. O material foi desenvolvido em linguagem clara, com uso de desenhos e informações objetivas sobre direitos, deveres e rotinas, buscando atender tanto às necessidades práticas quanto emocionais dos internos. Sua implementação visa facilitar a adaptação, ampliar a compreensão das normas institucionais e garantir o acesso às políticas públicas, aos direitos e à cidadania. **Resultados:** Como resultado, o Guia possibilitou duas práticas complementares: durante a triagem, o material é entregue e explicado individualmente, garantindo que todos os internos, inclusive aqueles com dificuldades de leitura, tenham acesso às informações; além disso, quinzenalmente, realiza-se uma roda de acolhimento em parceria com o diretor, na qual os novos internos esclarecem dúvidas, levantam demandas e recebem orientações, contribuindo para a adaptação e redução do sofrimento. **Conclusão:** Esses resultados implicaram na experiência e evidencia a importância da construção de materiais educativos no contexto prisional como estratégia de acolhimento, promoção de saúde mental, prevenção de conflitos e fortalecimento de vínculos institucionais. O Guia para Pessoas Privadas de Liberdade se mostra uma prática inovadora e replicável em outros contextos prisionais, reafirmando o papel da Psicologia na defesa da dignidade e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Acolhimento, Pessoas Privadas de Liberdade, Saúde mental.

RASTREAMENTO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM

TRABALHOS

PRIVADOS DE LIBERDADE DE UMA PENITENCIÁRIA DO RS

Aléxia dos Santos Peglow¹; Maria Eduarda Costa de Almeida¹; Rebeca Gutierrez Gonçalves¹; Maria Eduarda Nora¹; Daisy Fogaça dos Santos²; Márcia Gabriela de Lima³

¹Universidade Franciscana - UFN, RS

²Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, RS

³Secretaria Municipal da Saúde, Santa Maria – RS
alepeglow@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A Política Municipal de HIV/AIDS, IST e Hepatites Virais de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, atua na prevenção e diagnóstico precoce, bem como no encaminhamento para tratamento oportuno de infecções sexualmente transmissíveis (IST), com foco especial em populações vulneráveis, como a população privada de liberdade (PPL). Essa população encontra-se mais exposta às IST devido a uma série de fatores relacionados ao contexto prisional, tais como: as condições precárias de convivência, a superlotação das unidades, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, o baixo nível de informação sobre essas infecções, o histórico de uso de substâncias psicoativas e a presença de comportamentos de risco, como a prática de relações sexuais sem o uso de preservativos. Diante do exposto, faz-se necessário a atuação de serviços públicos de saúde para atender essa população. Assim, o objetivo deste trabalho é descrever uma ação de saúde realizada com privados de liberdade para rastreamento de IST por meio de testes rápidos para o HIV, Sífilis, Hepatite B e C. **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência descritivo, baseado em uma ação de saúde para testagem rápida, realizada em Maio de 2025, em uma penitenciária masculina, no interior do Estado do RS. A atividade foi executada por residentes da Residência Multiprofissional em Infectologia e Neurologia da Universidade Franciscana de Santa Maria, acadêmicos do curso de enfermagem da mesma instituição e profissionais de saúde da Equipe de Atenção Primária Prisional (EAPP) do município. As atividades envolveram a realização de testes rápidos para o HIV, Sífilis, Hepatite B e C, no corredor do módulo, enquanto os detentos estavam no banho de sol. **Resultados:** Foram atendidas cerca de 200 pessoas, com idade entre 18 a 69 anos, totalizando 800 testes rápidos realizados para HIV, sífilis, hepatite B e C, nessa população. Destes, 27 resultados de testes foram reagentes para sífilis, sendo 12 diagnósticos novos e 15 cicatrizes sorológicas previamente tratadas. Em relação ao HIV, foram 6 resultados reagentes, porém todos já estavam em tratamento e em acompanhamento na instituição. Em relação à hepatite C, foram 8 resultados reagentes, sendo destes 03 diagnósticos novos e 05 com histórico da doença. Não houve nenhum resultado

reagente de hepatite B. As coletas foram feitas de modo coletivo, entre as grades, para agilizar o processo de rastreamento, e o resultado de reagentes foi dado posteriormente, de modo individualizado no ambulatório da saúde. Além da realização de testes rápidos, são promovidas conversas com os profissionais de saúde da unidade e com os agentes penitenciários, destacando que a PPL também se relaciona com a comunidade externa, o que reforça a importância da redução de danos, seja por meio das testagens frequentes, como na distribuição de insumos. **Conclusão:** A PPL constitui uma das populações mais expostas ao HIV e outras IST, em função de comportamentos de risco associados a fatores sociais, legais, estruturais e à dificuldade de acesso a serviços de saúde. Nesse cenário, o trabalho desenvolvido pela Política de HIV/AIDS, IST e Hepatites Virais, em parceria com a EAPP desse local, torna-se fundamental para a prevenção e o cuidado. Além disso, a oferta de preservativos e testes rápidos para esta população fortalece a prevenção e contribui para saúde não apenas dentro do sistema prisional, mas também refletem em benefícios para toda a sociedade.

Palavras-chave: IST, Pessoas Privadas de Liberdade, Cuidado.

TESTES RÁPIDO PARA INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS COMO UMA FERRAMENTA DE CUIDADO COM JOVENS EM VULNERABILIDADE

Maria Eduarda Nora¹; Rebeca Gutierrez Gonçalves¹; Aléxia dos Santos Peglow¹; Maria Eduarda Costa de Almeida¹; Márcia Gabriela de Lima²

¹Universidade Franciscana - UFN, RS

²Secretaria Municipal da Saúde, Santa Maria - RS
mariaeduarda.nora@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS) tem como propósito a socioeducação e reinserção dos adolescentes e jovens em conflito com a lei na sociedade, os quais apresentam múltiplas vulnerabilidades sociais e de saúde. Entre essas vulnerabilidades, destacam-se os comportamentos de risco associados à vida sexual e o limitado acesso a informações e serviços de saúde, fatores que favorecem a transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). A população de adolescente em instituições socioeducativas está mais exposta a essas infecções em virtude do início precoce da vida sexual, das práticas desprotegidas, do uso de substâncias psicoativas e da ausência de acompanhamento contínuo em saúde, e condições sociais e econômicas ruins, são alguns dos elementos que contribuem para a vulnerabilidade e disseminação das IST entre a população jovem, acarretando uma série de problemas futuros para

TRABALHOS

a saúde dos mesmos. Nesse contexto, a realização de testagem rápida torna-se uma estratégia fundamental, pois permite o diagnóstico precoce, a orientação imediata e o encaminhamento para tratamento, além de contribuir para a diminuição e/ou a interrupção da cadeia de transmissão. Assim, a testagem em ambiente socioeducativo se consolida como uma ação de promoção de saúde e de garantia de direitos, reforçando a importância do acesso às políticas públicas voltadas à juventude em conflito com a lei. Assim, o objetivo é descrever as atividades de saúde realizadas pela equipe de saúde da FASE ressaltando a importância do diagnóstico precoce e da intervenção em saúde neste contexto de vulnerabilidade. **Método:** Refere-se a um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, fundamentado com base nas ações de testagem rápida realizadas nos meses de janeiro, março, junho e julho de 2025, executadas por agentes de saúde inseridos na FASE. **Resultados:** Foram disponibilizados à equipa de saúde da Fase testes rápidos para que os mesmos, ofertassem aos jovens. Durante as testagens, 18 adolescentes, de 14 a 18 anos, foram submetidos a testes rápidos (TR) para diagnóstico de HIV, sífilis, hepatite B e C, totalizando 72 testes. Todos os adolescentes eram do sexo masculino. Destes, houve somente 1 resultado reagente para sífilis e o mesmo já estava em tratamento e acompanhamento da IST. Apesar de terem sido poucos testes realizados durante os meses, a meta é de aumentar as ofertas de testes, alcançando assim mais jovens nesse rastreamento durante sua estadia na FASE. **Conclusão:** Existem vários fatores que contribuem para o crescimento dos casos de IST entre os jovens, conferindo impactos à saúde pública. Apesar de existirem muitas informações sobre a saúde sexual disponível, é comum que muitos adolescentes não se sintam confortáveis sobre o assunto. Portanto, para mudar esse cenário é essencial que as estratégias de comunicação sejam alteradas, criando um ambiente seguro para que eles possam aderir aos métodos de prevenção, diagnóstico e tratamento atendendo às demandas dessa idade, diminuindo os comportamentos de risco, dispondo-se que todos tenham bem-estar de saúde física e mental durante a transição para a vida adulta. **Palavra-Chave:** Adolescente, Sexualidade, Teste de Diagnóstico Rápido.

COMUNICAÇÃO QUE CUIDA: O PAPEL DO ENDOMARKETING NA VALORIZAÇÃO E BEM-ESTAR DOS TRABALHADORES PENITENCIÁRIOS

Júlia de Oliveira da Luz¹; Luiza Facco Ferreira¹; Liana Bohrer Berni²; Gabriel Marcelo Moresco³

¹ Acadêmica de Psicologia - Universidade Franciscana, RS

² Professora Orientadora - Universidade Franciscana, RS

³ Presídio Estadual de Júlio de Castilhos, Polícia Penal, RS.

oliveira.julia@ufn.edu.br

Justificativa e Objetivos: O ambiente prisional, tradicionalmente associado à contenção da criminalidade, carrega em sua estrutura uma série de complexidades, marcada por tensões constantes e elevada carga de estresse. Essa influência não se restringe exclusivamente ao contato com a população privada de liberdade, mas também se manifesta nas interações entre os próprios membros da equipe. Conflitos internos e dificuldades relacionais favorecem a deterioração do clima organizacional, comprometem a comunicação institucional e dificultam a implementação de estratégias de promoção de saúde mental e qualidade de vida no ambiente laboral. O presente estudo tem como objetivo geral relatar experiências de endomarketing que auxiliam no processo de estágio com ênfase em Psicologia Organizacional e do Trabalho, com trabalhadores Penitenciários de um Presídio Estadual na Região Central do Estado. A justificativa presente relaciona-se à escassez de estudos abrangendo a saúde mental de Servidor Públicos da Polícia Penal, identificando-se isso como um dos desafios para a abrangência de mais técnicas da Psicologia Organizacional dentro de ambientes desafiadores. **Método:** Nesse sentido, a fim de contribuir com possíveis estudos futuros, esse trabalho é um relato de experiência que descreve como estratégias de endomarketing contribuem e favorecem para a Saúde do Trabalhador. **Resultados:** Destacam-se que foram desenvolvidas diversas ações fundamentadas em práticas de endomarketing, com o objetivo de promover bem-estar, integração e valorização no ambiente de trabalho. Entre essas iniciativas, exemplificam-se: momentos de confraternização, como cafés coletivos e celebrações temáticas (ex.: Dia das Mães, festa junina). Nessa perspectiva, conforme Negreiros, Pereira e Sousa (2023, p. 21) "A integração dos colaboradores, através de eventos descontraídos e atividades fora da rotina profissional, desempenha um papel crucial na construção de equipes coesas e motivadas". Em consonância com essa proposta, Medeiros (2017) afirma que investir em iniciativas interativas realizadas fora da rotina profissional, tem importância na união dos membros e na construção de um ambiente saudável. Além disso, foram feitas estratégias de ambientação, mediante decoração de espaços e enfeites voltados à criação de um clima mais acolhedor; e atividades voltadas à saúde e relaxamento, incluindo distribuição de folders sobre ginástica laboral, pausas orientadas para alongamento e oferta de chás da tarde. Ademais, foram promovidas ações de

TRABALHOS

reconhecimento simbólico, como cartões de valorização acompanhados de pequenos brindes, bem como práticas reflexivas que contemplaram rodas de conversa sobre histórias de vida, motivações profissionais, mecanismos de enfrentamento do estresse e sentimentos relacionados à jornada laboral. Complementarmente, estabeleceram-se recursos de aproximação interpessoal, como a elaboração de cartazes comemorativos de aniversariantes e a entrega semanal de lavandas, que atuaram como elementos simbólicos de cuidado. **Conclusão:** Assim, a compreensão aprofundada dessas dinâmicas revela-se essencial para a construção de novos paradigmas institucionais que valorizem a saúde integral desses profissionais e assegurem o florescimento da saúde social em Instituições Prisionais.

Palavras-chaves: Servidores penitenciários, Endomarketing, Serviços de saúde do trabalhador.

ENTRE NECESSIDADE E INVISIBILIDADE: UMA REVISÃO SOBRE A ASSIMETRIA NO APOIO PSICOSSOCIAL À POLÍCIA PENAL

Júlia de Oliveira da Luz¹; Luiza Facco Ferreira¹; Liana Bohrer Berni²; Gabriel Marcelo Moresco³

¹ Acadêmica de Psicologia - Universidade Franciscana, RS

² Professora Orientadora - Universidade Franciscana, RS

³ Presídio Estadual de Júlio de Castilhos, Polícia Penal, RS. oliveira.julia@ufn.edu.br

Justificativa e Objetivos: Este estudo parte da constatação de que os trabalhadores do sistema penitenciário têm recebido atenção psicossocial insuficiente, uma vez que a literatura e as práticas institucionais têm priorizado majoritariamente a saúde mental da população privada de liberdade, condicionando a segundo plano as demandas dos profissionais de segurança pública, que frequentemente enfrentam extensas jornadas laborais sem o devido amparo. O SASS, Serviço de Atenção à Saúde do Servidor, mecanismo de apoio Psicológico ao Trabalhador Penal, não é plenamente acessado por agentes penitenciários, devido a uma combinação de fatores estruturais, culturais e institucionais. O objetivo deste trabalho é evidenciar que o ambiente prisional, tradicionalmente associado à contenção da criminalidade, carrega em sua estrutura uma série de complexidades que impactam diretamente não apenas os detentos, mas também os profissionais que ali atuam diariamente. **Método:** Este estudo adota como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. No presente trabalho, essa abordagem permitiu analisar o sofrimento psíquico dos agentes penitenciários. **Resultados:** O estresse ocupacional como repercussões negativas na saúde mental, como sofrimento psicológico, resultante de um

processo em que as exigências do trabalho excedem a capacidade de adaptação dos trabalhadores. Em consonância, a constante vigilância, a postura de alerta contínuo e o chamado “aguçamento sensorial” necessário à execução das tarefas diárias contribuem para o desgaste psíquico desses profissionais, manifestando-se frequentemente sob a forma de ansiedade, estresse crônico e outras condições psicopatológicas. Estudos evidenciam que a natureza estressante e potencialmente perigosa do ambiente prisional compromete a ansiedade e a saúde integral desses trabalhadores, acarretando desde o adoecimento físico até dificuldades no âmbito familiar e funcional, além de colocar em risco a segurança institucional. Ainda, foi observado um alto índice de consumo alcoólico e de fumantes. Destacou-se também a precariedade das condições de trabalho como um elemento provocador de sofrimento nos agentes penitenciários, além da falta de segurança no emprego e fora dele. Questões como a dificuldade para dormir aparece no discurso da maioria dos participantes, incluindo o uso de medicação controlada, agravando a qualidade de vida de agentes penitenciários. Nota-se o estigma associado ao recurso da Terapia substituído pela rápida medicalização, desconsiderando aspectos inconscientes e mais enraizados. **Conclusão:** Diante desse contexto, é fundamental que o poder público adote ações estruturadas voltadas à prevenção, promoção e cuidado da saúde mental dos Agentes Penitenciários, incluindo acompanhamento psicológico contínuo de qualidade e com sigilo, programas de valorização profissional e a criação de espaços de escuta coletiva e reconhecimento.

Palavras-chave: Servidores Penitenciários, Apoio Psicossocial.

CONSULTA DE ENFERMAGEM NO CONTEXTO PRISIONAL: EXPERIÊNCIA ACADÊMICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E INTEGRALIDADE

Mariana Cavalcante Lopes¹; Bruna Cenci¹; Jaqueline Arboit¹; Marta Cocco¹

¹ Universidade Federal de Santa Maria, RS
marianacavalcante33@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A população privada de liberdade constitui um grupo em situação de acentuada vulnerabilidade social e de saúde, cujo cotidiano é marcado por dificuldades de acesso a serviços básicos. Nesse cenário, as consultas de enfermagem no sistema prisional são fundamentais para a identificação de demandas prioritárias, a promoção da saúde e a prevenção de doenças

TRABALHOS

e agravos. Quando realizadas por acadêmicos, essas consultas fortalecem a integração entre ensino e assistência, contribuindo para uma formação crítica, ética e humanizada. Considerando o exposto, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de acadêmicas de enfermagem na realização de consultas em uma unidade prisional, destacando as contribuições tanto para a atenção à saúde nesse contexto quanto para o desenvolvimento acadêmico e profissional. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir das consultas de enfermagem realizadas por acadêmicas do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões, na disciplina de Enfermagem em Saúde Coletiva II. Foram realizadas 25 consultas a pessoas privadas de liberdade, em regimes aberto e semiaberto, entre novembro e dezembro de 2024, em um presídio estadual do noroeste do Rio Grande do Sul, Brasil. As consultas foram norteadas pela Resolução do Conselho Federal de Enfermagem nº 736/2024, que orienta a implementação do Processo de Enfermagem em todos os contextos socioambientais onde ocorre o cuidado de enfermagem. **Resultados:** A experiência evidenciou que a consulta de enfermagem no contexto prisional configura-se como uma estratégia ímpar para promover a integralidade do cuidado em saúde das pessoas privadas de liberdade, potencializada pelo estabelecimento de vínculo e confiança entre profissional e paciente. Durante os atendimentos, por meio de anamnese e exame físico detalhados, foi possível elaborar planos de cuidado individualizados, alinhados às necessidades específicas de cada detento. Foram identificadas condições como doenças crônicas não transmissíveis e doenças infectocontagiosas. Observou-se, entretanto, baixa adesão aos tratamentos, relacionada à falta de compreensão sobre a importância da terapêutica prescrita e às dificuldades de adotar hábitos saudáveis, sinalizando a vulnerabilidade acentuada desse grupo. A educação em saúde emergiu como um recurso essencial, abordando temas como higiene pessoal, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, uso de medicamentos e hábitos saudáveis, ampliando o conhecimento dos detentos e incentivando o autocuidado. A experiência também revelou a necessidade de articulação multiprofissional, envolvendo médicos, psicólogos, dentistas e assistentes sociais, para a garantia de uma abordagem integral das demandas de saúde. Entre os principais desafios observados, destacou-se a escassez de insumos básicos e equipamentos, fatores que comprometem o diagnóstico precoce e a efetividade das intervenções, reforçando a urgência de investimentos na saúde prisional. **Conclusão:** A partir da experiência, conclui-se que a consulta de enfermagem no

contexto prisional é fundamental para a detecção precoce de agravos, promoção da saúde e fortalecimento do autocuidado em uma população marcada por múltiplas vulnerabilidades. Além de contribuir para qualificar a atenção à saúde, propicia aos acadêmicos o aprimoramento de competências técnico-científicas, éticas e relacionais.

Palavras-chave: Pessoas em Privação de Liberdade, Consulta de Enfermagem, Assistência Integral à Saúde.

OFICINAS DE PREPARAÇÃO PARA A LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alice Pedrozo Guerra¹; Gabriel Marcelo Moresco²; Lauren Colpo Kipper¹; Liana Bohrer Berni³

¹Universidade Franciscana, Santa Maria-RS

²Presídio Estadual de Júlio de Castilhos

³Universidade Franciscana, Santa Maria-RS

alice.pguerra@ufn.edu.br

Justificativas e objetivos: As oficinas são uma ferramenta de aprendizado prático, reflexivo, criativo e artístico, que visam desenvolver habilidades, promover a socialização, autonomia e os processos de subjetivação dos integrantes. A partir da demanda de reinserir a população privada de liberdade no mercado de trabalho e de elaborar um novo laço social desses sujeitos, surgiu o projeto de Oficinas em um Presídio Estadual, no interior do Rio Grande do Sul. **Método:** Para alcançar esse objetivo, estão sendo ofertadas oficinas intituladas "Preparação para a Liberdade", com frequência quinzenal, ou a depender da demanda local, com duração de aproximadamente uma hora. As oficinas são ofertadas para os indivíduos em cumprimento de pena que estão próximos à progressão para o regime semiaberto ou aberto, a fim de promover a construção de projetos pós-liberdade. Para isso, estão sendo abordados temas como elaboração de currículos e carteiras de trabalho, acesso às políticas públicas, planejamento de carreira, estratégias de autoconhecimento e desenvolvimento de potencialidades que auxiliarão no processo seletivo e estratégias de inserção no mercado de trabalho voltadas ao perfil de vagas da região. Além disso, serão compartilhadas informações sobre cursos profissionalizantes que estão com vagas abertas, com a intenção de especializar a mão de obra e o trabalho desses indivíduos. Os encontros estão ocorrendo na sala de aula do presídio, conforme a disponibilidade de horários da mesma e durante os dias nos quais as estagiárias encontram-se no local, normalmente às sextas-feiras. **Resultados:** O ambiente acolhedor e criativo, deve se tornar promotor de transformações e ser um espaço de discussão política e social, para que a

TRABALHOS

população privada de liberdade saiba quais são os seus direitos básicos e civis. Espera-se que, a longo prazo, as potencialidades trabalhadas em oficina sejam promotoras de reinserção social por meio do acesso à cidadania e as políticas públicas e que essas mudanças sejam efetivas e duradouras dentro do contexto de cada indivíduo. **Conclusão:** Assim, as oficinas de “Preparação para Liberdade” apresentam-se como um espaço que proporciona a visibilidade e transformações simbólicas dentro do sistema prisional, além de mostrar-se como uma estratégia necessária que contribui para a desestigmatização da imagem dos egressos do sistema e que permite a percepção dos sujeitos privados de liberdade como pertencentes aos espaços de convivência social e cultural. Portanto, percebe-se que, pela importância desses projetos criativos e libertadores, é preciso transformá-los em ações regulares e contínuas dentro do presídio, para que a mudança e renovação de práticas alcance outros sujeitos.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, Prisões, Socialização.

COINFEÇÃO TUBERCULOSE/HIV EM UM PRESÍDIO ESTADUAL DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Maria Eduarda Costa de Almeida¹; Maria Eduarda Nora¹; Mariana Borges¹; Karine Ebling Gomes¹; Tatiele Soares Arrial¹; Alice Dias Pasche¹; Alexandra Martins²; Leticia Nascimento Mota²

¹ Universidade Franciscana (UFN) - Santa Maria/RS

² Setor Especializado de Tuberculose de Santa Maria/RS
eduardacalmeid@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A tuberculose (TB) é uma das doenças infectocontagiosas com maior incidência no Brasil e no mundo, sendo a principal infecção oportunista em pessoas que vivem com HIV/AIDS (PVHA). A TB é transmitida através de gotículas expelidas pela tosse, fala ou espirro de pessoas infectadas. A população privada de liberdade (PPL) está ainda mais exposta à TB devido às condições de encarceramento como superlotação, infraestrutura precária, dificuldades de ventilação e acesso limitado aos serviços de saúde. Além disso, a taxa de incidência de TB na PPL é 35 vezes maior do que na população em liberdade. Portanto, o manejo da TB e da coinfeção com o HIV torna-se mais um desafio dentro do sistema prisional. O objetivo deste estudo foi analisar a situação da coinfeção TB/HIV em um presídio estadual do interior do Rio Grande do Sul. **Método:** Relato de experiência descritivo com base na atuação dos residentes da Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e

Neurologia no diagnóstico, tratamento e acompanhamento em um serviço especializado em TB em Santa Maria, Rio Grande do Sul e no Presídio Estadual de Santa Maria (PESM). Os dados foram obtidos a partir do “Livro Verde” do setor especializado supracitado, onde estão disponíveis informações sobre todos os pacientes em tratamento no município. **Resultados:** Ao todo, de janeiro a agosto de 2025, 18 PPL foram submetidas ao tratamento de TB. Destes, 5 (27.78%) têm o diagnóstico de HIV/AIDS. Em relação ao tipo de TB, 15 (83.33%) casos são de TB pulmonar e 3 (16.67%) casos de TB extrapulmonar. No que concerne ao tipo de caso de TB, 10 (55.56%) foram considerados novos, 6 (33.33%) foram considerados recidivas e 2 (11.11%) foram considerados reingressos após abandono de tratamento prévio. **Conclusão:** A TB representa um importante desafio de saúde pública no Brasil, sendo uma doença multifatorial que afeta especialmente às populações vulneráveis, como a PPL. É necessário ampliar o diagnóstico e o tratamento da TB nas penitenciárias, além de adotar medidas de prevenção como a distribuição de máscaras e isolamento em sintomáticos respiratórios e pessoas com diagnóstico de TB. Recomenda-se fortalecer o tratamento diretamente observado (TDO) dentro das unidades prisionais para favorecer a adesão ao tratamento, evitar abandono e reduzir a transmissão entre PPL, familiares e profissionais das penitenciárias. Em relação ao HIV/AIDS, é fundamental ampliar o diagnóstico dentro das penitenciárias, bem como ofertar tratamento às PPL já acometidas. É necessário também oportunizar a criação de um vínculo dos usuários com os serviços de saúde para manutenção da adesão ao tratamento do HIV/AIDS e tuberculose após a liberdade.

Palavras-chave: Coinfecção, Pessoas privadas de liberdade, Tuberculose, HIV/AIDS.

A CULTURA GAÚCHA COMO DISPOSITIVO DE REINserÇÃO SOCIAL NO PRESÍDIO ESTADUAL DE JÚLIO DE CASTILHOS

¹ Nathália de Vargas Minuzzi¹; Arthur Ineu Munhoz¹; Gabriel Marcelo Moresco²

¹ Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS.

² Presídio Estadual de Júlio de Castilhos (PEJULI), RS
nathaliavminuzzi@gmail.com

Justificativa e objetivos: A cultura gaúcha ao longo do tempo tornou-se acessível apenas para determinados grupos sociais pertencentes à grupos étnicos brancos, imigrantes europeus e pertencentes a uma classe econômica mais favorável, ficando distante dos indivíduos privados de liberdade. Julgou-se necessário devolver a cultura ao acesso de quem a produz e ainda, como um dispositivo eficiente de reinserção social. A

TRABALHOS

partir desta percepção, com o propósito de possibilitar um espaço de lazer que viabiliza a construção de um material real e simbólico, buscou-se realizar oficinas de confecção de cuias e espaços recreativos para o jogo do truco. Neste viés, o projeto foi idealizado para que a cultura gaúcha seja um instrumento que propicie o senso de coletividade, que fortaleça o senso de pertencimento e que sirva como uma ferramenta de comunicação e compreensão mútua, sendo assim um facilitador para a (re)inserção social. **Método:** Foi realizada uma oficina de capacitação com um artesão voluntário do FGTAS do Rio Grande do Sul para a confecção artesanal de cuias de porongo e, semanalmente, conforme organização interna, há um turno específico em que os apenados se dedicam a este trabalho. Todos eles participam de todas as etapas do processo produtivo (corte do porongo, lixamento externo e interno e lixamento do bocal). As atividades são supervisionadas por estagiários da Psicologia que atuam no sistema. Também no formato de oficinas é instruído o jogo de truco, que possui como resultado a organização de um torneio. Foram realizados dois encontros para a explanação histórica e cultural do referido jogo de cartas e como produto final da atividade, haverá o torneio de truco com a participação de 24 aprisionados. **Resultados:** Espera-se desenvolver, através do jogo de truco, o autocontrole, a expressão individual de cada sujeito e embora haja um ambiente recreativo, há principalmente um ambiente terapêutico em que predomina o respeito pela liberdade do outro enquanto exerce o papel de competidor. Da mesma forma, também se espera que a confecção das cuias, além de propiciar a consciência comunitária, o compromisso social e a benevolência, o projeto também almeja integrar ao PEJULI- Arte pela Liberdade, como forma de geração de renda. Além de operar como uma possibilidade futura de profissionalização dos egressos. Como resultados já obtidos, têm-se a venda de 10 cuias em uma feira local. **Conclusão:** Em suma, o projeto se consolida como uma iniciativa de (re)inserção social através da cultura como uma ponte entre a sociedade e o sistema prisional, favorecendo as interlocuções entre ferramentas terapêuticas e de capacitação profissional. Para além da subjetividade envolvida, há um caráter prático e rentável na confecção das cuias e o desenvolvimento de habilidades interpessoais através da prática do jogo de truco. Com isso, almeja-se que a cultura seja o instrumento propulsor da liberdade mesmo com obstáculos reais que impeça o sentido literal do conceito.

Palavras-chave: Cultura, Psicologia, Prisões.

GESTÃO E CUIDADO EM SAÚDE PRISIONAL: PLANEJAMENTO, SEGURANÇA E MULTIDISCIPLINARIEDADE EM UMA UBS

Anderson Barbosa Scheifler¹; Camila Silva¹

¹Unidade Básica de Saúde Prisional da Secretaria de Saúde de Joinville/SC
anderson.scheifler@joinville.sc.gov.br

Justificativa e objetivos: Este trabalho apresenta a experiência da Unidade Básica de Saúde Prisional (UBS Prisional) de Joinville/SC no desenvolvimento do Planejamento Local de Saúde (PLS) em 2025, evidenciando a aplicação de instrumentos de gestão para qualificar os processos assistenciais voltados à população privada de liberdade. Justificativa e Objetivos: diante da superlotação prisional, da complexidade dos fluxos de trabalho, da carência de registros clínicos e sociais confiáveis e da necessidade de garantir a segurança institucional, identificou-se a relevância de implementar práticas de planejamento estratégico que fortaleçam a integralidade e a humanização da atenção em saúde. O objetivo geral consiste em analisar a adoção de um modelo de gestão fundamentado no planejamento estratégico, na segurança e na atuação multidisciplinar, buscando descrever as estratégias adotadas, os resultados obtidos e os impactos na organização dos serviços.

Método: adotou-se o relato de experiência como estratégia metodológica, em abordagem qualitativa, articulada à utilização de ferramentas de gestão como o modelo SIPOC e a matriz SWOT. Esses instrumentos foram aplicados no âmbito do Presídio Regional Masculino de Joinville/SC, com base em referenciais teóricos de Chiavenato (2003), Humphrey (2005) e Minayo (2012). A equipe multiprofissional da UBS, composta por coordenadora, médicos, enfermeiros, assistente social, psicóloga, dentista, farmacêutico, auxiliar de saúde bucal, técnicos de enfermagem e administrativos, participou de todas as etapas do processo, incluindo diagnóstico situacional, análise de riscos, construção de fluxogramas, padronização de procedimentos e implementação de rotinas de segurança. **Resultados:** a adoção dessas ferramentas proporcionou ganhos qualitativos e quantitativos, como a economia de materiais e insumos, a maior eficiência no lançamento das evoluções clínicas, a melhoria no registro e acesso às informações e a otimização do tempo de trabalho dos profissionais. Houve racionalização das atividades, diminuição de retrabalho, melhoria na comunicação entre a UBS e a polícia penal, cumprimento das normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e maior clareza na definição de responsabilidades dentro da equipe. Além disso, a sistematização dos processos permitiu a construção de fluxogramas operacionais, a revisão e modernização de protocolos de atendimento e a elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), que se consolidam como instrumentos de padronização, monitoramento e continuidade institucional, garantindo que práticas exitosas possam ser reproduzidas em ciclos futuros de gestão. **Conclusão:** a experiência evidencia a aplicabilidade e a relevância

TRABALHOS

cia do planejamento estratégico como ferramenta de gestão em saúde prisional, demonstrando que sua adoção contribuiu para a efetivação do direito à saúde mesmo em contextos de privação de liberdade. A articulação entre planejamento, segurança e multidisciplinaridade fortalece a integração dos serviços, promove maior eficiência na utilização dos recursos, amplia a capacidade de resposta da equipe frente a situações críticas e assegura práticas inovadoras de cuidado. Ressalta-se que o processo de gestão é contínuo, exigindo avaliação permanente e ajustes dinâmicos, e que o protagonismo da equipe multiprofissional é fundamental para consolidar práticas resolutivas, humanizadas e orientadas pelos princípios do SUS, contribuindo para a equidade em saúde no sistema prisional.

Palavras-chave: Gestão em Saúde, Planejamento Estratégico, Prisões.

QUALIFICAÇÃO DA TRIAGEM EM UMA UBS PRISIONAL: MULTIDISCIPLINARIDADE, INTERVENÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Anderson Barbosa Scheifler¹; Camila Silva¹; Leandro Alberto Grassi¹; Leticia Delfino Nunes¹

¹Unidade Básica de Saúde Prisional da Secretaria de Saúde de Joinville/SC;

anderson.scheifler@joinville.sc.gov.br

Justificativa e objetivos: O presente trabalho descreve a experiência desenvolvida na Unidade Básica de Saúde Prisional (UBS Prisional) de Joinville/SC no processo de triagem e acolhimento de pessoas privadas de liberdade, destacando a implantação de um modelo estruturado, abrangente e multidisciplinar iniciado em setembro de 2024. A equipe de triagem é composta por enfermeiro, assistente social, psicóloga e técnico de enfermagem, sendo, neste formato, a única experiência do tipo em funcionamento no estado de Santa Catarina, representando uma prática inovadora no âmbito da saúde prisional. Diante do cenário de superlotação prisional, da elevada prevalência de agravos em saúde e da histórica negligência a que está submetida a população carcerária, identificou-se a necessidade de qualificar o processo de triagem dos novos ingressos, a fim de assegurar atendimento integral, humanizado e articulado. O objetivo geral consiste em analisar a implantação dessa triagem diferenciada, com ênfase no papel da equipe multiprofissional, nas intervenções realizadas e nos encaminhamentos efetuados. **Método:** utilizou-se o relato de experiência como estratégia metodológica, em abordagem qualitativa, fundamentada na sistematização de dados coletados entre setembro de 2024 e julho de 2025. As etapas do processo de triagem envolveram a realização de anamnese clínica pela equipe de enfermagem, entrevista social conduzida pelo assistente social e avaliação psicológica realizada pela

psicóloga, sendo o trabalho mediado por um fluxo integrado e interdisciplinar. **Resultados:** no período analisado, foram realizadas 1.137 triagens, representando uma média de 3,43 ingressantes/dia na unidade. O perfil dos apenados indicou predominância de reincidentes no sistema prisional, grande parte em situação de vulnerabilidade social, com histórico de uso abusivo de substâncias psicoativas. A maconha foi apontada por aproximadamente 80% dos internos, seguida do consumo associado de tabaco e álcool, e da presença de cocaína e crack entre reincidentes e indivíduos em situação de rua. Foram diagnosticados 60 casos de sífilis, 5 de HIV, 12 de tuberculose, além de hepatite B (3 casos) e hepatite C (3 casos). A partir dessa primeira avaliação, os internos foram encaminhados para atendimentos médicos, psicológicos, odontológicos, farmacológicos e sociais, o que possibilitou diagnóstico precoce, início imediato de tratamentos, registro de informações de saúde e articulação com familiares quando necessário. Destaca-se ainda que a prática reduziu deslocamentos externos para serviços especializados, diminuindo custos ao sistema de segurança e saúde e prevenindo riscos de evasão ou incidentes durante escoltas. **Conclusão:** a experiência evidencia que a triagem estruturada em ambiente prisional é uma ferramenta fundamental para garantir o direito constitucional à saúde, promovendo um cuidado integral e contínuo desde o ingresso do apenado. O modelo desenvolvido fortalece a prevenção de agravos, amplia a efetividade das políticas públicas de saúde e contribui para a humanização do sistema prisional. Ademais, ressalta-se o protagonismo da equipe multiprofissional da UBS Prisional, cuja atuação integrada não apenas assegura diagnósticos e intervenções mais precisas, como também representa, para muitos internos, a primeira oportunidade de acesso regular e qualificado aos serviços de saúde, superando desigualdades históricas e reforçando o papel do SUS como promotor de equidade.

Palavras-chave: Acolhimento, Equipe Multiprofissional, Prisões.

TUBERCULOSE RECIDIVANTE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: TENDÊNCIAS TEMPORAIS E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Caroline Alegransi¹; Tiago Antônio Heringer¹; Andreia Rosane de Moura Valim¹; Lia Gonçalves Possuelo¹

¹Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde, Santa Cruz do Sul, RS
alegransicaroline@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A tuberculose (TB) permanece um grave problema de saúde pública no Brasil, com alta incidência em populações vulneráveis, especialmente na População

TRABALHOS

Privada de Liberdade (PPL). Nesse contexto, a recidiva, definida como o retorno da doença após a cura clínica e bacteriológica, constitui um desafio relevante para o controle da TB. Diferentemente da interrupção ou abandono do tratamento, frequentemente observados em situações de transferência ou liberação antecipada, a recidiva ocorre exclusivamente em indivíduos que concluíram o esquema terapêutico e foram considerados curados. Embora a terapia diretamente observada (DOT) esteja associada a melhores taxas de sucesso, sua efetividade ainda é limitada por barreiras estruturais e operacionais. A persistência da transmissão intramuros, agravada pela constante mobilidade entre unidades prisionais, pode estar relacionada tanto à recidiva quanto a falhas no acompanhamento e à reinfeção. Diante disso, este estudo teve como objetivo analisar a evolução temporal e a distribuição geográfica dos casos de recidiva de tuberculose na PPL no Brasil. **Método:** Estudo ecológico, transversal e quantitativo. Os dados foram extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizados pelo Ministério da Saúde por meio da plataforma TABNET/DATASUS, no período de 2015 a 2024. Foi selecionada a aba referente aos casos confirmados de tuberculose por tipo de entrada "recidiva", com o recorte específico para a condição PPL. A análise incluiu 3 macrorregiões do país, com destaque para os estados de São Paulo, Espírito Santo, Goiás e Rio Grande do Sul. **Resultados:** Entre 2015 e 2024, foram notificados 13.487 casos de recidiva de tuberculose na PPL no Brasil, com uma média anual de 1.349 casos. Observou-se crescimento entre 2015 (933 casos) e 2018 (1.616), representando um aumento de 73,2%. A partir de 2019, os números caíram progressivamente, atingindo 1.270 casos em 2021, possivelmente refletindo os impactos da pandemia de COVID-19 sobre os serviços de diagnóstico e vigilância. Houve novo aumento em 2022 (1.509) e estabilidade em 2023 (1.507), seguido de queda em 2024 (1.252 casos), ainda 34,2% acima do valor inicial da série. A distribuição regional evidenciou desigualdades marcantes: o Sudeste concentrou 54,4% dos casos (7.339), seguido pelo Nordeste (18,9%), Sul (13,9%), Norte (7,2%) e Centro-Oeste (5,6%). Entre os estados, São Paulo liderou com 4.648 casos (34,5%), alcançando pico em 2017 (622) e reduzindo para 373 em 2024. O Rio Grande do Sul somou 1.586 casos (11,8%), com aumento até 2019 (224) e queda gradual até 137 em 2024. O Espírito Santo registrou 169 casos (1,25%), com crescimento contínuo até 2023 (39), e queda em 2024 (21). Já Goiás notificou 93 casos (0,7%), com pico em 2017 (21) e redução acentuada até 1 caso em 2024. **Conclusão:** Os achados indicam que a recidiva da TB em PPL no Brasil apresenta uma tendência crescente ao longo da última década, com oscilações atribuíveis a eventos conjunturais, como a pandemia. A elevada concentração dos casos nas regiões Sudeste e Nordeste aponta para a necessi-

dade de reforço das ações de prevenção, diagnóstico precoce e continuidade do tratamento, sobretudo em estados com maior população carcerária. Estes dados reforçam a urgência da qualificação das estratégias de vigilância e cuidado à saúde no sistema prisional, com enfoque na prevenção de recidivas e desfechos desfavoráveis.

Palavras-chave: Penitenciárias, Recidiva, Tuberculose.

NARRATIVAS DA PRISÃO: A INVENÇÃO DO SUJEITO EM UM GRUPO TERAPÊUTICO

Arthur Ineu Munhoz¹; Nathália de Vargas Minuzzi¹; Gabriel Marcelo Moresco²

¹Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS.

²Presídio Estadual de Júlio de Castilhos (PEJULI), Júlio de Castilhos - RS
arthur.munhoz@ufn.edu.br

Justificativa e objetivos: Diante dos impasses e complexidades que atravessam o sistema prisional brasileiro, o Projeto "Quem Sou?" surge como uma proposta de novo olhar sobre a trajetória do apenado, com ênfase em sua saúde mental e em seu processo de construção subjetiva. Trata-se de uma iniciativa terapêutico-operativa que busca oferecer um espaço protegido, no Presídio Estadual de Júlio de Castilhos, onde homens privados de liberdade possam resgatar sua dignidade e fortalecer sua identidade. O projeto tem como propósito criar condições favoráveis para que os participantes possam elaborar uma narrativa de vida que valorize seus potenciais, resgate suas singularidades e incentive a construção de sentido para além das marcas do encarceramento. A proposta busca oferecer um espaço de escuta e reflexão onde a experiência criminal não seja reduzida à identidade do sujeito, mas sim compreendida como um episódio entre outros de sua trajetória. Nesse processo, pretende-se estimular a capacidade de simbolizar vivências, reconhecer habilidades, fortalecer vínculos internos e externos e abrir possibilidades de novos projetos de vida. Assim, ao invés de se fixar na lógica da punição, a iniciativa aposta na potência criativa de cada indivíduo, favorecendo um reposicionamento subjetivo diante de si mesmo, do outro e da comunidade, contribuindo para a emergência de perspectivas mais amplas de futuro. **Método:** A metodologia estrutura-se na produção de um diário artesanal, concebido como dispositivo de escrita e reinvenção da própria história. O percurso inicia-se com a apresentação da proposta e a confecção manual do diário em folhas A4. Em seguida, utiliza-se uma câmera digital para que os apenados registrem, a partir de seu olhar, imagens da realidade prisional. Uma dessas fotos será escolhida como capa do diário, acompanhada de um poema que traduza o sentido atribuído à imagem. Na etapa posterior, realizam-se encontros terapêuticos, nos quais o diário sustenta a narração de vivências pessoais, como tema

TRABALHOS

central. Esses encontros são guiados por eixos como “A Criança”, “O Homem que Sou Hoje” e “O Homem que Quero Ser”, incentivando a reflexão temporal e identitária. **Resultados:** Resultados parciais revelam que provocar “pequenos surtos nos espaços vazios” possibilita brechas de criação e reinvenção de si. A escrita e o artesanato tornam-se práticas de invenção subjetiva, transformando a oficina em um exercício de produção de vida. O “Quem Sou?” transcende a lógica de oficina, constituindo-se como um gesto de autoria existencial. **Conclusão:** Ao enfatizar dignidade e criatividade, a iniciativa fortalece a saúde mental e a possibilidade de novos sentidos para além das grades. A dimensão produtiva do projeto ainda dialoga com o PEJULI – Arte pela Liberdade, já existente no presídio, permitindo que os diários artesanais possam integrar-se à geração de renda, ampliando a experiência de subjetivação e sua potência transformadora. **Palavras-chave:** Prisões, Saúde Mental, Singularidades.

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO HOSPITALAR EM UMA UNIDADE DE SAÚDE MENTAL PRISIONAL

Suellen Engrazia¹; Marcio Santos²

¹FACTUM, RS;

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS
marciomsantos95@hotmail.com

Justificativa e objetivos: A partir do anúncio das restrições nos atendimentos do Instituto Médico Legal (IPF) localizado em Porto Alegre-RS feito pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, buscou-se investir em uma nova forma de atendimento a nível hospitalar a pacientes psiquiátricos graves oriundos do sistema prisional, esses antes assistidos pelo IPF. A unidade cinco da Associação Hospitalar Vila Nova (AHVN) reinaugurada em dezembro de 2023, essa que antes da reforma recebia apenas pacientes alocados na galeria focada em ressocialização do Presídio Central para tratamento exclusivo de dependência química, que agora passa a aceitar pacientes diagnosticados com patologias psiquiátricas diversas advindos de todas as casas prisionais do estado e do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (NUGESP). **Método:** A partir desta nova composição compreende-se a necessidade de adaptação e especialização dos psicólogos que atendem na unidade em patologias psiquiátricas graves, acolhimento de pacientes e familiares, avaliação de riscos, além da adaptação de outros atores envolvidos a essa nova demanda. **Resultados:** os resultados parciais mostram que neste um ano e meio desde a reinauguração da unidade o Serviço de Psicologia Hospitalar do AHVN recebeu diversas demandas graves, como: tentativas de suicídio; sintomas psicóticos; agitação

psicomotora e outros riscos graves envolvendo pacientes considerados com alto nível de periculosidade, sendo o serviço de psicologia parte fundamental de manejo das crises desses pacientes. Outro ponto relevante relaciona-se a relação, por vezes tensionada, entre os psicólogos com os agentes de segurança: apesar de não ser um comportamento homogêneo dos servidores da SUSEPE é possível dizer que parte dos policiais penais não estão habituados com o atendimento psicológico humanizado a pessoas apenadas e acabam por criar empecilhos que dificultam a atuação dos psicólogos utilizando como justificativa a preservação da segurança dos profissionais de saúde, dos agentes e de outros pacientes. **Conclusão:** neste período o trabalho da psicologia mostrou-se importante no tratamento e acolhimento dos pacientes graves originários do sistema prisional e, apesar do desafio que envolve tal demanda os profissionais do serviço de psicologia envolvidos: psicólogos acompanhantes terapêuticos e estagiários, além de outros profissionais de saúde e a SUSEPE como instituição, apresentam-se empenhados em oferecer o melhor tratamento aos pacientes que utilizam o serviço. **Palavras-chave:** Humanização da Assistência, Psicologia Hospitalar, Psiquiatria.

URGÊNCIAS ODONTOLÓGICAS EM CONTEXTO PRISIONAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ATENÇÃO À SAÚDE

Adriana Porcher da Silveira¹; Aline Vital Martins Heldt¹; Ricardo Ferreira da Silva¹; Thaís Tusi Barcelos²; Gregory Mendes dos Santos¹

¹Secretaria Municipal da Saúde de Osório, RS

²Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, RS
adriaporcher11@gmail.com

Justificativa e Objetivos: As urgências odontológicas configuram-se como um dos principais motivos de procura por atendimento em ambientes prisionais, refletindo a realidade de uma população com elevada vulnerabilidade para o desenvolvimento de agravos em saúde bucal. Fatores como precárias condições de higiene, uso de substâncias psicoativas, estresse e limitação no acesso a serviços de saúde especializados contribuem para o aumento da prevalência de cáries, abscessos dentários e doença periodontal. Esses quadros, quando não tratados, evoluem para situações de dor intensa e infecções que podem gerar complicações sistêmicas. Diante disso, a atenção às urgências odontológicas no sistema prisional torna-se essencial não apenas para o manejo imediato dos sintomas, mas também como parte de uma estratégia mais ampla de promoção da saúde e de garantia do direito à

TRABALHOS

assistência integral. O objetivo deste trabalho é analisar, de forma descritiva, a importância do atendimento às urgências odontológicas na Penitenciária Modulada Estadual de Osório, destacando desafios, práticas de cuidado e potenciais impactos para a qualidade de vida dos apenados.

Método: Foi realizada uma análise descritiva a partir da observação das demandas mais frequentes em atendimentos odontológicos no contexto prisional, bem como do papel da atuação multiprofissional na organização da atenção à saúde. Foram considerados os aspectos relacionados ao acolhimento dos apenados em situação de urgência, as condutas terapêuticas mais comuns e a relevância da oferta de serviços odontológicos intramuros para o enfrentamento das necessidades de saúde bucal da população privada de liberdade.

Resultados: Observa-se que as urgências odontológicas constituem parcela significativa das demandas em saúde prisional, sendo caracterizadas, em sua maioria, por queixas de dor aguda, presença de infecções e necessidade de intervenções imediatas. A ausência de cuidados regulares favorece o surgimento de agravos bucais em estágio avançado, o que exige do serviço uma abordagem resolutiva e rápida. O atendimento realizado dentro da penitenciária mostra-se estratégico, pois proporciona alívio da dor, controle das infecções e redução do sofrimento, além de evitar complicações mais graves que poderiam demandar hospitalizações externas.

Conclusão: As urgências odontológicas revelam-se como um campo de atuação prioritário para a saúde prisional, exigindo organização, estrutura adequada e integração multiprofissional. O manejo adequado dessas situações representa não apenas um cuidado emergencial, mas também uma oportunidade de promover saúde, prevenir novos agravos e reduzir custos ao sistema público, decorrentes de encaminhamentos e internações hospitalares. Além disso, o atendimento odontológico no ambiente prisional reforça a importância da humanização do cuidado, reconhecendo a saúde bucal como parte indissociável do bem-estar integral do indivíduo, ainda que em situação de privação de liberdade. Dessa forma, fortalecer a atenção às urgências odontológicas em unidades prisionais constitui estratégia essencial para ampliar a resolutividade da assistência em saúde, contribuir para a dignidade humana e reafirmar o compromisso do Estado com os princípios de equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Assistência Odontológica, Odontologia Preventiva, Profilaxia Dentária.

REGIME SEMIABERTO HARMONIZADO E O TRABALHO PRISIONAL

Aline Roglio Flores Carneiro¹; Ana Paula Favim¹

¹Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 7ª Região
ana-favim@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: O regime semiaberto harmonizado surge como alternativa ao déficit de vagas no semiaberto convencional, utilizando a monitoração eletrônica para todos os apenados. Na 7ª Região Penitenciária, em Caxias do Sul/RS, a interdição do Instituto Penal resultou na inclusão dos apenados em uma fila de espera para a instalação de tornozeleira eletrônica. Essa fila foi zerada em março de 2024, permitindo que todos os apenados do regime semiaberto cumpram pena em prisão domiciliar com o uso do dispositivo. Segundo a Portaria Conjunta n.º 001/2025 das Varas de Execuções Criminais Regionais de Caxias do Sul, os monitorados têm uma zona de inclusão de até três quadras da residência, devendo permanecer ali das 20h às 6h, exceto em situações excepcionais. A liberdade de circulação é permitida durante o horário de trabalho para aqueles com emprego homologado, o que favorece a vinculação a um emprego e diminui a demanda de autorizações de deslocamento. De acordo com o artigo 126 da Lei de Execução Penal, há possibilidade de remição pelo trabalho para os presos em regime fechado ou semiaberto. Há cerca de 1100 monitorados cumprindo pena em regime semiaberto na 7ª Região, dos quais aproximadamente 500 possuem trabalho homologado. A Portaria estabelece que a autorização para trabalho externo requer proposta de emprego para análise judicial e a remição é contabilizada a partir da autorização judicial. O apenado deve apresentar comprovantes das atividades, sendo um desafio a verificação da regularidade de trabalhos informais. **Método:** Trata-se de um relato de experiência, visto que vigora na 7ª Região Penitenciária o cumprimento de pena em regime semiaberto harmonizado, ante a ausência de estabelecimento penal adequado para o cumprimento de pena. Analisou-se dados do sistema de monitoração e pesquisa bibliográfica sobre a monitoração eletrônica como alternativa aos casos de ausência de vagas no regime semiaberto convencional. Em outros estados, esta alternativa é utilizada desde o início da execução da pena ou como antecipação da saída do sistema prisional, com posterior análise de progressão ao regime aberto ou para o livramento condicional. **Resultados:** A utilização do equipamento de monitoração possibilita uma fiscalização mais efetiva do cumprimento de pena, além de facilitar a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho. A possibilidade de remição pelo trabalho já é reconhecida no regime semiaberto harmonizado, mas exigir documentação para trabalhos informais pode ser uma barreira à autorização, pois, ainda que a monitoração permita verificar trajetos, ela não garante a regularidade do destino. A reinserção através do trabalho é crucial para que os apenados possam romper o ciclo de criminalidade. **Conclusão:** A utilização do regime

TRABALHOS

semiaberto harmonizado é uma ferramenta importante para a reinserção social do apenado. A possibilidade do cumprimento da pena em casa possibilita o restabelecimento de vínculos familiares, a reintegração social, melhores condições de renda e consequente dignidade aos apenados que optam por sair da criminalidade.

Palavras-chave: encarceramento, segurança pública, trabalho.

VULNERABILIDADE À TUBERCULOSE NO CÁRCERE: ANÁLISE COMPARATIVA RETROSPECTIVA DE RESULTADOS POSITIVOS NO SUL DO BRASIL

Rejane Louise de Lima Bastos¹; Laura Moura Sestari¹; Leticia Prescendo¹; Mariana Braga da Silva²; Márcia Gabriela Rodrigues de Lima²; Vera Regina Dias de Barcellos³

¹Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia, Universidade Franciscana, Santa Maria, RS

²Secretaria de Município de Saúde, Santa Maria, RS

³Laboratório de Tuberculose, Santa Maria, RS

rejane.bastos@ufn.edu.br

Justificativa e Objetivos: A tuberculose é uma doença infectocontagiosa causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis* e transmitida por meio da inalação de partículas suspensas no ar, decorrentes, principalmente, por espirros e tosse de pessoas que apresentam a forma ativa de tuberculose pulmonar. No contexto prisional, o risco de disseminação da doença é significativamente elevado, devido a fatores como pouca incidência de luz, aglomeração, falta de circulação de ar e precariedade nos atendimentos de saúde, tornando a população privada de liberdade um dos grupos mais vulneráveis ao adoecimento. Diante disso desse cenário, políticas públicas voltadas a melhoria da assistência à saúde se tornam essenciais para o rastreamento e a interrupção da cadeia de transmissão da tuberculose em instituições prisionais. Dessa maneira o estudo vem de forma retrospectiva analisar a reatividade de teste para detecção de Tuberculose em um presídio, através de materiais coletados em ação de saúde organizadas pela Política de Promoção de Equidades do município da região central do Rio Grande do Sul. **Método:** Realizar uma análise comparativa retrospectiva a respeito das taxas de reatividade de testes para tuberculose, realizados entre janeiro e setembro de 2024 e 2025, em uma população privada de liberdade de uma cidade da região central do sul do Brasil. **Resultados:** Em 2025, foram realizados 253 testes moleculares para diagnóstico de Tuberculose, representando uma redução de 13,9% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram con-

tabilizados 294 testes. Dentre os exames realizados em 2025, 26 (10,2%) resultados positivos para 2025, desses 1 (3,8%) obteve detecção muito baixa, porém com resultado resistência à Rifampicina, droga mais potente e importante na terapia de combate à tuberculose, 1 (3,8%) muito baixo sensível, 7 (26,9%) detecção baixa, 2 (7,6%) detecção média, 5 (19,2%) alto, 10 (38,4%) traços. Em contrapartida, 2024 apresentou 24 casos positivos (8,1%), desses 3 (12,5%) obteve detecção baixa com resistência à Rifampicina, 10 (41,6%) detecção baixa sensível, 3 (12,5%) detecção média, 4 (16,6%) alto e 6 (25%) traços. Pode-se observar um aumento em relação aos resultados positivos para o ano de 2025, porém com redução no número de testes realizados. **Conclusão:** A população carcerária conta com aproximadamente 1100 pessoas, portanto, a cobertura do rastreio ainda se mostra pequena, talvez isso se deva a fatores relacionados à logística da própria instituição para garantir a segurança da equipe durante os atendimentos, ou ainda, a falta de profissionais de saúde no sistema prisional. Dessa forma, faz-se necessário a ampliação das Equipes Atenção Primária Prisional, assim como o incentivo a ações assistenciais e políticas públicas que atinjam esta população.

Palavras-chave: *Mycobacterium tuberculosis*, Pessoas Privadas de Liberdade, Políticas Equânimes de Saúde.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E CÍRCULOS DA PAZ NA PENITENCIÁRIA DE VENÂNCIO AIRES

Carina Helena Bubolz¹; Gabriela Moyses Kilian¹; Maria de Borba²

¹Polícia Penal do Rio Grande do Sul

²Secretaria Estadual de Educação, RS

carina.bubolz@gmail.com

Justificativa e objetivos: O sistema penitenciário brasileiro enfrenta desafios estruturais graves, incluindo superlotação, conflitos internos recorrentes e fragilidade nos processos de reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Esses fatores comprometem não apenas os direitos humanos, mas também a eficácia das medidas de ressocialização. Diante deste cenário, a justiça restaurativa apresenta-se como uma alternativa inovadora ao modelo punitivo tradicional, centrando-se no diálogo, na reparação dos danos causados e na reconstrução dos vínculos sociais rompidos. Trata-se de uma abordagem que valoriza a responsabilização, a escuta ativa e a construção coletiva de soluções para os conflitos. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de aplicação dos círculos da paz com um grupo de apenados trabalhadores na Penitenciária Estadual de Venâncio Aires, analisando seu impacto no fortalecimento das relações interpessoais, na redução dos conflitos

TRABALHOS

tos internos e no estímulo à cooperação entre os detentos, bem como no papel da equipe técnica como facilitadora do processo restaurativo. **Métodos:** A prática foi realizada por meio de encontros quinzenais, com grupos compostos por 15 participantes, utilizando a metodologia dos círculos da paz, uma das práticas restaurativas fundamentadas no diálogo horizontal, na escuta ativa, no respeito mútuo e na construção de um espaço seguro para a expressão de sentimentos e vivências. Os encontros foram mediados por profissionais da equipe técnica da unidade prisional e integraram os setores de Serviço Social, Psicologia e Educação, fortalecendo a atuação multidisciplinar no contexto da execução penal. Foram utilizados relatos de experiência e observações qualitativas sistemáticas para captar as transformações subjetivas e coletivas ocorridas ao longo do processo. A análise dos dados considerou as percepções dos participantes, as dinâmicas de grupo e os indicadores de mudança no comportamento, na convivência diária e nas atitudes em relação ao outro. **Resultados:** Os resultados indicam que o método favorece a construção de vínculos positivos, melhora a comunicação interpessoal e reduz a incidência de conflitos, promovendo um ambiente mais colaborativo e empático. **Conclusões:** A prática dos círculos da paz revelou-se uma estratégia desafiadora, porém eficaz para a humanização do sistema penitenciário, contribuindo de forma significativa para a promoção de uma cultura de paz, para o fortalecimento do protagonismo dos apenados e para a ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Recomenda-se a ampliação, o aprofundamento e a sistematização dessas práticas no âmbito das políticas penais, reforçando o diálogo, a escuta e a justiça restaurativa como instrumentos fundamentais para a transformação social e a construção de relações mais justas, inclusivas e sustentáveis no sistema prisional. **Palavras-chave:** Justiça Restaurativa, Prisão, Ressocialização.

OFICINAS DE TRABALHO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE SANTA MARIA: CAPACITAÇÃO, REINSERÇÃO E TRABALHO PRISIONAL.

Luciana Dimpério¹; Aline Costa de Lima¹; Elaine Colpo Monfardini¹; Larianne de Andrade Saul¹; Mareli Moraes Rodrigues¹

¹Polícia Penal do Rio Grande do Sul
luciana-dimperio@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: O trabalho prisional está amparado pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que reconhece a atividade laboral como direito e dever da pessoa privada de

liberdade, além de instrumento de formação e ressocialização. Historicamente, o trabalho no cárcere esteve associado a práticas disciplinares, mas, no contexto contemporâneo, passa a ser compreendido como ferramenta de reinserção social e promoção da cidadania. Para que o trabalho prisional cumpra sua função social, é necessária uma maior integração entre políticas econômicas, sociais e de segurança pública, com foco em estratégias que fortaleçam a qualificação profissional, a geração de renda e a redução das desigualdades estruturais. As atividades laborais são ferramentas de ressocialização pela capacidade de preparar as pessoas privadas de liberdade à reintegração social, contribuir na redução das taxas de criminalidade e amenizar os efeitos do cárcere. Ao trabalhar, e contrariando o sentimento de estigmatização, o sujeito pode sentir-se útil e produtivo, ganhar remição de pena e se profissionalizar, possibilitando geração de renda após o cárcere. Ao Estado geram benefícios econômicos e à sociedade, por meio de políticas de reintegração social. As oficinas desenvolvidas na casa prisional são: sabão ecológico, panificação, costura, ração canina, marcenaria e reciclagem de resíduos eletrônicos. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas nas respectivas oficinas e o produto final de cada uma, justificam-se por seus potenciais impactos positivos em suas múltiplas dimensões associado à humanização da pena e a contribuição para o meio ambiente. Tais práticas, objetivam-se proporcionar aos privados de liberdade a participação em oficinas que oportunizam conhecimento, desenvolvimento de habilidades, qualificação e vislumbrando perspectivas futuras de transformação da realidade. **Métodos:** Para essas oficinas o método é composto por processos de organização, capacitação, produção e segurança, aplicados através de técnicas pedagógicas, produtivas e de gestão, articulando trabalho, disciplina e educação profissional, tornando o trabalho uma ferramenta efetiva de ressocialização. **Resultados:** As oficinas produzem efeitos integrados promovendo ressocialização, formação profissional, ocupação produtiva, mantendo-os focados em atividades que colaboram para a construção de uma nova identidade fora do contexto criminal, recuperando o senso de dignidade e autonomia, e, além disso, estratégias de prevenção e promoção em saúde mental. **Conclusão:** O trabalho prisional constitui instrumento essencial da execução penal e da reintegração social. Ao proporcionar aquisição de habilidades, disciplina e remição de pena. Sua função vai além do caráter punitivo, promovendo cidadania, respeito aos direitos fundamentais e oportunidades de transformação social. Para que a ressocialização seja efetiva, é necessário compromisso político, mobilização social e sensibilidade à condição humana, de modo a transformar o cárcere em espaço de recomeço, cidadania plena, redução da reincidência criminal, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e democrática. Portanto, o trabalho

TRABALHOS

prisional desempenha um papel estratégico na materialização de políticas penitenciárias mais humanas e eficazes, capazes de enfrentar as desigualdades estruturais que atravessam o cárcere e de contribuir para uma construção de trajetórias de vidas pautadas na autonomia, na inclusão e na justiça social.

Palavras-chave: Trabalho, Capacitação Profissional, Autonomia Pessoal.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: USO DE DADOS E FERRAMENTAS DIGITAIS PARA A GESTÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Cintya Azevedo Gonçalves¹; André Vinicius Pires Guerrero¹; June Correa Borges Scafuto¹; Lucas Bragança Lopes Ribeiro¹; Edvaldo Junio Virote da Silva¹; Kleber Carlos Moraes²; Deize Rackuel Pereira da Silva²; Bianca Thaís da Silva Costa²; Sarah Camila Almeida dos Santos²

¹Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília, DF;

²Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN/MJSP, DF
deize.silva@mj.gov.br

Justificativa e Objetivos: A produção, análise e uso qualificado de dados são instrumentos estratégicos para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em contextos complexos, como o do sistema prisional brasileiro. A escassez de indicadores sistematizados, a fragmentação das fontes de informação e a ausência de qualificações analíticas para as equipes gestoras dificultam a construção de políticas intersectoriais baseadas em evidências. Neste contexto, este trabalho apresenta a construção de uma ferramenta em Power BI voltada para a gestão das Ações da Cidadania promovidas pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN/MJSP) em articulação com a Fiocruz Brasília, com o objetivo de aprimorar a gestão da informação e fortalecer a transparência, a tomada de decisão e o planejamento das ações no sistema penitenciário. **Método:** A construção da ferramenta foi iniciada a partir do levantamento, organização e tratamento de dados produzidos em ações intersectoriais realizadas em unidades prisionais de diferentes estados brasileiros. As bases de dados foram padronizadas e integradas com apoio de planilhas dinâmicas, categorização de variáveis e definição de indicadores-chave. Utilizou-se a plataforma Microsoft Power BI para construir dashboards interativos que apresentam indicadores por território (UF), período, população atendida, complexo penitenciário, tipo de atendimento e demandas emergentes. **Resultados:** A experiência resultou na consolidação de informações de mais de 17 mil atendimentos realizados no período de 2022 a 2024, com possibilidade de atualização em tempo real. Os

dashboards permitem visualizar padrões de atendimento, identificar fragilidades territoriais, mapear cobertura das ações e apoiar a prestação de contas às instâncias gestoras e órgãos de controle. A iniciativa foi vivenciada diretamente para a institucionalização da cultura de dados no âmbito da SENAPPEN e ampliou a capacidade de análise das equipes envolvidas nas Ações da Cidadania, subsidiando decisões estratégicas de planejamento, formação e governança. **Conclusão:** A experiência com a construção da ferramenta em Power BI demonstrou o potencial do uso de dados como instrumento de democratização da informação, participação social e qualificação da gestão no sistema prisional. Trata-se de uma prática replicável, de baixo custo e com alto impacto na melhoria da gestão pública, sobretudo em contextos historicamente marcados por violações de direitos e invisibilidade institucional.

Palavras-chave: Gestão da informação, Sistema prisional, Tecnologia da informação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CUIDADO EM SAÚDE MENTAL A SERVIDORES PENITENCIÁRIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Cintya Azevedo Gonçalves¹; André Vinicius Pires Guerrero¹; Ana Paula Morgado Carneiro²; Raquel Aguiar Alves¹; Edvaldo Junio Virote da Silva¹; Kleber Carlos Moraes²; Deize Rackuel Pereira da Silva²; Lícia Maria Gomes Ribeiro de Sousa²; Pérolla Melo Goulart Gomes²

¹Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília, DF;

²Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN/MJSP, DF
perolla.gomes@mj.gov.br

Justificativa e Objetivos: O cuidado com a saúde mental dos servidores penitenciários tem sido historicamente negligenciado nas políticas públicas brasileiras, apesar das evidências que apontam os altos índices de sofrimento psíquico e adoecimento desses profissionais. A atuação em ambientes de alta tensão, somada à sobrecarga de trabalho e à baixa valorização institucional, contribui significativamente para o desgaste físico, emocional e social dos trabalhadores do sistema prisional. Este relato de experiência busca apresentar a primeira edição da Ação da Cidadania que ofertou cuidados a saúde dos servidores, realizada no estado de Mato Grosso, como estratégia de promoção da saúde mental e valorização dos trabalhadores do sistema penal. **Método:** A ação foi conduzida pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), em parceria com a Fiocruz, Ministério da Saúde e os entes federativos do estado de Mato Grosso. Entre os dias 26

TRABALHOS

de maio e 6 de junho de 2024, foram mobilizadas equipes interdisciplinares para a realização de atividades em quatro unidades prisionais do estado. As ações incluíram atendimentos médicos e da enfermagem, rodas de escuta terapêutica, sessões de auriculoterapia, fisioterapia, massoterapia, ventosaterapia, reflexologia, exames de bioimpedância, consultas nutricionais e oferta de imunização.

Resultados: Ao todo, foram realizados 168 acolhimentos de enfermagem, 378 testes rápidos, 46 atendimentos médicos especializados, 44 participações em rodas de escuta terapêutica, 125 aplicações de imunizantes, 178 exames de bioimpedância, 207 sessões de auriculoterapia, 186 de massoterapia, 103 sessões de reflexologia, 86 sessões de fisioterapia e Tok Sen, além de 178 consultas nutricionais e 79 cortes de cabelo. Os resultados demonstram grande adesão dos servidores às atividades ofertadas e indicam a efetividade de práticas integrativas e do acolhimento psicossocial na promoção da saúde mental desses trabalhadores. **Conclusão:** A experiência evidenciou a importância de incorporar ações de cuidado e promoção da saúde mental nas políticas institucionais voltadas aos trabalhadores do sistema penitenciário. Iniciativas como essa fortalecem o vínculo entre os profissionais e as políticas públicas, promovem ambientes laborais mais saudáveis e previnem o adoecimento psíquico. A atuação intersectorial e o reconhecimento dos servidores como sujeitos de cuidado são estratégias fundamentais para a consolidação de uma política penal mais humana, sustentável e comprometida com a dignidade no trabalho.

Palavras-chave: Participação social, Saúde mental, Servidor penitenciário.

PARTICIPAÇÃO DA UBS PRISIONAL NA TRIAGEM EM MASSA PARA DOENÇAS INFECCIOSAS NA PEVA

Carina Helena Bubolz¹; Raquel Cardoso Campos¹; Mirian Adriana Sackser²; Camila Castro da Silveira Morsch²; Natanael de Oliveira Romão², Viviane Fengler²

¹ Polícia Penal do Rio Grande do Sul

² Universidade do Vale do Taquari

carina.bubolz@gmail.com

Justificativa e objetivos: A saúde no sistema prisional enfrenta desafios significativos devido a condições estruturais precárias, como superlotação, ventilação precária, higiene deficiente e estigma relacionado às doenças infecciosas. Na 8ª Região Penitenciária, onde está localizada a Penitenciária Estadual de Venâncio Aires (PEVA), bem como no sistema prisional como um todo, a incidência de tuberculose é maior do que na população

geral do estado, dificultando a identificação precoce e o tratamento efetivo. Neste contexto, a triagem em massa para diagnóstico de doenças infecciosas surge como uma ação fundamental para superar as barreiras tradicionais de acesso à saúde no sistema prisional. Entre 7 e 18 de julho de 2025, a Unidade Básica de Saúde Prisional (UBS Prisional) da PEVA participou dessa triagem, realizada em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Fiocruz e outras instituições, mobilizando uma força-tarefa de mais de 20 profissionais, incluindo técnicos superiores penitenciários, enfermeira, técnicos de enfermagem, odontóloga, pesquisadores e servidores da Polícia Penal.

Método: Foram utilizados exames modernos, como raio-x portátil com inteligência artificial, testes moleculares rápidos para tuberculose, testes para HIV, sífilis, hepatites virais e o teste IGRA para infecção latente de tuberculose. A equipe da UBS Prisional foi fundamental para organizar os fluxos internos, realizar a triagem clínica e acolher os apenados, garantindo a cobertura integral de 100% da população prisional da PEVA. O envolvimento dos profissionais de segurança assegurou o acompanhamento dos casos detectados, promovendo a continuidade do cuidado. **Resultados:** A triagem revelou-se uma estratégia eficaz e inovadora para o enfrentamento das doenças infecciosas no sistema prisional, contribuindo para a humanização do atendimento e para a promoção da saúde pública em um contexto de alta vulnerabilidade. A integração entre saúde, segurança e pesquisa foi essencial para o sucesso da ação, garantindo respeito à dignidade dos apenados e a efetividade dos procedimentos. Os dados obtidos permitiram o mapeamento epidemiológico da unidade, possibilitando intervenções precoces e o início imediato de tratamentos, além de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria da saúde prisional e à redução da transmissão de doenças para as comunidades externas. **Conclusão:** Recomenda-se a continuidade e expansão de iniciativas semelhantes, fortalecendo a atenção primária em saúde e a cooperação intersectorial como pilares para a transformação do sistema prisional.

Palavras-chave: Saúde Prisional, Tuberculose, Triagem.

POLÍTICA HIV/AIDS/IST E HEPATITES VIRAIS INTEGRADA AO SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL DE SANTA MARIA

Márcia Gabriela Rodrigues de Lima¹; Cledson Márcio da Silva Difante¹; Daisy Fogaça dos Santos²; Ariel Lemos²; Mariana Camargo Borges³; Tatiele Soares Arrial³; Karine Ebling Gomes³; Aléxia dos Santos Peglow³

TRABALHOS

¹Secretaria de Saúde de Santa Maria, RS

²Universidade Federal de Santa Maria, RS

³Universidade Franciscana, RS

grlmarcia@yahoo.com.br

Justificativa e Objetivos: A Política Municipal de HIV/ Aids/IST e Hepatites Virais de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, atua estrategicamente na prevenção e enfrentamento dessas infecções, especialmente em populações vulneráveis como as pessoas privadas de liberdade, que apresentam maior risco devido às condições do ambiente prisional. A prevenção combinada surge como uma abordagem essencial para ampliar o acesso a métodos diversificados, fortalecer a testagem e reduzir o impacto dessas epidemias dentro do sistema prisional. Este trabalho tem como objetivo descrever as principais ações de mobilização social realizadas pela política municipal, em parceria com a Unidade Básica de Saúde da Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM), entre março e agosto de 2025, com foco na promoção da prevenção combinada, ampliação da testagem e fortalecimento da visibilidade das populações-chave no ambiente prisional. **Método:** Trata-se de um relato de experiência descritivo, baseado nas ações desenvolvidas pela coordenação municipal em articulação com a equipe multiprofissional da UBS intramuros da PESM. As atividades incluíram testagens rápidas dentro da penitenciária, envolvendo diretamente os privados de liberdade e buscando ampliar o diagnóstico precoce e a prevenção de novas transmissões. **Resultados:** Os resultados destacam o impacto positivo dos mutirões de testagem rápida na identificação precoce de casos, possibilitando intervenções imediatas e redução do risco de transmissão. A participação ativa da equipe multiprofissional e a colaboração com multiplicadores internos fortaleceram a adesão às ações e o vínculo entre os usuários e os serviços de saúde. Essas iniciativas contribuíram para a ampliação do acesso à testagem, à informação e à prevenção dentro da penitenciária. **Conclusão:** Conclui-se que as ações realizadas na Penitenciária Estadual de Santa Maria evidenciam o compromisso com a prevenção combinada e a educação em saúde como estratégias eficazes para o enfrentamento das infecções sexualmente transmissíveis e hepatites virais no contexto prisional. A articulação entre a política municipal e a UBS intramuros, associada ao engajamento da população privada de liberdade, reforça a importância da descentralização das ações de saúde e da promoção do acolhimento e inclusão das populações vulneráveis, contribuindo para o enfrentamento do estigma, o aumento da testagem e a garantia do acesso à prevenção combinada. O fortalecimento dessas ações é essencial para avançar

na resposta às epidemias dentro do sistema prisional, em consonância com as diretrizes nacionais e internacionais de saúde pública.

Palavras-chave: Infecções Sexualmente Transmissíveis, População Privada de Liberdade, Promoção da Saúde.

ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL

Daisy Fogaça dos Santos¹; Cledson Márcio da Silva Difante²; Manuela Nunes Riesgo²; Cássia Cilene Saldanha da Silveira³; Carla Costa Felix²; Marlise Bortoluzzi Soares³; Maria do Carmo Quagliato²; Cristian Ericksson Colovini³

¹Universidade Federal de Santa Maria, RS

²Secretaria Municipal de Saúde, RS

³Penitenciária Estadual de Santa Maria, RS

fogacadaisy1@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A população privada de liberdade é socialmente vulnerável e exposta a condições que favorecem o adoecimento físico e mental, exigindo atenção integrada e contínua à saúde. No Brasil, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) prevê equipes multiprofissionais para garantir cuidados preventivos, curativos e de reabilitação, alinhadas aos princípios do SUS. Nesse contexto, a atuação articulada entre diferentes categorias profissionais é fundamental para enfrentar os desafios do ambiente prisional. A Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM), no Rio Grande do Sul, conta com uma Unidade Básica de Saúde intramuros, composta por médico, enfermeiro, técnica de enfermagem, nutricionista, assistente social, farmacêutica e psicólogo, possibilitando uma abordagem integral e interdisciplinar. O presente trabalho relata a experiência dessa equipe multiprofissional na promoção da saúde no sistema prisional, descrevendo suas estratégias, desafios e potencialidades, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas e à qualificação do cuidado à população. **Método:** Estudo descritivo, relato de experiência, baseado na vivência de uma residente em enfermagem em saúde da família, integrante da equipe da UBS da PESM, entre março e agosto de 2025. As ações foram construídas coletivamente e de forma interdisciplinar, incluindo consultas individuais, atendimentos multiprofissionais e acompanhamento de agravos e doenças crônicas. As informações foram sistematizadas por meio de observações de campo, respeitando a confidencialidade e a ética no cuidado à população privada de liberdade. **Resultados:** A atuação multiprofissional organizou um fluxo assistencial

TRABALHOS

integrado, no qual a enfermagem realiza triagem, atendimento direto, solicitação de exames e acompanhamento do Tratamento Diretamente Observado (TDO) da tuberculose, além do manejo conjunto com o médico dos casos de HIV, hepatites e sífilis. A nutricionista desenvolve dietas específicas e orienta hábitos alimentares, enquanto a farmacêutica assegura o uso seguro dos medicamentos. O serviço social acompanha esta população vulnerável, promovendo humanização no tratamento e articulação entre saúde e políticas. O psicólogo atua no cuidado da saúde mental e na recepção dos recém-chegados, contribuindo para adaptação e suporte emocional. A equipe realiza ações preventivas e de promoção da saúde, como testagens rápidas diárias para infecções sexualmente transmissíveis e acompanhamento multiprofissional de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes. Destaca-se a colaboração com os “multiplicadores”, privados de liberdade que atuam como agentes de saúde internos, facilitando o acesso e fortalecendo vínculos. Apesar dos avanços, persistem desafios como superlotação, redução do efetivo de agentes penitenciários e aumento dos casos de tuberculose e HIV, requerendo maior investimento em prevenção e monitoramento contínuo. **Conclusão:** A articulação interdisciplinar e estratégias como a formação de multiplicadores mostram-se essenciais para promoção da saúde, prevenção de agravos e manejo de doenças crônicas e infectocontagiosas. Entretanto, persistem obstáculos significativos, reforçando a necessidade de ampliar ações preventivas, garantir recursos humanos e estruturais adequados e fortalecer a PNAISP, assegurando o direito à saúde num contexto marcado por vulnerabilidades sociais e sanitárias.

Palavras-chave: Equipe Multiprofissional, População Privada de Liberdade, Promoção da Saúde.

OFICINA PREPARATÓRIA PARA O ENCCEJA PPL 2025 NO CONTEXTO PRISIONAL

Morenídia Henriques Silveira¹

¹Penitenciária Estadual de Charqueadas, Polícia Penal do Rio Grande do Sul.

morenidia-silveira@susepe.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: O contexto da população privada de liberdade revela a presença de lacunas significativas no percurso escolar, ocasionadas por processos de exclusão social, abandono precoce da escola e dificuldades de acesso à educação de qualidade. Nesse cenário, a preparação para o ENCCEJA PPL mostra-se como uma alternativa concreta para promover a ressignificação da educação no espaço prisional, possibilitando que a escolarização interrompida seja retomada e ressignificada. Ao mesmo

tempo, busca favorecer a remição da pena pelo estudo, em consonância com a legislação vigente, reafirmando a educação como direito humano fundamental. O objetivo é preparar os participantes privados de liberdade para a realização do ENCCEJA PPL 2025, fortalecendo competências de leitura, escrita, interpretação textual e raciocínio crítico, de modo a contribuir para o desempenho no exame e para o processo de reintegração social. **Método:** A metodologia da oficina foi estruturada a partir de encontros presenciais semanais, com carga horária total de 24 horas (6 horas presenciais + 18 horas de atividades complementares). O cronograma foi planejado para ocorrer todas as tardes, em estabelecimentos diferentes, a partir de 28/08/2025, contemplando grupos distintos (por galerias), organizados por nível de escolaridade (Ensino Fundamental e Ensino Médio), com até 30 alunos cada. Ao total, 185 pessoas privadas de liberdade inscreveram-se nas oficinas, onde a frequência ficou em torno de 150 participantes, o que representa cerca de 10% dos inscritos no exame na 9ª Região Penitenciária. As etapas metodológicas incluíram: acolhida inicial, estudo dirigido, redação e produção textual, simulados práticos e autoavaliação. A condução do projeto foi realizada pela pedagoga responsável, com apoio técnico do setor educacional dos estabelecimentos prisionais e da Coordenação Técnica da 9ª Região Penitenciária, em parceria com a equipe de segurança e gestores para viabilização logística. **Resultados:** Ainda em fase de execução, a oficina aponta para os seguintes resultados esperados: melhoria do desempenho em leitura, escrita e interpretação textual, refletida nos simulados e produções dos participantes; aumento da participação e do engajamento dos privados de liberdade nas atividades educacionais; valorização da educação como possibilidade de mudança e ressignificação pessoal; possibilidade de certificação escolar pelo ENCCEJA, ampliando perspectivas de reinserção social; remição da pena pelo estudo, fortalecendo o vínculo entre educação e justiça restaurativa. **Conclusões:** A Oficina Preparatória para o ENCCEJA PPL 2025 constitui-se como experiência significativa no campo da educação prisional, ao oferecer uma proposta metodológica voltada à preparação para o exame, mas que ultrapassa a dimensão avaliativa ao investir na formação cidadã e no fortalecimento da autoestima dos participantes. A experiência mostra-se relevante por articular conteúdo escolar, realidade prisional e perspectivas de futuro, promovendo não apenas a certificação, mas também a possibilidade de construção de novos projetos de vida. Dessa forma, reafirma-se a importância da educação como instrumento de transformação individual e coletiva no contexto prisional. **Palavras-chave:** Educação prisional, Educação de Jovens e Adultos, Comunicação e Linguagem.

TRABALHOS

ENTRE PREPARO TÉCNICO E SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Eduardo Ullmann Kehler¹; Flavio Castagna de Freitas²; Daiane Kist Back²; Lia Gonçalves Possuelo³

¹ Policial Penal do Rio Grande do Sul, RS. Graduado em Direito e Pós-graduação em Políticas e Gestão de Segurança Pública

² Doutorando em Promoção da Saúde, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil

³ Docente da Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

edu.ullmann@hotmail.com

Justificativa e objetivos: A manutenção da saúde mental entre servidores do sistema prisional, em especial aqueles que integram Grupos de Intervenção Rápida (GIR) da Polícia Penal, constitui um pilar para a segurança e eficiência das missões. Formados por Policiais Penais que recebem capacitação tática especializada para atuar em situações críticas, esses grupos visam restabelecer a ordem e a segurança em um ambiente marcado por violência, superlotação e imprevisibilidade, expondo-os a elevados níveis de estresse e ao surgimento de transtornos mentais comportamentais. Essa tensão constante pode comprometer não apenas a qualidade de vida, mas também o desempenho técnico e a tomada de decisões em situações críticas. A partir disso, o objetivo é descrever a experiência na coordenação de um Grupo de Intervenção Rápida da Polícia Penal do Rio Grande do Sul (RS) com foco nas estratégias de fortalecimento da saúde mental da equipe. **Método:** Trata-se de um relato de experiência descritivo e reflexivo, baseado na observação e gestão de práticas vivenciadas no contexto de um GIR da 8ª Região Penitenciária do Estado do RS, no período de 2020 a 2024. **Resultados:** A experiência demonstrou que as capacitações contínuas estão relacionadas à percepção de preparo técnico e segurança, refletindo positivamente na saúde mental e na capacidade de tomar decisões mais assertivas, sobretudo em momentos de crise. A implementação de um ciclo contínuo de capacitação, contemplando habilitações para novos equipamentos, uso de acessórios, exercícios físicos e técnicos, por exemplo, resultou em uma equipe mais preparada para os desafios da atividade prisional. A padronização de funções táticas, manejo adequado dos equipamentos e a realização de atividades coletivas, tanto físicas quanto de integração social, fortaleceram o apoio mútuo entre os integrantes. Observou-se que policiais seguros de suas habilidades e com o apoio de seus pares, demonstram maior controle emocional e resiliência, elevando a eficácia das respostas e reduzindo falhas. Outro ponto contribuinte foi a inserção sistemática de procedimentos de segurança, com destaque para o *briefing* (alinhamento de objetivos e antecipação de

riscos) e o *debriefing* (avaliação de desempenho e aprendizado coletivo), bem como o incentivo relacionado a prática de exercícios físicos. Policiais do GIR que participam de treinamentos regulares, aliados a práticas de exercício físico, apoio social e a protocolos de segurança como *briefing* e *debriefing*, demonstraram maior preparo físico e mental, resiliência e integração entre os membros, fatores decisivos para a tomada de decisão, especialmente em situações de crise. **Conclusão:** A experiência demonstrou que a capacitação contínua foi um recurso importante tanto para o aprimoramento da eficiência tática, quanto para o fortalecimento da saúde mental dos componentes do GIR no período vivenciado. A articulação dessas práticas representa uma estratégia promissora para o fortalecimento da saúde mental dos policiais penais, contribuindo para sua preparação frente às demandas concretas da segurança pública e à missão de proteção social. Considera-se importante estudos longitudinais que acompanhem os efeitos dessas práticas ao longo da carreira do policial, bem como pesquisas comparativas com outras unidades de intervenção que não aplicam o mesmo modelo de capacitação.

Palavras-chave: Polícia, Promoção da Saúde, Saúde Mental.

PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL: DIAGNÓSTICO E PREVENÇÃO DE IST

Laura Moura Sestari¹; Letícia Prescendo¹; Rejane Louise de Lima Bastos¹; Mariana Braga da Silva²; Márcia Gabriela Rodrigues de Lima²

¹Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia, Universidade Franciscana, Santa Maria, RS

²Secretaria de Município de Saúde, Santa Maria, RS
lauramsestari@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A população privada de liberdade apresenta alta vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis (IST), como HIV, sífilis, hepatite B e hepatite C, em razão de agentes estruturais, sociais e da limitada oferta de serviços de saúde no ambiente prisional. Apesar do reconhecimento legal do direito à saúde dessa população, persistem dificuldades no acesso às ações de prevenção, diagnóstico e tratamento, o que reforça a necessidade de estratégias específicas e itinerantes. Diante desse cenário, o presente relato de experiência tem como objetivo descrever as ações desenvolvidas entre janeiro e dezembro de 2024 em um presídio do município de Santa Maria (RS), no âmbito da Política Municipal de HIV, IST e Hepatites Virais, em parceria com a Residência Multiprofissional em Infectologia e Neurologia da Universidade Fran-

TRABALHOS

ciscana (UFN) e Residência Multiprofissional em Sistema Público de Saúde com ênfase em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com foco na ampliação do acesso ao diagnóstico precoce e na promoção da equidade em saúde. **Métodos:** As ações consistiram em visitas regulares às unidades prisionais, com oferta de testagens rápidas para HIV, sífilis, hepatite B e C, associadas a atividades de aconselhamento pós-teste, escuta qualificada e encaminhamento para acompanhamento especializado, quando necessário. As atividades foram organizadas de forma intersectorial, envolvendo articulação com a direção da unidade prisional e a Política Municipal de HIV. A abordagem adotada foi pautada na humanização, no respeito às singularidades do território prisional e na promoção do cuidado integral. **Resultados:** Entre janeiro e o início de dezembro de 2024, foram atendidas aproximadamente 370 pessoas privadas de liberdade, totalizando 1.480 testagens rápidas realizadas. Destas, 48 apresentaram resultado positivo para sífilis, 6 para hepatite C e 1 para HIV. A realização das testagens no próprio ambiente prisional possibilitou a aproximação entre os serviços de saúde e os indivíduos historicamente excluídos dos fluxos regulares de atenção. A presença física das equipes contribuiu para a construção de vínculos, o fortalecimento da confiança nas instituições públicas e o reconhecimento do direito à saúde por parte dos internos. Além disso, a participação dos residentes proporcionou vivências significativas para a formação profissional, fortalecendo o caráter ético, social e formativo da prática em saúde. **Conclusão:** As ações desenvolvidas demonstram que a inserção direta das equipes de saúde no ambiente prisional é essencial para a superação de barreiras históricas no acesso ao cuidado. Estratégias como essa promovem a equidade, reafirmam os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuem para a qualificação da atenção às populações em situação de vulnerabilidade. A experiência reforça a relevância de iniciativas interinstitucionais e interprofissionais no enfrentamento das IST em contextos de privação de liberdade, evidenciando a potência das práticas em saúde comprometidas com a dignidade humana e a justiça social. **Palavras-chave:** Promoção da Saúde, Pessoas Privadas de Liberdade, Infecções Sexualmente Transmissíveis.

DIAGNÓSTICO PRECOCE DA TUBERCULOSE COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE DA DOENÇA NOS ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS DA PROVÍNCIA DE GAZA, MOÇAMBIQUE

Ivinildo José Vilichane^{1,2}; Lia Gonçalves Possuelo³;

Josefate David Macassa¹; Sérgio Reinaldo João¹; Tiago Antônio Heringer³; Karine Zenatti Ely³; Quenissone Sebastião Amburete¹; Momade Iussofo Cachote¹; Edgar Agostinho Ricardo²; Matilde Ferraz Pacheco²; Patrícia Domingos Belo²; Andréia Rossane de Moura Valim³; Inês Fronteira²

¹Gaza, Mozambique, Provincial Health Services (SPS)

²NOVA National School of Public Health, Public Health Research Centre, Comprehensive Health Research Center, CHRC, REAL, CCAL, NOVA University Lisbon, Lisbon, Portugal

³Santa Cruz do Sul – UNISC, Postgraduate program in health promotion (PPGPS) Rio Grande do Sul, Brazil

Justificativa e objetivos: Em Moçambique, as instituições penais enfrentam sérios desafios relacionados à superlotação e condições inadequadas de ventilação, fatores que aumentam consideravelmente o risco de transmissão da tuberculose (TB) entre as pessoas privadas de liberdade (PPL). A situação é agravada pelo acesso limitado a serviços de saúde, o que contribui para a subnotificação dos casos e dificulta o tratamento adequado. Nesse contexto, a implementação da busca ativa de casos (BAC) de TB nos estabelecimentos penitenciários surge como uma estratégia essencial, pois permite identificar precocemente os indivíduos infectados, iniciar o tratamento de forma imediata e, conseqüentemente, interromper a cadeia de transmissão da doença. Assim sendo, o objetivo é avaliar os registos de notificação de casos da TB como estratégia de diagnóstico precoce e controle da transmissão da doença em estabelecimentos penitenciários da província de Gaza, Moçambique. **Método:** Foi realizado um estudo transversal, descritivo, baseado em dados secundários na qual a população-alvo foi a PPL em estabelecimentos penitenciários da província de Gaza. Foram usados dados de registos do sistema de notificação, monitoramento e avaliação (SISMA), referentes ao grupo de risco "PPL" de Janeiro a Agosto de 2025. Foram coletados e analisados casos de TB notificados em cada distrito da província de Gaza, considerando todas as formas da doença, a sua distribuição por distrito, identificação de locais com maior concentração de notificações e comparação entre unidades prisionais com e sem registos de TB. **Resultados:** Foram notificados 23 casos de TB em PPL nos estabelecimentos penitenciários da província de Gaza, Moçambique. A distribuição foi desigual entre os distritos: Mandlakazi apresentou o maior número de registos (9 casos; 39% do total), seguido pela Cidade de Xai-Xai (7 casos; 30,4%) e Mabalane (4 casos; 17,4%). O distrito de Chibuto registrou 3 casos (13%). Nos demais distritos da província (Bilene, Chicualacuala, Chigubo, Chokwé, Chongoene, Guijá, Limpopo, Mapai, Massangena e Massingir) não foram notificadas ocorrências de TB no período. **Conclusão:** A TB

TRABALHOS

nas prisões de Gaza concentra-se principalmente em Mandlakazi e Xai-Xai, enquanto a ausência de casos em vários distritos pode refletir subnotificação. Esses achados destacam a importância de fortalecer a busca ativa de casos em todos os estabelecimentos penitenciários da província de Gaza, visando diagnóstico precoce, tratamento oportuno e melhor controle da transmissão da doença.

Palavras Chaves: Tuberculose, Prisões, Pessoas Privadas de Liberdade (PPL)

AÇÕES EXTENSIONISTAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SISTEMA PRISIONAL NO NOROESTE GAÚCHO

Adriane Cervi Blümke¹; Emily Dill²

¹Departamento de Alimentos e Nutrição. Programa de Pós Graduação Saúde e Ruralidade. Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões

²Curso de Nutrição, Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões
adriane.blumke@ufsm.br

Justificativa e Objetivos: A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Entretanto, a realidade vivenciada por pessoas em situação de privação de liberdade frequentemente contrasta com esse princípio. Nesse contexto, o curso de nutrição da Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS, desenvolve o projeto de extensão "Horta prisional: inclusão social e segurança alimentar e nutricional" que visa fomentar a promoção da SAN à essa população. Este trabalho tem como objetivo descrever as ações realizadas no Presídio Estadual de Palmeira das Missões/RS por meio desse projeto de extensão. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo, originado das atividades do projeto de extensão nº 056582. Mensalmente, são realizadas atividades na instituição prisional, voltadas à promoção da saúde e da SAN de homens e mulheres em situação de privação de liberdade, por meio de rodas de conversa e ações de formação continuada para apenados que exercem a função de manipuladores de alimentos. **Resultados:** O projeto está sendo executado desde 2021. Inicialmente, se buscou implementar a horta assim como feito em Júlio de Castilhos, mas como em Palmeira das Missões esse trabalho vinha sendo realizado pela Emater passou-se a trabalhar em outras ações especialmente voltadas para os manipuladores de alimentos. Assim, foi realizada uma formação continuada

sobre SAN contemplando temas como qualidade nutricional e sanitária da alimentação. No presídio de Palmeira a organização do cardápio é feita pelos presos com base no que há disponível em cada semana/dia. Existem três cozinhas: a dos servidores, dos apenados do regime fechado e do semiaberto. Em todas, quem prepara os alimentos de todas as refeições são os homens privados de liberdade. A formação é realizada em módulos, com demonstração prática, entrega de dicas e folhetos e com realização de aula sobre os conteúdos. Em 2025, estão sendo realizadas ações com as mulheres do regime fechado no formato de rodas de conversa contemplando temas diversos como alimentação, violência, saúde mental entre outros. Todas as atividades contam com dinâmicas participativas, reflexões coletivas com o propósito de fortalecer vínculos e promover a conscientização dos participantes.

Conclusão: Desde a nossa entrada na instituição alguns ganhos são percebidos: pequenas mudanças na estrutura física das cozinhas; melhorias na qualidade da alimentação. A contribuição na formação dos acadêmicos e docentes envolvidos gerando transformação social a partir da vivência da inclusão social, emancipação social, cidadania e garantia dos direitos humanos com a valorização da troca de saberes e experiências entre a equipe extensionista e os participantes.

Palavras-chave: Direito Humano à Alimentação Adequada, Pessoa Privada de Liberdade, Segurança Alimentar e Nutricional.

A GESTÃO PRECÁRIA DAS DOENÇAS CRÔNICAS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

Arthur Wartchow Weiss¹; Luiza Haas Jacobus¹; Eduardo Sartori Castoldi²; Camila Ferreira Overbeck²

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul, RS - Curso de Medicina

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS - Curso de Medicina
arthur12@mx2.unisc.br

Justificativa e Objetivos: O sistema carcerário brasileiro, caracterizado pela superlotação e por abrigar uma população de alta vulnerabilidade, representa um ambiente crítico para o manejo de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs). Historicamente, a pesquisa em saúde prisional concentrou-se em doenças infecciosas, como a Tuberculose, gerando uma lacuna no entendimento dos desafios específicos da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e do Diabetes Mellitus (DM), condições de alta prevalência que demandam cuidado contínuo. Este estudo tem por objetivo analisar e sintetizar as evidências científicas sobre os desafios multifatoriais na gestão da HAS e do DM no contexto

TRABALHOS

carcerário. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, na qual foram analisados estudos quantitativos, qualitativos, teóricos e de revisão. A análise abrangeu artigos disponíveis nas bases de dados PubMed e Scielo, filtrando artigos publicados nos últimos 10 anos. Utilizou-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) "Prisioneiros", "Pessoas Privadas de Liberdade", "Hipertensão", "Diabetes Mellitus", "Doença Crônica", associados aos operadores booleanos AND/OR, totalizando 276 artigos, após exclusão dos artigos duplicados e dos que não se encaixavam nos objetivos do trabalho, restaram 14 exemplares, os quais foram lidos na íntegra para a elaboração do trabalho. **Resultados:** As evidências apontam uma elevada prevalência de HAS na população carcerária, variando de 18,8% a 37,9% em diferentes contextos, e de DM, entre 4,2% e 9,4%, frequentemente em populações mais jovens que a da comunidade em geral, sugerindo um possível quadro de envelhecimento acelerado. A gestão destas condições é comprometida por uma falha sistêmica que se inicia na porta de entrada, devido a ausência de triagem e orientação adequadas, o que resulta em subnotificação. O ambiente prisional atua como um catalisador dos fatores de risco: a dieta inadequada, o sedentarismo forçado, que atinge até 91,1% dos detentos em um dos estudos, o estresse crônico e a superlotação, sendo o último diretamente associado a maiores níveis de pressão arterial. Além desses, o tempo de encarceramento demonstrou uma relação íntima com a HAS, com aumento significativo da pressão arterial em detentos com penas mais longas, também, a qualidade do manejo da Diabetes é subótima, com apenas 52,4% dos pacientes em controle ideal em uma das coortes analisadas. A combinação de DCNTs com o histórico prisional resulta em maior utilização de serviços de emergência (aumento de 13%) e hospitalizações (aumento de 34%) após a soltura. **Conclusões:** A gestão da HAS e do DM no sistema prisional é marcada por uma precariedade sistêmica, que transcende a simples falta de recursos e se configura como uma falha estrutural, logística e processual. O ambiente carcerário potencializa os fatores de risco modificáveis, transformando a prisão em um espaço de adoecimento crônico, essa realidade viola o direito à saúde da pessoa privada de liberdade e representa um grave problema de saúde pública, com a reintegração de egressos com saúde agravada. A implementação de protocolos de triagem na admissão e de modelos de cuidado proativos, baseados em evidências, é imperativa para mitigar os danos e alinhar a atenção à saúde prisional aos princípios do SUS.

Palavras-chave: Doença Crônica, Prisioneiros, Prisões.

DETERMINANTES DE SAÚDE NO CÁRCERE:

UMA ANÁLISE DO ADOECIMENTO DE DETENTOS E SERVIDORES

Arthur Wartchow Weiss¹; Luiza Haas Jacobus¹; Eduardo Sartori Castoldi²

¹Universidade de Santa Cruz do Sul, RS - Curso de Medicina

²Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS - Curso de Medicina

arthur12@mx2.unisc.br

Justificativa e Objetivos: O sistema carcerário é frequentemente analisado sob a ótica da segurança e da reabilitação, mas seu papel como um ambiente com determinantes de saúde próprios é pouco explorado na literatura. A elevada carga de morbimortalidade na população prisional sugere que fatores intrínsecos ao encarceramento podem atuar como mecanismos de adoecimento psíquico. Este estudo objetiva analisar, sob a ótica dos Determinantes Sociais da Saúde, as evidências de que o ambiente carcerário atua como um fator de adoecimento, impactando negativamente a saúde dos detentos e servidores. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, na qual foram analisados estudos quantitativos, qualitativos, teóricos e de revisão. A análise abrangeu artigos disponíveis nas bases de dados PubMed e Scielo, filtrando artigos publicados nos últimos 10 anos. Utilizou-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) "Fatores de Risco", "Presidiários" e "Transtornos Mentais", e suas respectivas variações, associados aos operadores booleanos AND/OR. A busca inicial resultou em 215 artigos. Após a remoção de duplicatas e a aplicação dos critérios de exclusão, 11 publicações foram selecionadas para análise completa. A análise dos artigos selecionados focou na extração de dados quantitativos e medidas de associação, como o Odds Ratio (OR), para mensurar o impacto dos fatores de risco. **Resultados:** As evidências analisadas demonstram que o ambiente prisional funciona como um catalisador de adoecimento, ao concentrar e potencializar múltiplos fatores de risco individuais, institucionais e sociais. A população carcerária já apresenta elevada vulnerabilidade psiquiátrica prévia, marcada por altas taxas de transtornos mentais graves, em especial pelo Transtorno de Personalidade Antissocial (27,5% dos ingressos no sistema prisional). Sobre esse histórico grave, incidem estressores institucionais diretos e de efeito prolongado: o isolamento em cela individual (OR 6.8) e a ausência de visitas sociais (OR 1.9) são apontados como fatores fortemente associados ao risco de suicídio, enquanto a ociosidade e a falta de atividades significativas despontam como os principais motivadores para o início ou a manutenção do uso de substâncias psicoativas no cárcere. O cenário se agrava

TRABALHOS

quando se considera a situação criminológica, pois o status de prisão preventiva e a condenação por crimes violentos, como homicídio ou delitos sexuais, impõem um estado de incerteza jurídica e de estigmatização social que intensifica o sofrimento psíquico dos detentos. Crucialmente, a natureza patogênica desse ambiente não se restringe apenas à população encarcerada: estudos envolvendo servidores do sistema prisional apontam elevados níveis de estresse ocupacional, sintomas depressivos e burnout. **Conclusões:** A análise sistêmica das evidências confirma que o cárcere deve ser compreendido não apenas como um espaço de privação de liberdade, mas sobretudo como um espaço de adoecimento coletivo. Conclui-se que a superlotação, a dieta inadequada, a inatividade e o estresse crônico transcendem a classificação de meras "condições" prisionais; eles são, na prática, os próprios Determinantes Sociais da Saúde em ação, funcionando como mecanismos diretos de adoecimento. Portanto, a promoção da saúde no sistema prisional demanda intervenções que transcendam o modelo clínico, exigindo reformas ambientais e estruturais que reconheçam a saúde no cárcere como uma questão de saúde pública e de saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Fatores de Risco, Presidiários, Transtornos Mentais.

EDUCAÇÃO SEXUAL COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO ENTRE OS JOVENS EM CONFLITO COM A LEI

Rebeca Gutierrez Gonçalves¹; Aléxia dos Santos Peglow¹; Maria Eduarda Costa de Almeida¹; Maria Eduarda Nora¹; Marcia Gabriela de Lima²

¹Universidade Franciscana - UFN, RS

²Secretaria Municipal da Saúde, Santa Maria - RS
rebecagutierrez@hotmail.com.br

Justificativa e Objetivos: A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE-RS) foi criada em 2002 com o objetivo de socioeducar e reinserir socialmente adolescentes e jovens em conflito com a lei. A adolescência é uma fase marcada pela transição entre a infância e a idade adulta, é durante este período da vida que muitos iniciam a atividade sexual e adotam inconscientemente comportamentos que os expõem a riscos, como, por exemplo: relação sexual desprotegida, múltiplos parceiros, troca de objetos pessoais, somados à falta de conhecimento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) os tornam suscetíveis a contrair tais infecções e disseminá-las. Ademais, jovens em conflito com a lei estão ainda mais expostos a estes riscos e uma série de vulnerabilidades. A equipe da Política Municipal de HIV/AIDS/IST e Hepatites Virais da Secretaria

de Saúde de Santa Maria - RS, trabalha em conjunto com a Fase, orientando sobre educação sexual, ofertando insumos para prevenção, diagnóstico e tratamento das IST. Assim, o objetivo do trabalho é relatar atividade de educação em saúde realizada pela equipe multiprofissional da Política Municipal de HIV/AIDS/IST e hepatites virais com esses jovens. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, a partir de uma atividade realizada em Março de 2025, com alunos de residência do Programa de Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia da Universidade Franciscana. **Resultados:** A equipe multiprofissional realizou uma roda de conversa com 20 adolescentes do sexo masculino, com idades entre 14 e 18 anos. A atividade teve como foco a promoção da saúde sexual e a prevenção do HIV e outras IST. Durante o encontro, foram abordados métodos de prevenção como o uso correto de preservativos interno, externo e o uso de gel lubrificante. Além disso, foram discutidas as estratégias de prevenção farmacológica, como: a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Profilaxia Pós-Exposição (PEP). Houve esclarecimentos de dúvidas a respeito das hepatites virais, com destaque para a importância da biossegurança e da utilização de materiais esterilizados em locais, como: barbearias e estúdios de tatuagem, a fim de evitar transmissão, principalmente dos vírus tipo B e C das hepatites. Ao final da atividade, foram distribuídos folders informativos contendo informações abordadas nas conversas e endereços com contatos de serviços públicos disponíveis para testagem e tratamento das IST na rede pública de saúde em Santa Maria -RS, juntamente com entrega de testes rápidos para a equipe de saúde da FASE realizar nos jovens. **Conclusão:** A desinformação acerca das IST e o estigma associado a elas expõem toda a população a riscos, especialmente os jovens em situação de vulnerabilidade. O combate eficaz às IST ocorre quando todos os indivíduos, independentemente da idade, orientação sexual, raça, etnia ou status financeiro e educacional, têm acesso adequado às formas de prevenção, diagnóstico e tratamento. Por isso, é essencial a atuação no enfrentamento da desinformação e na inserção dos jovens nos serviços de saúde, oferecendo orientações sobre saúde sexual, métodos de prevenção e práticas seguras, sem julgamentos. Garantir o acesso à informação e aos serviços de saúde, considerando as necessidades individuais, é essencial para reduzir o impacto e a transmissão das IST nessa população. **Palavras-chave:** Comportamento sexual, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Saúde sexual.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO CÁRCERE: CONTRIBUIÇÕES DOS CÍRCULOS DE

TRABALHOS

CULTURA

Jaqueline Arboit¹; Marta Cocco¹; Mariana Ferreira Santos¹; Adriane Cervi Blümke²; Emily Dill¹; Fernanda Marques Milesi Agnolin²; Mari Elaine Marques Pinheiro²

¹Universidade Federal de Santa Maria, RS

²Presídio Estadual de Palmeira das Missões, RS

jaqueline.arboit@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: No Brasil, apesar da saúde ser direito universal e dever do Estado, sua efetivação enfrenta obstáculos, especialmente no sistema prisional, onde predominam situações que vulnerabilizam a população carcerária ao adoecimento, como superlotação, higiene, ventilação e alimentação precárias. Nesse cenário, iniciativas voltadas à promoção da saúde são essenciais. A extensão universitária, fundamentada em referências pedagógicas críticas e problematizadoras, como os Círculos de Cultura de Paulo Freire, pode transformar essa realidade através do diálogo, interação e construção compartilhada de conhecimento. Diante disso, este trabalho objetiva relatar experiências extensionistas pautadas na metodologia dos Círculos de Cultura, realizadas com homens e mulheres privados de liberdade em uma unidade prisional do Rio Grande do Sul. **Método:** Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir do projeto de extensão "Círculos de cultura: espaço para a promoção da saúde de homens e mulheres privados de liberdade", vinculado ao Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões/RS. As atividades são desenvolvidas mensalmente, desde junho de 2022, no Presídio Estadual de Palmeira das Missões/RS, e têm como público-alvo homens do regime semiaberto e mulheres dos regimes fechado e semiaberto. Até o momento, participaram do projeto cinco docentes (quatro do Curso de Graduação em Enfermagem e uma de Nutrição); quatro mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade; e 17 discentes de graduação (15 de Enfermagem, um de Nutrição e um de Ciências Biológicas). Além disso, colaboram três técnicas superiores penitenciárias da Polícia Penal/RS. **Resultados:** De 2022 até o presente, o projeto atendeu aproximadamente 60 pessoas privadas de liberdade, em encontros separados por gênero. No início de cada ano, foram realizados encontros para conhecer o público e identificar as temáticas de interesse, que incluíram saúde mental e prevenção do suicídio, hipertensão, infecções sexualmente transmissíveis, câncer de mama, de colo de útero, vulva e pênis, relações interpessoais e violência contra a mulher. Em um dos encontros, realizou-se uma sessão cinema com o filme "Intocáveis", promovendo reflexão sobre superação, além

de lazer e descontração. Cada Círculo de Cultura seguiu três momentos: 1º investigação do conhecimento prévio, em que, por meio de dinâmicas, os participantes verbalizavam, escreviam ou desenhavam o que sabiam sobre o tema; 2º contextualização teórica, com data show, cartazes, vídeos e outros recursos didáticos; 3º construção de soluções a partir da realidade do público, considerando o contexto prisional. Ao final, era proporcionado espaço para avaliação das atividades, nas quais os participantes destacavam benefícios para a saúde física, mental e emocional, além do respeito e acolhimento da equipe. Observou-se engajamento ativo, valorização das experiências e conhecimentos, fortalecimento do autocuidado e autonomia. Os Círculos também contribuíram para o desenvolvimento de habilidades docentes e discentes na mediação de processos educativos participativos. **Conclusão:** Evidenciou-se o potencial dos Círculos de Cultura como ferramenta de promoção da saúde em contextos de privação de liberdade, favorecendo a construção coletiva de saberes e práticas de cuidado mais conscientes, ao mesmo tempo em que fortalecem a integração social.

Palavras-chave: Pessoas em Privação de Liberdade, Promoção da saúde, Assistência Integral à Saúde.

FORMAÇÃO COMPLETA DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS COMO FACILITADORES DE DIÁLOGOS CIRCULARES

Samantha Lopes de Moraes Longo¹; Maria Carolina Magedanz¹; Pauline Schwarzbald²; Francieli Ester Muller¹; Gustavo Hamann de Freitas²; Ricardo Nachtigall Tessmann³; Lia Gonçalves Possuelo¹

¹Universidade de Santa Cruz do Sul, RS

²Polícia Penal do Rio Grande do Sul, RS,

³Universidade Franciscana, RS

samantha-longo@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: O sistema prisional do estado do Rio Grande do Sul enfrenta desafios históricos relacionados à superlotação, à precariedade estrutural e às exigências emocionais e relacionais impostas aos servidores penitenciários. Esses profissionais, expostos a pressões constantes, precisam desenvolver não apenas competências técnicas, mas também relacionais e comunicacionais, a fim de manter a segurança e a convivência em ambientes de alta vulnerabilidade. Nesse contexto, tornou-se relevante desenvolver um curso de formação em Justiça Restaurativa e Cultura Relacional, fundamentado na metodologia dos Círculos de Construção de Paz sistematizada por Kay Pranis (EUA). O objetivo principal foi criar um espaço de cuidado e confiança para diálogos sobre a melhoria da

TRABALHOS

cultura relacional, capacitar servidores para conduzirem diálogos qualificados em situações de conflito e crise, e apoiar a construção de ações e projetos de melhoria dentro de seus próprios estabelecimentos. **Métodos:** A formação teve carga horária de 70 horas, sendo 56 presenciais e 14 destinadas a estudo individual. O curso foi ministrado por Samuel Johann, coordenador de intervenções em contextos de guerra e desastre, instrutor de Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz sob mentoria direta de Kay Pranis. A metodologia aplicada consistiu na realização de Círculos de Construção de Paz, com ênfase na igualdade de voz, escuta ativa, partilha de narrativas pessoais e construção coletiva de acordos de convivência. Além disso, foram realizadas exposições dialogadas, estudos de caso ligados à realidade prisional, dramatizações e atividades reflexivas. O público-alvo foram 20 servidores, de 7 Unidades Prisionais localizadas na 8ª Região Penitenciária.

Resultados: Durante a realização da formação, observou-se o engajamento ativo dos participantes, que valorizaram o espaço de escuta e confiança. Houve fortalecimento de vínculos entre colegas, percepção ampliada sobre os impactos da comunicação no ambiente de trabalho e relatos de maior bem-estar relacional. Em alguns estabelecimentos, servidores começaram a aplicar círculos em situações do cotidiano institucional, demonstrando a possibilidade de replicação prática do aprendizado. Ao final do curso, consolidaram-se competências para a condução de círculos restaurativos, fortalecimento da saúde relacional entre equipes, elaboração de propostas de ações internas para a melhoria do clima organizacional e reconhecimento institucional da relevância da iniciativa. **Conclusão:** A formação alcançou seus objetivos ao promover espaços de cuidado coletivo e desenvolver habilidades relacionais essenciais no sistema prisional. Os resultados apontam que práticas restaurativas fortalecem a saúde emocional dos servidores, contribuem para a gestão de conflitos e melhoram a cultura organizacional. A experiência demonstrou que a metodologia de Kay Pranis também pode ser muito eficiente no prisional, de modo a consolidar uma rede de práticas restaurativas no sistema prisional, fortalecendo não apenas os servidores, mas a própria instituição em sua missão de reintegração social.

Palavras-chave: Sistema Prisional, Gestão de Conflitos, Círculos de Construção de Paz.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO SOBRE PATERNIDADE COM HOMENS ENCARCERADOS EM PRISÃO CIVIL

Maria Antônia Rossato Branco¹; Louisi dos Santos

Mazzuco¹; Andriele Virginia Rosaneli Velho¹; Luisa Reis Viegas¹; Maria Eduarda Filter¹; Nicole Melo Pase¹; Aline Cardoso Siqueira¹

¹Universidade Federal de Santa Maria, RS maria.branco@acad.ufsm.br

Justificativa e Objetivos: O exercício da paternidade após a separação conjugal pode estar obstaculizado pelos conflitos com a ex-cônjuge, reformulação financeira e vivências prévias com seus próprios pais, entre outros, tornando-se um desafio. Este trabalho é um relato de experiência, por meio da realização de um grupo operativo com homens presos civis por não pagamento de pensão alimentícia. A proposta se justifica pela necessidade de criar tanto um espaço de reflexão sobre conflitos conjugais e efeitos na qualidade da paternidade, quanto um cuidado psicológico frente à vulnerabilidade de estar encarcerado. O objetivo central do trabalho foi possibilitar que os participantes elaborassem suas vivências, dificuldades e responsabilidades paternas a partir do favorecimento do diálogo coletivo. Além disso, buscou-se proporcionar um espaço de acolhimento e escuta qualificada, favorecendo a expressão de emoções e o compartilhamento de experiências relacionadas à paternidade no contexto de privação de liberdade. Pretendeu-se também estimular reflexões sobre o exercício da responsabilidade paterna, sobre os impactos do encarceramento nas relações familiares e sobre as formas de ressignificar o papel do pai, mesmo diante das limitações impostas pela prisão. **Método:** O grupo operativo é conduzido a partir de encontros semanais no Presídio Regional de Santa Maria, com a duração de uma hora e trinta minutos e participação de cinco estudantes de Psicologia, uma estudante de Direito e uma psicóloga, utilizando-se de técnicas de roda de conversa e dinâmicas reflexivas. Cerca de 60 homens participaram do encontro de novembro de 2024 a setembro de 2025. **Resultados:** Ao longo dos encontros, observou-se a participação mais ativa dos homens, que inicialmente demonstravam resistência em expor suas vivências. O grupo tornou-se um espaço de confiança, no qual os participantes podem compartilhar experiências relacionadas à paternidade, às dificuldades familiares e ao impacto do aprisionamento em seus cotidianos. Emergiram reflexões sobre o exercício da responsabilidade paterna e sobre a importância da presença afetiva na vida dos filhos. Também foi possível identificar a valorização do espaço de escuta e acolhimento, relatado pelos participantes como uma oportunidade rara no contexto prisional. Os encontros contribuíram ainda para a diminuição de angústias no cotidiano do cárcere, uma vez que os participantes relataram sentir alívio emocional e maior bem-estar após as sessões. Além disso, notou-se

TRABALHOS

o fortalecimento dos vínculos entre os integrantes, que encontraram no grupo um espaço de apoio mútuo e de elaboração coletiva de sentidos. **Conclusão:** A experiência demonstrou que o grupo terapêutico pode constituir um espaço significativo de escuta, promovendo saúde mental e incentivando a ressignificação do papel paterno entre os aprisionados. Ressalta-se ainda a relevância da participação dos estudantes na condução da atividade, uma vez que a experiência representou um importante espaço de formação prática e de sensibilização para a atuação profissional em contextos de vulnerabilidade. Dessa forma, conclui-se que iniciativas como esta podem colaborar para a promoção da saúde mental, para a humanização das práticas no sistema prisional e para o fortalecimento de ações interdisciplinares que visem ao cuidado integral e a dignidade dos sujeitos privados de liberdade.

Palavras-chave: Paternidade, Psicologia, Psicoterapia de Grupo, Prisão.

A GASTRONOMIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL NO CÁRCERE: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO PRESÍDIO REGIONAL DE SANTA CRUZ DO SUL

Everton Luiz Simon¹; Maicon de Barros Simon²; Cilene da Silva Gomes Ribeiro³; Maria Cecília Barreto Amorim Pilla⁴

¹Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

²Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

³Docente do curso de Nutrição da PUCPR.

⁴Docente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas e do curso de História da PUCPR
evertonsimon@gmail.com

Justificativa e objetivos: A gastronomia, para além de sua tradicional associação com a técnica e a criatividade culinária, é aqui compreendida como uma tecnologia social quando intencionalmente articulada à inclusão, à educação e ao desenvolvimento social. Trata-se de uma estratégia de justiça social aplicada que amplia o campo gastronômico ao torná-lo acessível, valorizando saberes e experiências, promovendo a qualificação profissional e a preservação cultural. Analisamos a experiência em andamento do projeto “Escola de Gastronomia Social”, que desenvolve ações formativas junto a 18 homens privados de liberdade no Complexo Prisional de Santa Cruz do Sul – RS. De governança intersectorial, integram-se saberes populares e técnicos para melhorar a qualidade das refeições, valorizar experiências culturais e favorecer a reabilitação e reinser-

ção social, transformando a cozinha em um espaço de aprendizagem, trabalho e novas oportunidades. As metas alinham-se ao Direito Humano à Alimentação Adequada e ao princípio da educação ao longo da vida, dialogando diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em especial o ODS 2 (Fome Zero), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). **Método:** A metodologia de caráter qualitativo inclui: diagnóstico do público e da infraestrutura; realização de oficinas com mediação dialógica; avaliações periódicas; e a produção de materiais didáticos adaptados aos diferentes perfis educacionais para garantir acessibilidade e permanência. O currículo organiza-se em 8 módulos — abrangendo desde técnicas gastronômicas e segurança dos alimentos até o planejamento de cardápios, gestão, custos e serviços em gastronomia. **Resultados:** Os resultados parciais evidenciam: melhorias significativas em *mise en place*, técnicas de cocção, padronização e apresentação dos pratos; um maior rigor higiênico-sanitário e uma melhor organização dos fluxos de trabalho; o engajamento dos participantes no planejamento de cardápios e em estratégias de redução de desperdícios; a produção e o uso de materiais educativos contextualizados; e o reconhecimento da gastronomia como instrumento de inclusão social e fortalecimento da autoestima. Tais resultados traduzem-se em avanços concretos e atestam a pertinência do currículo às necessidades formativas, com impacto direto na rotina alimentar institucional e, fundamentalmente, na ressignificação das trajetórias de vida dos participantes.

Conclusão: Conclui-se que a gastronomia social no ambiente prisional atua como um importante instrumento ressocializador que, para além de qualificar refeições e reduzir desperdícios, constrói percursos formativos com efeitos positivos sobre a autoestima, o senso de agência e a empregabilidade dos homens presos, pilares que convertem a cozinha em espaço de cidadania e justiça restaurativa pela via do trabalho e da gastronomia. Para a SUSEPE, a Vara Criminal e os homens privados de liberdade, a iniciativa opera como uma política pública piloto: integrando formação técnica, educação em direitos humanos e cria uma ponte ativa com o mercado, reforçando redes de apoio no pós-cárcere. Ao qualificar para o trabalho em alimentação e serviços, entendemos que novas portas se abrem para um (re)começo livre dos muros e celas que os cercam, potencializando a reintegração social, a autonomia econômica e a redução de reincidência.

Palavras-chave: Gastronomia social, Sistema prisional, Tecnologia social.

TRABALHOS

CIDADANIA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O NEEJA PRISIONAL CAMINHOS DO SABER

Daniele Smiderle¹; Ilei Darif²

¹ Supervisora Escolar do NEEJA Caminhos do Saber, do Presídio Estadual de Guaporé - Rio Grande do Sul

² Professor da área de Linguagens do NEEJA Caminhos do Saber, do Presídio Estadual de Guaporé - Rio Grande do Sul
daniele-smiderle@educar.rs.gov.br

Justificativa e objetivos: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil enfrenta históricos desafios relacionados à marginalização nas políticas públicas, à escassez de recursos e às dificuldades de permanência escolar de jovens e adultos. Em contextos de privação de liberdade, tais desafios se intensificam, mas também emergem novas oportunidades, visto que a escola prisional pode funcionar como espaço de resgate da cidadania, dignidade e reconstrução de identidades. Este trabalho objetiva analisar a atuação do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Caminhos do Saber, situado no Presídio Estadual de Guaporé, destacando sua relevância como instrumento de transformação social e ressocialização, com ênfase no projeto “Lampiões – a luz que ilumina de dentro para fora”. **Método:** Foi realizada pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e analítico, com abordagem de estudo de caso. O levantamento compreendeu revisão bibliográfica sobre EJA e educação prisional, análise documental acerca da implantação e funcionamento do NEEJA Caminhos do Saber e observação das práticas pedagógicas desenvolvidas, especialmente do projeto “Lampiões”. O recorte temporal contemplou o período de 2020, com a instalação da escola, até 2025 com a execução das atividades do projeto em questão, considerando a caracterização do público atendido, a estrutura organizacional da unidade prisional e os relatos produzidos no processo educativo. **Resultados:** O Presídio Estadual de Guaporé abriga entre 130 e 150 pessoas privadas de liberdade, atendidas pela escola em turmas organizadas por níveis de ensino e em regime de rodízio semanal, respeitando as normas de segurança da instituição. O corpo docente é composto por quatro professores, que atuam em diferentes áreas do conhecimento. A experiência pedagógica se mostrou eficaz ao articular conteúdos escolares com projetos interativos, capazes de estimular engajamento, reflexão e desenvolvimento pessoal. O projeto “Lampiões” revelou-se exemplar nesse sentido: ao associar pintura, música e mensagens reflexivas, proporcionou vivências de arteterapia, autoconhecimento e fortalecimento da autoestima. A atividade possibilitou que os educandos ressignificassem sua condição prisional,

associando o símbolo do lampião à luz interior que persiste mesmo em contextos de escuridão, culminando na criação de um mural coletivo que reforçou a noção de pertencimento, solidariedade e esperança. **Conclusão:** Os resultados evidenciam que a educação em prisões, quando conduzida de forma humanizada e inovadora, transcende o caráter utilitário inicialmente associado à remição de pena e assume um papel central na reconstrução identitária e na preparação para a reintegração social. O NEEJA Caminhos do Saber demonstra que, mesmo diante de limitações estruturais e de segurança, a EJA prisional pode ser um motor de transformação individual e coletiva. Iniciativas como o projeto “Lampiões” comprovam que a educação, além de garantir o direito constitucional de aprender, é capaz de resgatar a dignidade, despertar novos horizontes e iluminar caminhos de ressocialização.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Educação Prisional, Ressocialização.

EXAME CRIMINOLÓGICO E EXECUÇÃO PENAL: ANÁLISE QUANTITATIVA DA 3ª DPR (2023–2025)

Karine Müller Dutra¹; Fernanda Schittler¹; Gabriela Zamperetti Prieb¹; Janine de Matos Paulus¹; Laura dos Santos Antonini¹; Letícia Haubert Lima Gonçalves¹; Luciana Gimenez Ramos¹; Natália Maschio Dauve¹

¹3ª Delegacia Penitenciária Regional, Polícia Penal, Santo Ângelo/RS

karine-dutra@susepe.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: As Equipes de Observação Criminológica (EOCs) têm como finalidade subsidiar decisões judiciais referentes à progressão de regime e ao livramento condicional. Com a promulgação da Lei nº 14.843/2024, que alterou a Lei de Execução Penal (LEP) e restabeleceu a exigência do Exame Criminológico (EC) como requisito obrigatório para a progressão, verificou-se aumento significativo nas solicitações. Embora a obrigatoriedade se aplique apenas a crimes cometidos após a vigência da lei, magistrados da 3ª região intensificaram os pedidos, resultando em maior número de determinações judiciais. Nesse contexto, torna-se relevante apresentar um recorte quantitativo da produção de EC realizados pela equipe técnica da 3ª Delegacia Penitenciária Regional (3ª DPR), composta por três psicólogas, três assistentes sociais e suporte de duas advogadas, no período de 2023 a 2025. A análise busca subsidiar a compreensão do impacto da retomada da obrigatoriedade do exame criminológico na execução penal. **Método:** O estudo consiste em um levantamento

TRABALHOS

documental e quantitativo da produção de EC realizados pela 3ª DPR. O fluxo de trabalho seguiu as diretrizes institucionais, compreendendo: recebimento da solicitação via Coordenação Técnica Regional, registro em planilha, emissão de estudo jurídico, análise documental, realização de entrevistas psicológicas e sociais, elaboração do exame criminológico e, por fim, inserção no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). Foram contabilizados os exames concluídos entre janeiro de 2023 e setembro de 2025. **Resultados:** No ano de 2023, foram concluídos 429 exames criminológicos. Em 2024, esse número subiu para 595, representando crescimento de aproximadamente 39% em relação ao ano anterior. Em 2025, até setembro, já haviam sido concluídos 509 exames, número que projeta manutenção de alta demanda. Esse aumento coincide com a promulgação da Lei nº 14.843/2024 e demonstra como a alteração legislativa impactou diretamente a rotina da equipe. O crescimento da população prisional no estado do Rio Grande do Sul acompanha essa tendência: em 2023 eram 43.509 pessoas privadas de liberdade; em 2024 o número subiu para 45.476; e em agosto de 2025 alcançou aproximadamente 51.000 presos. O aumento da população carcerária gera, de forma direta, maior demanda por EC, considerando que, futuramente, todos os condenados por crimes cometidos a partir de 2024 terão obrigatoriamente que se submeter ao exame para progredirem de regime. **Conclusão:** O levantamento demonstra a centralidade que o EC voltou a ocupar no sistema de execução penal após a alteração da LEP. Evidencia-se a relevância do trabalho desenvolvido pelas equipes, que se tornaram estratégicas para decisões sensíveis relacionadas à progressão de regime. Destaca-se, entretanto, que psicólogos e assistentes sociais devem manter seus limites éticos, produzindo análises técnicas fundamentadas em parâmetros científicos e de direitos humanos, sem assumir funções que cabem ao Judiciário ou ao Ministério Público. Conclui-se que o crescimento da população prisional, somado à obrigatoriedade legal do EC, projeta uma intensificação futura das demandas, sugerindo, assim, a necessidade de investimentos institucionais voltados à valorização e fortalecimento das equipes, de forma a assegurar que possam responder com qualidade ao aumento contínuo das solicitações.

Palavras-chave: Criminologia, Direitos humanos, Lei.

QUEBRANDO BARREIRAS: PROJETO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO PARA ELIMINAÇÃO DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL

Karine Zenatti Ely^{1,2}; Milena Mantelli Dall'Soto¹; Edu-

arda Gassen Boeira¹; Alessandra Santos Conversani³; Thiago Nascimento do Prado⁴; Izabella Mendonça⁵; Patrícia Rios Mujica¹; Ivinildo José Vilichane⁶; Lia Gonçalves Possuelo¹

¹Universidade de Santa Cruz do Sul, RS (UNISC)

²Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS)

³Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

⁴Universidade Federal do Espírito Santo

⁵Universidade Federal de Goiás

⁶Universidade de Nova Lisboa, Portugal

karineelyzenatti@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A Tuberculose (TB) afeta de maneira desproporcional a População Privada de Liberdade (PPL), com incidência 26 vezes maior quando comparada a população geral. O Projeto de Pesquisa e Intervenção Quebrando Barreiras tem como objetivo contribuir com a eliminação da TB no sistema prisional do Brasil, de Moçambique e do Paraguai. **Métodos:** O projeto foi organizado em três etapas. Na etapa I foi realizado o diagnóstico situacional por meio de entrevistas e questionários virtuais a fim de identificar o perfil dos trabalhadores da saúde e da segurança, conhecer características do sistema prisional e identificar os conhecimentos, prática e atitudes destes profissionais referente à TB. Na etapa II, foi proposto um programa de Educação Permanente em Saúde (EPS) denominado EPS CONECTA: conexão, educação e transformação social. Foram realizadas oficinas envolvendo profissionais da saúde, da segurança, gestores, acadêmicos e sociedade civil organizada nos sítios da pesquisa. Na etapa III, foi realizada a triagem em massa com Raio-x portátil e inteligência artificial em uma instituição penal do Rio Grande do Sul. O Projeto teve aprovação no Comitê de Ética da UNISC e das Instituições de Ensino parceiras, com apoio do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). **Resultados:** Na etapa I, foi encerrada a coleta de dados com 1074 pessoas incluídas no Brasil, sendo 74 de Goiás, 461 do Espírito Santo, 259 do Rio Grande do Sul e 280 de São Paulo. No Paraguai foram 303 pessoas incluídas. O próximo passo será a análise detalhada dos dados coletados. A Etapa II encontra-se em execução: foram realizadas Oficinas em Presidente Prudente/SP, Goiânia/GO, Charqueadas/RS, Assunción/PY e Ciudad del Este/PY. Ainda serão realizadas outras oficinas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. A Etapa III foi realizada no mês de julho de 2025 na Penitenciária Estadual de Venâncio Aires (PEVA) na qual foram triados 655 pessoas privadas de liberdade e foram diagnosticados e tratados 32 (4,9%) casos de tuberculose. **Conclusão:** Ações direcionadas como diagnóstico

TRABALHOS

situacional, EPS envolvendo a comunidade prisional e triagem em massa da PPL são estratégias integradas de grande relevância para contribuir com a eliminação da TB no sistema prisional.

Palavras-chave: Tuberculose, Serviços de Saúde para Prisioneiros.

CANDIDÍASE MASCULINA EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA AÇÃO EXTENSIONISTA E INFORMATIVA SOBRE SAÚDE

Lidiane Herlein Dalla Vecchia¹; Bruna de Oliveira Arnhold¹; Elizabeth Cristiane dos Santos Pereira¹; Kerollen Castro Marques dos Santos²; Franklin Santana dos Santos²; Cynthia Fontella Sant'Anna¹; Leticia Silveira Cardoso³

¹ Universidade Federal do Pampa – Campus Uruguai, RS

² Instituto Penal de Uruguai, RS

³ Universidade Federal do Pampa – Campus Uruguai, RS
leticiaacardoso@unipampa.edu.br

Justificativa e objetivos: A candidíase caracteriza-se como uma infecção ocasionada pela proliferação excessiva do fungo *Candida albicans*. Ele compõe a microbiota residente das pessoas, está presente nas mucosas oral e genital, e na própria epiderme. Por isso, não pode ser considerada uma infecção sexualmente transmissível, embora sua exacerbação seja contagiosa e requeira o uso de precauções padrões de contato. O prurido local é seu principal sintoma, mas corrimento branco e coalhado, edema, ardor e dor nos locais afetados levam a restrição das funções especialmente dos sistemas digestivo, urinário e reprodutor, fazendo com que os serviços de saúde sejam procurados para seu tratamento. Entre os fatores causais tem-se a imunossupressão associada principalmente ao Vírus da Imunodeficiência Humana. A isto se deve grande parte das distorções sobre os cuidados preventivos e da própria busca pelos serviços de saúde. A partir disso, construiu-se este estudo com o objetivo de incentivar a disseminação de ações informativas sobre saúde, na particularidade da candidíase, no sistema prisional. **Método:** Trata-se de uma ação extensionista do Programa ASA, vinculado ao Laboratório de Investigação e Inovações em Saúde de Populações Específicas. Desenvolvido por discentes e docentes de enfermagem, junto a uma unidade prisional de regime semi-aberto de um município da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, em 2025. A definição do tema emergiu de solicitações das pessoas privadas de liberdade durante as consultas de enfermagem e dos servidores penitenciários que foram comunicados sobre a presença da infecção entre os reclusos. Realizaram-

se três grupos focais, cada um com 11 participantes e duração média de 50 minutos. A população prisional local era de 65 pessoas privadas de liberdade, a amostra convergente foi de 33 participantes. O critério de seleção foi à disponibilidade dos participantes em se deslocarem até a sala de estudo da unidade. **Resultados:** O desconhecimento do termo candidíase foi expresso por 21,2% dos participantes e 3,0% apresentaram incertezas sobre a doença infectocontagiosa, ou seja, já ouviram o termo, mas não sabiam sobre o agente e os fatores causais, como prevenir ou tratá-la. Como a condução do grupo ocorreu a partir de um questionamento aberto, foram intensas as manifestações de interesse por parte dos participantes. Com satisfação as extensionistas responderam as indagações, acompanhadas da projeção de imagens e informações. Acredita-se que as informações compartilhadas neste primeiro momento foram absorvidas, pois na sequência da abordagem do tema o número de participantes que desconhecem diminuiu significativamente. Ao passo que as respostas as questões formuladas e suas correlatas emergiram dos próprios participantes de forma adequada. Assim, sobre as formas de prevenção da candidíase, somente 9,0% ainda desconheciam como evitá-la. Cabe destacar que eles acreditavam que somente as mulheres eram acometidas e que sua presença ocorria por falta ou má higiene corporal. **Conclusão:** A ação informativa junto à população masculina do sistema prisional é preconizada nas políticas públicas da área da saúde, segurança, assistência social e cidadania. Sua execução demonstra resultados como evidenciado na experiência apresentada. Sabe-se que as estratégias para estimular a participação é fundamental para o sucesso dessas abordagens educativas, bem como sua recorrência periódica. A ação de extensão contribuiu para ampliar o conhecimento sobre a candidíase masculina, enfatizando a importância da prevenção, do autocuidado e do papel da enfermagem em contextos que transcendem os serviços tradicionais de saúde, como o ambiente prisional.

Palavras-chave: Enfermagem, Educação em saúde, Prisioneiros.

TUBERCULOSE E VIGILÂNCIA EM SAÚDE ENTRE PROFISSIONAIS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Viviane Ribeiro¹; Lia Possuelo²; Eduarda Gassen Boeira²; Milena Mantelli²; Alessandra Conversani³; Thiago Prado⁴; Marcos André de Matos⁵; Ivy Bastos Ramis¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande

² Universidade de Santa Cruz do Sul

³ Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo

⁵ Universidade Federal de Goiás

viviane.ribeiro.nunes@hotmail.com

TRABALHOS

Justificativa e Objetivos: A tuberculose (TB) é uma doença de etiologia complexa e histórico milenar, com forte impacto em contextos de vulnerabilidade social. Populações privadas de liberdade (PPL) estão entre as mais afetadas, devido às condições precárias de encarceramento e maior exposição a doenças infecciosas. Considerando esse cenário, o presente estudo teve como objetivo avaliar as ações assistenciais de vigilância da TB voltadas a PPL, bem como compreender a percepção de profissionais de saúde e segurança sobre os obstáculos enfrentados no cuidado e controle da doença, uma vez que desempenham papel estratégico no reconhecimento precoce, no diagnóstico oportuno e no acompanhamento do tratamento. **Metodologia:** Estudo quantitativo e transversal, desenvolvido com dados da linha de base do projeto "Educação Permanente em Saúde como Estratégia para Eliminação da Tuberculose no Sistema Prisional", coletados entre dezembro de 2024 e setembro de 2025. A população do estudo foi composta por profissionais de saúde e segurança do sistema prisional de quatro estados: Rio Grande do Sul, Goiás, Espírito Santo e São Paulo, que abrigam 32,4% da PPL do Brasil. A coleta de dados ocorreu de forma remota. **Resultados:** Incluídos 308 profissionais de saúde e 569 profissionais de segurança. Entre os profissionais de saúde, 75,3% eram do sexo feminino; desses, 34,4% atuavam há mais de 10 anos no sistema prisional. Entre os profissionais de segurança, 71% eram homens, dos quais 64,3% trabalham há mais de 10 anos. No que se refere às ações de vigilância em saúde nas unidades prisionais, observou-se que 39,6% dos profissionais de saúde relataram realizar busca ativa de sintomáticos respiratórios entre a PPL, enquanto 51,2% afirmaram que não realiza busca ativa de sintomático respiratório entre os profissionais de segurança. Ademais, 34,7% dos profissionais de saúde declararam não realizar busca passiva entre a PPL, 57,5% não realizam avaliação dos contatos e 67,2% relataram nunca ter conduzido rastreamento em massa. Diante da presença de sintomas sugestivos de TB entre PPL, 89,3% dos profissionais de saúde informaram realizar consulta médica na própria unidade, 31,2% promovem retorno em menos de um mês, 38,3% referiram sempre solicitar baciloscopia para controle da TB e 34,7% acompanham o tratamento diretamente observado (TDO). Entretanto, apenas 32,5% dos profissionais afirmaram que o TDO é ofertado a todos os pacientes. Quanto à percepção do risco, 88% dos profissionais de saúde consideram a TB uma preocupação no ambiente de trabalho, mas apenas 65,2% se sentiam preparados para enfrentá-la. Entre os profissionais de segurança, 49% informaram que ocasionalmente auxiliam a equipe de saúde na realização do TDO; 46,4% declararam desconhecer se já houve busca

ativa entre seus pares; 89% relataram nunca ter se submetido a exames de rastreamento para TB na ausência de sintomas; e 87,5% consideram o risco de contaminação por TB uma preocupação. Contudo, 60,8% afirmaram não se perceber suficientemente conscientes e preparados para lidar com os riscos associados à doença. **Conclusões:** Conclui-se que existem lacunas relevantes nas práticas de vigilância, diagnóstico e acompanhamento da TB. Embora os profissionais reconheçam o risco, a maioria não se sente preparada para enfrentá-lo, o que reforça a necessidade de capacitação contínua e de uma integração mais efetiva entre as áreas da saúde e segurança, a fim de fortalecer as estratégias de controle da doença.

Palavras-chave: *Mycobacterium tuberculosis*, Prisão, População Privada de Liberdade, Vigilância em saúde.

PROJETO RESSIGNIFICANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CUIDANDO DO HOMEM NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Carla Roberta Saldanha Trindade Alvarez¹; Deise Rosa Ortiz¹; Eduardo Bunselmeyer Mascarenhas¹; Maria da Penha da Rosa Silveira¹

¹Prefeitura Municipal do Rio Grande. Secretaria de Município da Saúde. Unidade Básica de Saúde Prisional. Penitenciária Estadual do Rio Grande

ubsprisional@riogrande.rs.gov.br

deise.ortiz@riogrande.rs.gov.br

Justificativa e Objetivos: O presente trabalho tem por objetivo apresentar a prática realizada na Unidade Básica de Saúde Prisional da Secretaria de Município da Saúde, da cidade do Rio Grande/RS, localizada no interior da Penitenciária Estadual de Rio Grande - PERG, que se caracteriza como mista, de média segurança, com população atual de 828 homens, 110 mulheres e 01 não binário. Esta ação tem como objetivo desenvolver práticas de reflexão e intervenção à população masculina envolvida em crimes contra a mulher, visando a redução dos índices relacionados a violência doméstica e familiar na sociedade. Construir práticas que contribuam para a ruptura do ciclo da violência familiar e doméstica. Além de identificar junto ao sujeito agressor estratégias a necessidade de mudanças de conduta, a fim de transformar a relação de controle sobre as mulheres; garantir o cuidado integral em saúde do sujeito agressor; ressignificar a violência contra a mulher. **Método:** A metodologia do trabalho é a intervenção individual com os homens em situação de prisão relacionada a violência de gênero feminino, com enfoque principal na saúde psíquica, autoanálise e reeducação do agressor. Num primeiro momento é realizada a avaliação indi-

TRABALHOS

vidual, concomitante à Porta de Entrada da UBS Prisional, sendo que o atendimento no projeto ocorre a partir do encaminhamento do Juizado da Violência Doméstica da comarca de Rio Grande. A média de atendimentos é de 05 encontros, podendo variar de acordo com o tempo de permanência na penitenciária do sujeito privado de liberdade. O direcionamento das intervenções tem foco em quatro componentes: cognitivo, educativo, emocional e comportamental. Os atendimentos têm a perspectiva de promover mudanças de atitudes e comportamento sobre a violência de gênero, sendo direcionados à prevenção de novos episódios, redução e interrupção do ciclo de violência para coibir e diminuir a reincidência da violência doméstica. **Resultados:** Entre o período de 2016 até 2025, foram atendidos 326 homens, somando 1166 atendimentos. Em relação ao perfil dos homens atendidos no projeto temos os seguintes dados: Quanto a faixa etária: 18 - 30 anos = 13%; 31 - 40 anos = 47%; 41 - 50 anos = 20%; 51 - 60 anos = 13%; acima de 60 anos = 7%. Quanto a escolaridade: Não alfabetizados = 7%; Ens. fun. Inc. = 69%; Ens. fun. Comp. = 20%; Ens. méd. inc. = 2%; Ens. méd. comp. = 1%; Ens. sup. inc. = 1%. Aproximadamente 88% apresentam algum tipo de dependência química e aproximadamente 19% apresentam outros transtornos mentais. **Conclusão:** O "Projeto Ressignificando a Violência contra a Mulher", vem sendo desenvolvido com o intuito de contribuir para a prevenção de reincidência de novos episódios de violência contra a mulher. Tendo em vista o baixo número de casos reincidentes, acreditamos que como forma de cuidado é uma excelente estratégia de intervenção frente à complexidade dessa problemática.

Palavras-chave: Prisões, Saúde, Violência Doméstica.

INTEGRAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO ENFRENTAMENTO AO HIV E TUBERCULOSE NO CONTEXTO PRISIONAL

Mariana Camargo Borges¹; Tatiele Soares Arrial¹; Daisy Fogaça dos Santos²; Cássia Cilene Saldanha da Silveira³; Marlise Bortoluzzi Soares³; Carla Felix³; Cledison Márcio da Silva Difante³; Manuela Riesgo³

¹Universidade Franciscana (UFN) - Santa Maria/RS

²Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

³Polícia Penal do Rio Grande do Sul
marianacborgess@hotmail.com

Justificativa e Objetivo: O ambiente prisional apresenta elevada vulnerabilidade à disseminação de doenças infectocontagiosas, especialmente Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e Tuberculose, devido à superlotação, condições estruturais precárias e barreiras de acesso a serviços

de saúde. Diante desse cenário, torna-se essencial a atuação integrada de diferentes profissionais para garantir atenção integral à saúde. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência da equipe de saúde da Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM) em parceria com a Residência Multiprofissional de Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia da Universidade Franciscana (UFN) e da Residência em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no desenvolvimento de ações de prevenção, diagnóstico e cuidado a pessoas privadas de liberdade (PPL). **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência multiprofissional, realizado entre de março a agosto de 2025, período de início da atuação das residentes na PESM. As ações envolveram: triagem de sintomas respiratórios, testagens rápidas de HIV e demais Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) como sífilis e hepatites, além de consultas médicas e de enfermagem e acompanhamento multiprofissional (psicologia, farmácia, nutrição, odontologia e serviço social). O trabalho foi conduzido de forma intersectorial, integrando a equipe de saúde prisional e residentes de enfermagem de ambos os programas de residência. **Resultados:** As atividades possibilitaram a ampliação do acesso ao diagnóstico precoce de HIV e tuberculose, maior adesão ao tratamento supervisionado e fortalecimento do vínculo entre equipe e PPL. Observou-se maior participação dos infectados tanto por HIV como tuberculose no seu próprio tratamento, com relatos de redução do estigma e maior conscientização quanto à importância da prevenção e tratamento. A integração das diferentes áreas favoreceu o manejo clínico, o suporte psicossocial e a adesão medicamentosa. **Conclusão:** A experiência demonstra que a atuação multiprofissional é essencial no enfrentamento do HIV e da tuberculose no ambiente prisional, promove cuidado integral, fortalece a adesão terapêutica e contribui para a redução de vulnerabilidades. Ressalta-se a importância da continuidade e ampliação dessas ações como estratégia de saúde pública e de ressocialização. Destaca-se, ainda, o papel estratégico das residências multiprofissionais como espaço de formação, qualificação e inserção de novos profissionais, que fortalece as práticas de saúde no sistema prisional e amplia o alcance das políticas públicas voltadas à população privada de liberdade.

Palavras-chave: Pessoas privadas de liberdade, Residência multiprofissional, Saúde prisional.

INIQUIDADE DE GÊNERO NA CARREIRA PROFISSIONAL DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS: UM ESTUDO REFLEXIVO

TRABALHOS

Kerollen Castro Marques dos Santos¹; Franklin Santana dos Santos¹; Lidiane Herlein Dalla Vecchia²; Elizabeth Cristiane dos Santos Pereira²; Cynthia Fontella Sant'Anna²; Leticia Silveira Cardoso²

¹ Instituto Penal de Uruguaiana, RS.

² Universidade Federal do Pampa – Campus Uruguaiana, RS.

leticiacardoso@unipampa.edu.br

Justificativa e objetivo: A iniquidade de gênero pode ser explicada pela supremacia em relação a benefícios e privilégios de um sexo sobre o outro, mais especificamente do masculino sobre o feminino. De acordo com a OXFAM Brasil, sua existência ocorre em nível mundial e se perpetua até os dias atuais, transpondo o ambiente domiciliar e inundando as diversas esferas de interação das sociedades. Na particularidade do mundo do trabalho, dados do IBGE, de 2022, ratificam as dimensões da iniquidade de gênero ao revelarem que as mulheres possuem maior escolaridade que os homens, mas têm 20,1% menos participação no mercado de trabalho, recebem 21% a menos na remuneração para os mesmos cargos. A partir disso, construiu-se este estudo com o objetivo de ressaltar a necessidade de reflexão sobre as dimensões da iniquidade de gênero na carreira profissional de servidores penitenciários. **Método:** Estudo reflexivo, sustentado na teorização da “classe-que-vive-do-trabalho” de Ricardo Antunes. Desenvolvido a partir das atividades de extensão do Programa ASA do Laboratório de Investigação e Inovação em Saúde de Populações Específicas. Realizado no período de 2023 a 2025, junto a uma unidade prisional de regime semi-aberto de um município da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. Os participantes correspondem a 16 servidores penitenciários, que participaram de consultas de enfermagem, rodas de conversa, palestras e treinamentos. **Resultados:** Pode-se afirmar que o ambiente prisional é predominantemente masculino, pois dos 16 (100%) dos servidores penitenciários, somente seis (37,5%) autodeclararam-se do sexo feminino. Dentre essas, apenas uma (16,7%) atua em atividades não administrativas, caracteriza-se por ser a mais jovem - 33 anos, possuir a maior escolaridade - pós-graduação. Como todas as demais é mãe, possui dois filhos, concilia as atividades de trabalho com os cuidados dos filhos, do marido e do domicílio. Durante o período do estudo, ela vivenciou mudanças na execução da jornada de trabalho, da infraestrutura e de recursos humanos locais, que já são evidenciados na literatura como fatores estressores no mundo do trabalho. Paralelamente, ela ampliou esforços físicos e intelectuais em busca de promoção por merecimento na carreira profissional, submetendo-se ao Teste de Aptidão Física da Superintendência dos Serviços Penitenciários. O esgotamento físico e emocional fez parte

desse processo, bem como o presenteísmo, seguido por absenteísmo. Pode-se considerar que a busca a que se submeteu a servidora penitenciária revela o compromisso e o desejo de reconhecimento em relação à profissão, bem como os impactos à saúde. **Conclusão:** Considera-se que as servidoras penitenciárias representam a classe-que-vive-do-trabalho, ou seja, vendem sua própria força/saúde em troca de um salário. Essa é uma realidade para a maioria dos trabalhadores das sociedades contemporâneas, não excluindo o setor público. Cabe destacar que ao passo que se ampliam as políticas públicas na área da saúde do trabalhador, há uma força político-econômica ainda mais voraz que atua em sentido contrário a preservação socioambiental, promovendo o adoecimento dos trabalhadores e o aniquilamento das relações humanas, sociais e interprofissionais. Em todas estas as mulheres, apesar dos imensos esforços físicos e intelectuais, mantêm-se sobrepujadas pelas condições físicas e privilegiadas disponibilizadas aos homens, muitas vezes por elas mesmas.

Palavras-chave: Dimensões da iniquidade, mulheres trabalhadoras, prisões.

EXECUÇÃO PENAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO: DESAFIOS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 487/2023

Maitê Tonelotto Reimundo¹; Cristian Ericksson Colovini²; Marina Giacomini Pozzer²; Mircele Massier Rodrigues da Silva²; Cássia Cilene Saldanha da Silveira²; Marlise Bortoluzzi Soares²; Matheus Veber Teixeira²; Tiessa Kulmann Werlang²; Érika Kowaleski Araujo³

¹Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

²Polícia Penal / Penitenciária Estadual de Santa Maria

³Universidade Franciscana (UFN).

maitetoneotto11@gmail.com

Justificativa e objetivos: A Resolução CNJ nº 487/2023 institui a Política Antimanicomial do Sistema Judiciário, determinando que pessoas consideradas inimputáveis por transtornos mentais não devem permanecer em prisões comuns ou manicômios judiciais. Nesses casos, devem cumprir medida de segurança em hospitais gerais ou outros serviços de saúde, ou em regime ambulatorial. A normativa representa um avanço ao se alinhar aos princípios da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial, mas também traz novos desafios para a execução penal, como a interdição do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), até então referência para custódia e tratamento de casos graves no RS. Diante disso, este trabalho busca analisar as implicações da Resolução na execução penal de pessoas privadas de liberdade com transtornos mentais, a

TRABALHOS

partir da experiência prática observada durante estágio curricular em Psicologia na Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM). **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência baseado na observação das práticas institucionais realizadas pelas equipes técnicas e de saúde da PESM, que conta com uma Unidade Básica de Saúde Prisional voltada à atenção primária. Foram identificados três perfis de pessoas privadas de liberdade com demandas em saúde mental: (1) indivíduos com transtornos mentais graves com incidente de insanidade mental em andamento; (2) pessoas já submetidas a medida de segurança; e (3) internos com sofrimento psíquico associado a transtornos mentais e/ou dependência química. A análise considerou o manejo desses perfis, os fluxos institucionais previstos em lei e as articulações possíveis entre o sistema prisional, o sistema de justiça e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Resultados: A aplicação da Resolução gerou impactos diretos no cotidiano prisional, especialmente devido à interdição do IPF. Na PESM, verificou-se a permanência indevida de pessoas já submetidas a medida de segurança, aguardando encaminhamento ao sistema de saúde, o que reforça a necessidade de fluxos interinstitucionais mais claros e coerentes. Também foi observado que os serviços de atenção primária carecem de suporte especializado complementar, sobretudo para o manejo de casos graves, exigindo apoio de dispositivos como os CAPS e os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT). Constatou-se o empenho da equipe multiprofissional de saúde em articular-se com o Judiciário e com a RAPS; entretanto, persistem dificuldades relacionadas à sobrecarga da rede, à escassez de leitos especializados e à inexistência de protocolos específicos no âmbito do Judiciário, o que resulta em diferentes entendimentos conforme cada magistrado. **Conclusões:** A experiência mostra que, embora a Resolução represente um avanço normativo em direção à desinstitucionalização, sua efetiva implementação depende de maior suporte da rede de saúde e de ajustes na legislação penal. É essencial que o sistema de justiça criminal garanta o encaminhamento imediato das pessoas já submetidas a medida de segurança, evitando sua permanência indevida no cárcere. Da mesma forma, torna-se necessária a criação e o fortalecimento de dispositivos no SUS, como os SRTs, além do apoio interinstitucional para o adequado manejo de casos graves. Por fim, ressalta-se a urgência de uma revisão legislativa que alinhe o direito penal às diretrizes do SUS, superando a concepção de internação como resposta prioritária ao sofrimento psíquico e priorizando o cuidado ambulatorial e em liberdade sempre que possível.

Palavras-chave: Prisões, Saúde Mental, Desinstitucionalização.

QUANDO O OLHAR EXTERNO ENCONTRA O CÁRCERE: CONTRASTES E

DESIGUALDADES NO SISTEMA PRISIONAL

Millena Eduarda Souza¹; Daiane Raquel Kist Back¹; Poliana Santos Huff¹; Lia Gonçalves Possuelo¹

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul.
millenasouza@mx2.unisc.br

Justificativa e Objetivo: O sistema prisional brasileiro é frequentemente descrito pela literatura e pelos meios de comunicação como um espaço de precariedade estrutural, violência e violação de direitos humanos. Entretanto, experiências de campo podem desafiar percepções prévias. Este estudo relata a vivência de uma acadêmica de Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), participante de bolsa de iniciação científica em projeto voltado ao sistema prisional, que possibilitou aproximação com diferentes realidades no Rio Grande do Sul. Assim mostrou-se relevante compreender como a imersão em contextos distintos impacta concepções pessoais e profissionais e analisar o contraste entre diferentes estruturas penitenciárias do estado. **Método:** Estudo descritivo, de abordagem qualitativa, configurado como relato de experiência. Durante o período de participação foram realizadas visitas técnicas à Penitenciária Estadual de Venâncio Aires (PEVA) e à nova unidade da Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA), além do acompanhamento de atividades com apenados e trabalhadores. As condições estruturais e as percepções da acadêmica foram registradas em diário de campo, permitindo identificar aspectos relevantes para compreender os processos necessários e a função social das penitenciárias, bem como amadurecer a visão profissional para atuação em contextos complexos. **Resultados:** Inicialmente, a visão sobre o cárcere estava permeada por representações de violência, precariedade e sofrimento extremo, alimentadas pelo imaginário social e por relatos midiáticos. Ao adentrar a PEVA, essa expectativa foi confrontada: o ambiente mostrou organização, higiene e atividades voltadas à educação e ao trabalho, contrastando com a ideia de degradação absoluta. Essa discrepância suscitou questionamentos sobre como diferentes contextos prisionais podem reproduzir ou romper o ciclo de exclusão. A PEVA destacou-se por oferecer condições estruturais superiores, com espaços amplos, limpos e atividades que favorecem a ressocialização. Em contraposição, durante a inauguração da nova unidade prisional de Porto Alegre, erguida após a demolição da antiga cadeia antes classificada como a pior da América Latina, foi possível conhecer, por meio de fotos expostas, a precariedade histórica do sistema, marcada por superlotação, insalubridade e violência institucionalizada. O contraste evidenciou a heterogeneidade das realidades prisionais, que vão de penitenciárias-modelo a ambientes

TRABALHOS

de degradação que potencializam a reincidência criminal. Essa dualidade levou à reflexão sobre a função social das prisões: enquanto algumas instituições conseguem educar e reintegrar, outras, em condições adversas, tornam-se incapazes de promover a ressocialização e o desenvolvimento dos apenados. **Conclusão:** A experiência proporcionou aprendizado significativo, transformando percepções sobre o sistema prisional. Constatou-se que a realidade carcerária não é homogênea: enquanto algumas instituições, como a PEVA, se aproximam de um ideal ressocializador, outras permanecem marcadas pela precariedade e violência. Para que a prisão cumpra seu papel de reintegração social, é indispensável investimento em infraestrutura, políticas públicas consistentes, programas educativos e atenção integral à saúde. Na formação em Enfermagem, a inserção em projetos de iniciação científica nesse contexto amplia a compreensão sobre saúde coletiva, direitos humanos e cuidado em ambientes de alta complexidade.

Palavras-chave: Educação em Saúde, Prisões, Superlotação Carcerária.

APLICAÇÃO DO BDEE-DEVICE PARA O DIAGNÓSTICO RÁPIDO DE TUBERCULOSE EM POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Poliana dos Santos Huff¹; Lia Gonçalves Possuelo¹;
Daiane Raquel Kist Back¹; Millena Eduarda Souza¹;
Mateus Elias Gündel¹; Eduarda Gassen Boeira¹; Ricardo Daniel de Simone¹; Gilson Augusto Helfer¹

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul, RS
polianahuff06@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A tuberculose (TB) continua sendo uma das principais doenças infectocontagiosas de relevância mundial, com impacto acentuado em populações em situação de vulnerabilidade, como pessoas privadas de liberdade (PPL) e população em situação de rua. Apesar da existência de métodos diagnósticos consolidados, como baciloscopia, cultura bacteriana e teste rápido molecular, tal como, o *GeneXpert*, essas técnicas ainda enfrentam barreiras de custo, tempo e infraestrutura, dificultando o diagnóstico precoce e detecção *in loco*, especialmente no sistema prisional. O "BDEE-Device" é um emissor de plasma portátil com inteligência artificial que pode ser utilizado como ferramenta rápida e eficaz de diagnóstico *point-of-care*, desde que sua aplicação em amostras clínicas e validação de seu desempenho em termos de acurácia, sensibilidade e especificidade seja realizado. Diante disso, busca-se neste estudo descrever a experiência vivenciada

na preparação das amostras para diagnóstico de TB *point-of-care*. **Método:** Trata-se de um relato de experiência descritivo e reflexivo, baseado na observação de práticas na preparação do BDEE-Device. O equipamento portátil utiliza emissão de plasma e inteligência artificial para identificar TB pulmonar a partir do ar exalado, exigindo que a amostra seja coletada e acoplada ao dispositivo para análise. Como solução prática e de baixo custo, testou-se a utilização de bolsas de urina descartável como recipientes para retenção do ar. Inicialmente, as bolsas foram infladas com ar expirado, registrando-se data e hora, observando o tempo até o esvaziamento. Além disso, para avaliação do funcionamento do dispositivo cada amostra foi testada em triplicata. **Resultados:** O uso das bolsas de coleta de urina mostrou-se eficaz, garantindo retenção satisfatória por longos períodos. As primeiras, sem vedação, esvaziaram-se em menos de 24 horas. Depois, avaliou-se o uso do clamp (trava plástica), que prolongou a retenção para dias ou semanas. Um terceiro método, o nó manual no tubo, mostrou-se ainda mais eficaz. A simplicidade foi um diferencial para aceitação em campo: o paciente apenas aspirava o ar na bolsa, depois conectada ao dispositivo. O BDEE-Device, acionado por tela sensível ao toque, realizou a análise em poucos minutos, gerando imagens de emissão de plasma processadas por algoritmos de aprendizado de máquina. Observou-se funcionamento estável e imagens adequadas. Ainda assim, a experiência destacou o potencial de soluções simples e acessíveis em contextos de recursos restritos e a importância do trabalho integrado entre pesquisadores, equipes de saúde e gestores institucionais, superando barreiras logísticas e éticas do ambiente prisional. **Conclusão:** A experiência em campo, com a coleta do ar em bolsas de urina acopladas ao equipamento e análise imediata, mostrou simplicidade operacional e boa aceitação pelas equipes, favorecendo a triagem em ambientes como o sistema prisional. Apesar de inicial, o estudo confirmou a aplicabilidade da tecnologia, porém os passos futuros envolvem o aprimoramento contínuo do protocolo metodológico e a ampliação do banco de dados, de forma a consolidar a validação do dispositivo como ferramenta diagnóstica robusta e confiável.

Palavras chave: Pessoas Privadas de Liberdade, Teste Point-of-Care, Tuberculose Pulmonar.

PORTA DE ENTRADA E CHAMADA ALEATÓRIA: ACOLHIMENTO EM SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL

Cristian Erickson Colovini¹; Cássia Cilene Saldanha Silveira¹; Marlise Bortoluzzi Soares¹; Matheus Veber

TRABALHOS

Teixeira¹; Rafael Castro da Silva¹; André Almeida Pujol¹; Maitê Tonelotto Reimundo²; Manuela Nunes Riesgo³; Cledson Márcio da Silva Difante³

¹Polícia Penal / Penitenciária Estadual de Santa Maria

²Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

³Secretaria da Saúde de Santa Maria/RS
cristian.colovini@gmail.com

Justificativa e objetivos: O direito à saúde das pessoas privadas de liberdade é garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Execução Penal, e sua efetivação exige estratégias que assegurem acesso universal, integral e equânime aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) orienta a organização das Unidades Básicas de Saúde Prisional (UBSP) como pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde. Desde 2022, a Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM) conta com uma UBSP estruturada para atender aproximadamente 1.100 pessoas privadas de liberdade. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo relatar as experiências e práticas de acolhimento desenvolvidas na PESM no âmbito da Atenção Primária à Saúde, ressaltando sua importância na prevenção de agravos, na promoção da cidadania e na reintegração social.

Método: As ações de acolhimento são conduzidas por equipe multiprofissional composta por profissionais de enfermagem, serviço social, psicologia, nutrição, farmácia, medicina, odontologia e terapia ocupacional. Foram estruturadas duas estratégias principais: (1) Porta de Entrada – voltada aos recém-ingressos na unidade prisional. Consiste em entrevista abrangente com coleta de dados socioeconômicos, antropométricos e de histórico de saúde, incluindo saúde mental, odontológica, status vacinal, orientação sexual, identidade de gênero e autoidentificação étnico-racial. Após a entrevista, são oferecidos testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B e C, além de exame de escarro para rastreamento de tuberculose, quando indicado. Casos que demandam atenção são encaminhados aos núcleos técnicos pertinentes, havendo possibilidade de contato imediato com familiares. Todas as informações são registradas no sistema da SUSEPE e no prontuário eletrônico, garantindo a continuidade do cuidado. Como complemento, foi elaborado um questionário resumido, utilizado quando a permanência do indivíduo na unidade é breve (ex.: liberação em audiência de custódia), permitindo identificar rapidamente condições crônicas e necessidades de cuidados imediatos. (2) Chamada Aleatória – estratégia de busca ativa voltada a pessoas já custodiadas que não acessaram os serviços de saúde por longos períodos ou nunca solicitaram atendimento. Nessa abordagem, é realizada escuta sensível e entrevista multi-

profissional semiestruturada, com oferta de testagem rápida para doenças infecciosas e encaminhamentos conforme a demanda identificada. **Resultados:** A estratégia Porta de Entrada mostrou-se eficaz na identificação precoce de agravos e necessidades de saúde, permitindo a retomada de tratamentos interrompidos, o acompanhamento de doenças crônicas e a inserção em programas de saúde mental e de dependência química. Também favoreceu o fortalecimento do vínculo entre os internos e a equipe de saúde, além de ampliar a integração com a rede municipal de atenção. Já a Chamada Aleatória revelou-se fundamental para ampliar o acesso aos cuidados, especialmente entre pessoas que, por desconhecimento, estigma ou barreiras institucionais, não haviam procurado atendimento. Nessa estratégia, foram identificados casos emblemáticos, como indivíduos que nunca haviam consultado um dentista ou que estavam há décadas sem receber qualquer atendimento em saúde. Ambas as práticas contribuíram para ampliar a cobertura vacinal, prevenir doenças transmissíveis e promover intervenções educativas em saúde. **Conclusão:** As experiências de acolhimento na PESM evidenciam que a adoção de estratégias diferenciadas — voltadas tanto aos recém-ingressos quanto aos internos que há muito tempo não acessam serviços — é essencial para garantir o acesso universal e equitativo à saúde no sistema prisional. Essas ações estão em consonância com os princípios do SUS e da PNAISP, fortalecendo a Atenção Primária como eixo estruturante do cuidado em privação de liberdade. Além de responder a demandas imediatas, contribuem para a humanização do ambiente prisional, para a promoção da cidadania e para a reinserção social das pessoas privadas de liberdade, reafirmando a saúde como direito fundamental e como política pública de caráter transformador.

Palavras-chave: Prisões, Atenção Primária à Saúde, Acolhimento.

ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE PRISIONAL: MANEJO DE DOENÇAS CRÔNICAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE SANTA MARIA

Marlise Bortoluzzi Soares¹; André Almeida Pujol¹; Carla Costa Felix²; Cássia Cilene Saldanha Silveira¹; Daisy Fogaça dos Santos³; Cristian Ericsson Colovini¹; Manuela Nunes Riesgo²; Mariana Camargo Borges⁴; Matheus Veber Texeira¹; Rafael Castro da Silva¹

¹Polícia Penal/Penitenciária Estadual de Santa Maria

²Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria, RS

³Universidade Federal de Santa Maria, RS

⁴Universidade Franciscana, RS
marianacborgess@hotmail.com

TRABALHOS

Justificativa e objetivos: As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus, configuram um dos principais desafios da saúde pública em virtude de sua natureza multifatorial, evolução insidiosa e necessidade de acompanhamento contínuo. Em contexto prisional, esses desafios tornam-se ainda mais complexos devido à limitação de recursos, à organização peculiar dos serviços e às condições adversas do encarceramento. Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência da Unidade de Saúde Prisional da Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM) no acompanhamento de pessoas privadas de liberdade diagnosticadas com hipertensão e diabetes, destacando a relevância de uma abordagem integrada e multiprofissional. **Métodos:** As atividades são conduzidas pela Equipe de Atenção Primária Prisional, composta por médico, enfermeiros, nutricionista, assistente social, psicólogo, farmacêutico e cirurgião-dentista. A etapa inicial de atendimento compreende avaliação médica, de enfermagem e nutricional, incluindo anamnese clínica, prescrição medicamentosa, aferição de parâmetros fisiológicos, solicitação de exames laboratoriais, avaliação antropométrica e orientações individualizadas. O seguimento periódico é realizado preferencialmente por enfermagem e nutrição, com foco no monitoramento da evolução clínica, adesão terapêutica e hábitos de vida. Em situações de descompensação clínica ou parâmetros fora do alvo terapêutico, os pacientes são encaminhados aos demais profissionais da equipe multiprofissional. Cada indivíduo recebe um plano de acompanhamento personalizado, que pode contemplar ajustes farmacológicos, intervenções nutricionais, suporte psicológico e ações educativas em saúde. **Resultados:** Os resultados apontaram maior adesão às orientações terapêuticas e nutricionais, melhor compreensão sobre a condição clínica e redução de episódios de descompensação. A atuação multiprofissional mostrou-se determinante para assegurar a integralidade da assistência, contemplando dimensões físicas, psicológicas e sociais, além de favorecer a estabilização clínica e o fortalecimento do vínculo entre equipe e usuários. **Conclusões:** O acompanhamento sistemático e individualizado de pessoas com DCNT em ambiente prisional é essencial para a efetividade da assistência e para a prevenção de complicações, contribuindo simultaneamente para a promoção da saúde. A experiência reforça a centralidade da Atenção Primária em saúde prisional como eixo estruturante das políticas públicas voltadas à redução de iniquidades e à garantia de direitos.

Palavras-chave: Saúde Prisional, Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Atenção Primária à Saúde.

SAÚDE BUCAL NO SISTEMA PENAL - APOIO MULTISSETORIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO NA PEVA

Camila Castro da Silveira Morsch¹; Gabriela Moyses Kilianski¹; Yasmin Poltozi Bauce¹; Stefanie Schmidt¹; Patrícia Mello da Silveira¹

¹Polícia Penal;
cmorsch@univates.br

Justificativa e objetivos: A atenção à saúde da população privada de liberdade é um desafio complexo que envolve, além de um olhar assistencial físico e mental multidisciplinar, uma articulação de saberes e práticas dos setores de segurança e técnico da SUSEPE. Os esforços são necessários para assegurar que essa população tenha acesso universal e integral à saúde, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e previsto pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), instituída em 2014. Em relação à saúde bucal, identifica-se uma escassez significativa de diretrizes que orientem o atendimento odontológico em unidades prisionais, gerando fragilidade no cuidado integral e na garantia da equidade no acesso aos serviços. Este contexto também é percebido nas rotinas e fluxos da Penitenciária Estadual de Venâncio Aires (PEVA). Desta forma, essa ação foi desenvolvida buscando reconhecer o perfil da saúde bucal da população da PEVA para propor uma melhora na sistematização do processo de trabalho da equipe de saúde bucal, visando garantir maior efetividade, segurança e continuidade do cuidado. **Método:** Na etapa de preparação, foram realizadas reuniões com representantes dos setores de Segurança, Técnico e de Saúde, para planejamento e criação de estratégias para concretizar a ação. Na sequência, membros da Equipe de Saúde receberam capacitação para calibragem dos termos e instrumentos de registro específicos da odontologia, colaborando para maior fidelidade dos dados coletados. A próxima etapa consistiu na realização dos exames orais de 613 apenados (divididos por galerias e obedecendo um cronograma), pela cirurgia dentista responsável, diretamente no acesso das galerias, juntamente com membros da equipe de saúde, que deram todo o suporte necessário, incluindo anotação dos dados. Concomitante à realização dos exames, as demandas espontâneas de enfermagem e psicologia também eram escutadas para posterior encaminhamentos. A ação contou com uma mobilização tática e efetiva da equipe de segurança. Por fim, os dados foram registrados, computados e analisados para facilitar o planejamento e a programação de atendimentos odontológicos. **Resulta-**

TRABALHOS

dos: A ação de saúde realizada, com foco no levantamento epidemiológico em saúde bucal, foi um passo importante para mobilizar todos os setores responsáveis, tendo em vista que, além do envolvimento com as demandas espontâneas de enfermagem e psicologia, foi possível identificar os principais problemas bucais, classificá-los de acordo com sua severidade e planejar estratégias para solucioná-los. **Conclusão:** A coleta dos dados sinalizou uma mudança necessária de posicionamento para organização e padronização dos fluxos, condutas clínicas e ações de promoção da saúde bucal no ambiente prisional, reconhecendo sua importância. A intenção é monitorar as mudanças nos padrões de doenças bucais ao longo do tempo e acompanhar os efeitos das transformações no sistema prisional.

Palavras-chave: Saúde Prisional, Levantamento Epidemiológico, Odontologia.

A PESQUISA CIENTÍFICA COMO ESTRATÉGIA DE APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO CAPIXABA

Sirval Martins dos Santos Júnior¹

¹Secretaria de Estado da Justiça do Estado do Espírito Santo – SEJUS/ES
sirvaljr@gmail.com

Justificativa e objetivos: A pesquisa acadêmica voltada ao sistema prisional tem papel estratégico para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas, especialmente em um contexto marcado por desafios estruturais, como superlotação, reincidência criminal, déficit de oportunidades de ressocialização e carência de dados sistematizados. A ausência de diagnósticos consistentes e de análises científicas aprofundadas compromete a efetividade das ações estatais, limitando a implementação de práticas baseadas em evidências. Diante disso, o presente estudo justifica-se pela necessidade de demonstrar como a produção acadêmica pode contribuir para a compreensão da realidade prisional e subsidiar decisões públicas mais eficazes e alinhadas a princípios constitucionais e de direitos humanos. O objetivo central foi analisar Portaria Conjunta Sejus/PPES Nº 1-R, de 05 de junho de 2024 e sua contribuição para evidenciar a importância da pesquisa acadêmica no sistema prisional como instrumento de apoio à elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas. De forma específica, buscou-se mapear áreas de contribuição científica relevantes, avaliar os impactos do conhecimento produzido no desenho de programas e identificar lacunas investigativas que dificultam a consolidação de práticas de pesquisa na SEJUS. **Métodos:**

A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de produções acadêmicas publicadas no ano de 2024. Foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores, servidores e pesquisadores que atuam/atuaram diretamente no sistema penitenciário, de modo a compreender a percepção acerca da aplicabilidade e utilidade das pesquisas na gestão cotidiana. **Resultados:** Foi possível verificar que a pesquisa acadêmica tem potencial significativo para diagnosticar problemas estruturais e propor soluções inovadoras, como programas de reinserção social, aprimoramento dos mecanismos de saúde prisional e estratégias de redução da reincidência. Verificou-se, ainda, que estudos científicos colaboram para maior transparência da gestão, permitindo o acompanhamento crítico por parte da sociedade civil e órgãos de controle. Entretanto, constatou-se a existência de barreiras, como baixa integração entre universidades e órgãos gestores, ausência de mecanismos institucionais de aproveitamento das pesquisas e resistência cultural à incorporação de evidências acadêmicas na formulação de políticas. **Conclusão:** Torna-se evidente, portanto, que pesquisa acadêmica constitui ferramenta essencial para fortalecer a efetividade das políticas públicas no sistema prisional, promovendo maior racionalidade na gestão e respeito às garantias fundamentais. Para tanto, é imprescindível consolidar parcerias entre Estado e comunidade científica, ampliar incentivos à pesquisa aplicada e criar instrumentos institucionais de absorção do conhecimento produzido. Dessa forma, apenas por intermédio de um profícuo diálogo entre academia e gestão pública será possível haver a construção de um sistema penitenciário mais humano, eficiente e socialmente justo.

Palavras-chave: Pesquisa, Políticas públicas, Sistema prisional.

TRATAMENTO DIRETAMENTE OBSERVADO – TDO PARA TUBERCULOSE NA PENITENCIÁRIA DE VENÂNCIO AIRES – PEVA

Mirian Adriana Sackser¹; Natanael de Oliveira Romão¹; Viviane Fengler¹; Regina Luiza Battisti¹; Carina Helena Bubolz²; Raquel Cardoso Campos²

¹Univates

²Polícia Penal

mirian.sackser@univates.br

Justificativa e objetivos: A tuberculose permanece como uma das principais doenças infecciosas a desafiar a saúde pública mundial e, no sistema prisional, esse desafio é ainda mais acentuado em virtude das condições de confina-

TRABALHOS

mento, superlotação, precariedade estrutural, ventilação insuficiente e barreiras de acesso aos serviços de saúde. A incidência da doença entre pessoas privadas de liberdade supera significativamente a da população geral, tornando essencial a implementação de estratégias que assegurem diagnóstico precoce, acompanhamento contínuo e adesão terapêutica. O Tratamento Diretamente Observado (TDO), previsto nas diretrizes do Ministério da Saúde, configura-se como a principal ferramenta para prevenir o abandono do tratamento, reduzir a resistência medicamentosa e interromper a cadeia de transmissão da doença. **Método:** Na 8ª Região Penitenciária, a Penitenciária Estadual de Venâncio Aires (PEVA) implementou o TDO como ação estruturante da atenção básica em saúde. O programa é realizado três vezes por semana, com duração prevista de seis meses, abrangendo atualmente 32 apenados diagnosticados com tuberculose. A equipe multidisciplinar, composta por médico, enfermeira, técnicos de enfermagem, assistente social e psicóloga, atua de forma articulada para assegurar a observação direta da ingestão dos medicamentos, o registro sistemático das doses administradas e o monitoramento de possíveis efeitos adversos. Além do acompanhamento clínico, são desenvolvidas ações educativas voltadas à conscientização sobre a importância da adesão terapêutica e à redução do estigma relacionado à doença. **Resultados:** Até o momento, o TDO apresenta adesão satisfatória, sem registros de abandono ou intercorrências graves, reforçando a efetividade do acompanhamento presencial. Observa-se ainda o fortalecimento do vínculo entre equipe de saúde e apenados, com relatos de maior confiança e compreensão sobre o tratamento, contribuindo para a interrupção da cadeia de transmissão dentro da unidade prisional e reduzindo o risco de disseminação da doença após a saída dos indivíduos em cumprimento de pena. **Conclusão:** Recomenda-se a continuidade e expansão de atividades semelhantes, fortalecendo a atenção primária em saúde e a cooperação intersectorial como pilares para a transformação do sistema prisional através da educação em saúde. **Palavras-chave:** Saúde Prisional, Tuberculose, Tratamento Diretamente Observado.

INSERÇÃO LABORAL DE EGRESSOS: EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DO SETOR DE TRABALHO E EMPREGABILIDADE DA FUNAC/MT

Larissa Mariana Bernardo Silva Toledo¹; Natalia Kathiucia Xavier de Oliveira¹

¹Fundação Nova Chance (FUNAC), MT
larissamariana.toledo@gmail.com

Justificativa e Objetivo: A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) estabelece o trabalho como um dos principais instrumentos de reintegração social da pessoa em cumprimento de pena. No entanto, a inserção laboral ainda se configura como um dos maiores desafios enfrentados pelos egressos do sistema prisional. Nesse sentido, o Estado de Mato Grosso instituiu a Fundação Nova Chance (FUNAC), órgão governamental responsável por oferecer atendimento, orientação e profissionalização às pessoas privadas de liberdade, aos egressos e aos seus familiares. Entre os eixos de atuação da instituição, destaca-se a empregabilidade, que envolve a intermediação de mão de obra em parceria com empresas privadas, órgãos públicos e municipais, possibilitando a inserção de recuperandos e egressos no mercado de trabalho. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar as experiências da equipe do Setor de Trabalho e Empregabilidade da FUNAC/MT relacionadas ao processo de inserção laboral de egressos do sistema prisional em cumprimento de regime semi-aberto. **Métodos:** Entre os meses de janeiro e agosto de 2025 o setor realizou 3.168 atendimentos. As ações contemplaram atividades presenciais e virtuais, direcionadas a egressos, tomadores de serviço e familiares. O processo de atenção aos egressos incluiu acolhimento, escuta qualificada, cadastro no Sistema Emprego do Reeducando (SINER) próprio da FUNAC/MT, articulação com a rede socioassistencial e psicossocial, encaminhamentos para orientação sociojurídica, apoio na organização da documentação pessoal, auxílio para abertura de contas bancárias, reuniões com tomadores de serviço, análise de perfil laboral, encaminhamentos para vagas de trabalho em instituições conveniadas, visitas técnicas, além de orientação e acompanhamento técnico durante a permanência dos egressos nos postos de trabalho. **Resultados:** Foram ofertadas 998 vagas de trabalho para egressos do regime semiaberto, abrangendo funções em serviços gerais, como limpeza, construção civil, jardinagem, carga e descarga, bem como funções de apoio administrativo e de atendimento ao público. Do total de egressos atendidos, 650 foram encaminhados para as vagas disponibilizadas pela FUNAC/MT. Destaca-se que 364 permaneceram nos postos de trabalho por período superior a três meses, representando 36% das vagas ocupadas. Por outro lado, 286 (28%) egressos foram encaminhados para vagas, mas não se apresentaram formalmente ao trabalho, as justificativas incluem, solicitação pessoal, desalinhamento com experiência profissional anterior, contratação em outro emprego, problemas de saúde, regressão ao regime fechado, ausência de rede de apoio familiar, ausência de creche para os filhos, dificuldades financeiras para deslocar-se para o trabalho, bem como, uso prejudicial de álcool e outras drogas. **Conclusão:** A experiência em análise demonstra que a intermediação de mão de obra para egressos, associada ao acom-

TRABALHOS

panhamento e à orientação realizados pela equipe do Setor de Trabalho da FUNAC/MT, contribui de forma significativa para o processo de reintegração social dos apenados no Estado de Mato Grosso. Nesse contexto, o trabalho desenvolvido pela equipe tem colaborado para o fortalecimento da autoestima, qualificação profissional, ampliação da autonomia financeira e retomada dos vínculos sociais dos egressos, bem como para a redução dos índices de reincidência criminal.

Palavras-chave: Egressos, Laboral, Trabalho.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA INOVADORA PARA O CONTROLE DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL

Alessandra Santos Conversani¹; Karine Ely Zenatti¹; Ida Maria Foschiani Dias Baptista¹

¹Secretaria da Administração Penitenciária (SP)
alessandraconversani1707@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A tuberculose (TB) constitui um dos maiores desafios da saúde pública, afetando de forma desproporcional populações em vulnerabilidade, como pessoas privadas de liberdade (PPL). No Brasil, a chance de adoecimento por tuberculose entre pessoas privadas de liberdade (PPL) pode ser até 28 vezes maior do que na população geral. No estado de São Paulo, a taxa de incidência entre a população em geral é de 37/100 mil habitantes enquanto a média nacional entre PPL é de 916,9/100 mil, podendo em alguns municípios atingir índices ainda mais alarmantes. Esses dados reforçam a urgência de estratégias específicas e intersetoriais para que o país alcance a meta de reduzir a incidência da tuberculose para menos de 10 casos por 100 mil habitantes até 2035. Nesse contexto, o presente relato apresenta a implementação da Oficina de Educação Permanente em Saúde (EPS), realizada em 14 de agosto de 2025, em Presidente Prudente/SP, no âmbito do *Projeto Quebrando Barreiras*, destinada a mobilizar e capacitar diferentes atores do sistema prisional para o enfrentamento da TB. O encontro foi precedido por diagnóstico situacional, com entrevistas *on-line* e questionários via REDCap aplicados a gestores e servidores. Participaram 82 representantes de 12 unidades prisionais da região oeste paulista, incluindo gestores, profissionais de saúde, policiais penais, representantes da FUNAP e estudantes. **Método:** A metodologia pedagógica integrou quatro fases: (i) teórica, com apresentação de conceitos e dados do diagnóstico; (ii) dialógica, com rodas de conversa e debate sobre desafios regionais; (iii) prática, com gincana educativa (Passa ou Repassa) aplicada a situações

cotidianas; e (iv) reflexiva, com teatro-fórum abordando estigma, transmissão, coleta de escarro e o papel das PPL como agentes de saúde. O processo articulou dimensões éticas, estéticas, tecnológicas e organizacionais, alinhadas à Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). **Resultados:** A análise qualitativa das discussões evidenciou cinco categorias críticas: (1) protocolos — ausência de fluxos claros e padronizados, fragilizando a continuidade do cuidado; (2) diagnóstico — dificuldades logísticas e baixa disponibilidade de exames como, baciloscopia, cultura e teste rápido molecular; (3) biossegurança — resistência ao uso de EPIs por policiais penais e aumento da exposição ocupacional; (4) recursos humanos — sobrecarga das equipes, agravada por aposentadorias e rotatividade; e (5) capacitação — carência de formações contínuas, especialmente para gestores, muitos dos quais tiveram primeiro contato com a temática na oficina. Apesar desses entraves, a atividade criou espaço de diálogo, fortaleceu vínculos interinstitucionais e estimulou o protagonismo dos participantes na construção de soluções coletivas.

Conclusão: A experiência reforça a EPS como estratégia potente para mobilização profissional, reflexão crítica e inovação nas práticas de saúde no sistema prisional. Mais que disseminar informações, a oficina possibilitou identificar fragilidades, construir encaminhamentos e subsidiar políticas públicas intersetoriais voltadas à eliminação da TB. A replicação e institucionalização dessa metodologia em outras regiões representam oportunidade estratégica para consolidar a EPS como eixo estruturante do cuidado em populações vulneráveis, contribuindo para reduzir iniquidades e fortalecer a governança em saúde.

Palavras-chave: Tuberculose, Sistema prisional, Educação permanente em saúde.

PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA HIV/AIDS, TUBERCULOSE E COINFEÇÃO PARA O SISTEMA PRISIONAL DE SANTA MARIA

Mariana Braga da Silva Lopes¹; Laís Mara Caetano da Silva Corcini²; Márcia Gabriela Rodrigues de Lima³; Letícia Prescendo⁴; Rejane Louise de Lima Bastos⁴; Taionara Gubiani Copetti³; Pietro Coradini Ritter Alves²; Julia Zancan Bresolin⁵; Deise Fraga Trojahn³

¹Residência Multiprofissional em Saúde Pública, com ênfase em Saúde da Família, UFSM, RS

²Universidade Federal de Santa Maria, RS

³Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria, RS

⁴Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada, com ênfase em Infectologia e Neurologia, Universidade Franciscana, Santa Maria, RS

⁵Hospital Universitário de Santa Maria, RS
matabragasilva@gmail.com

TRABALHOS

Justificativa e Objetivos: O Sistema Único de Saúde (SUS), através da Lei 8.080/90, garante o direito à saúde, para a população brasileira, de forma gratuita e assegurando a todos, a universalidade, a integralidade e a equidade. Dessa forma, em 2014, foi implantada no Brasil, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), que estende estes direitos à População Privada de Liberdade (PPL) e vem ao encontro das necessidades do cuidado integral na saúde. Dessa forma objetivou-se elaborar um protocolo voltado para a orientação e respaldo da atuação dos enfermeiros(as) na prevenção, tratamento, recuperação da saúde e interrupção da cadeia de transmissão do HIV/aids, tuberculose e coinfeção HIV/TB no sistema prisional de Santa Maria/RS. **Métodos:** Foi desenvolvido um protocolo de enfermagem para a assistência em contextos prisionais, utilizando o método da Prática Baseada em Evidências (PBE). Esse método visa implementar intervenções fundamentadas nas melhores evidências científicas disponíveis, aliadas à experiência clínica do profissional e às preferências dos pacientes. No caso específico, do ambiente prisional, o protocolo foi adaptado para integrar-se às particularidades do contexto penitenciário e propostas intersectoriais. A elaboração do protocolo também foi estruturada com base na análise e síntese de dados extraídos de uma revisão da literatura, incluindo documentos orientadores, como portarias, protocolos, manuais do Ministério da Saúde, boletins epidemiológicos, além de diretrizes da ONU e da OPAS. **Resultados:** Este protocolo de enfermagem tem como propósito ampliar a resolutividade do serviço de saúde prisional e fortalecer a autonomia do(a) enfermeiro(a) na prevenção e assistência às infecções e doenças transmissíveis. Ao padronizar as condutas de enfermagem no acompanhamento e atendimento às PPL com tuberculose (TB), vírus da imunodeficiência humana (HIV) e/ou coinfeção HIV/TB, busca-se oferecer ações integradas de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com a Lei Orgânica da Saúde. Além de qualificar a assistência direta, o protocolo orienta práticas de acolhimento, diagnóstico oportuno e manejo clínico, contribuindo para o aprimoramento das estratégias de cuidado e para a efetivação de ações de enfermagem voltadas à promoção da saúde no sistema prisional de Santa Maria. **Conclusão:** A elaboração de um protocolo de enfermagem, visa fortalecer e promover a autonomia do profissional de enfermagem, promovendo intervenções mais eficazes, seguras e humanizadas. Além disso, contribui para o cuidado prestado às pessoas privadas de liberdade, reafirmando o compromisso com os princípios do SUS e garantindo o direito ao acesso universal à saúde. Portanto, a construção e implementação desse protocolo representa um avanço na política de saúde prisional, reiterando o compromisso com a justiça social, os

direitos humanos e a promoção da saúde.

Palavras-chave: Doenças Transmissíveis, Processo de Enfermagem, Saúde Pública

OFICINA DE SUSTENTABILIDADE: AMARRANDO POSSIBILIDADES

Mircele Massirer Rodrigues da Silva¹; Luciana Dimperio¹; Cristian Ericksson Colovini¹; Marina Giacomini Pozzer¹; Cássia Cilene Saldanha da Silveira¹; Tiessa Kulmann Werlang¹; Maitê Tonelotto Reimundo²; Daniela Quoos²; Taynara de Castro Bastos²

¹Polícia Penal / Penitenciária Estadual de Santa Maria;

²Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

mimassirer@gmail.com

Justificativa e objetivos: O trabalho prisional, previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), é uma das principais ferramentas de ressocialização, pois contribui para a disciplina, o desenvolvimento de habilidades e a preparação para o retorno à vida em sociedade. Nesse contexto, atividades artístico-culturais e artesanais assumem papel relevante ao possibilitar a expressão criativa, o fortalecimento da autoestima e a construção de vínculos sociais positivos. Quando associadas à sustentabilidade, essas práticas ampliam seus benefícios, ao mesmo tempo em que promovem consciência ambiental e reaproveitamento de resíduos. Considerando esses aspectos, a Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM) implementou a oficina *Amarrando Possibilidades*, cujo objetivo é ampliar as ações de tratamento penal por meio da confecção de tapetes artesanais com materiais reutilizáveis, estimulando a ressocialização, o aprendizado coletivo e a responsabilidade socioambiental. **Métodos:** A oficina é oferecida quinzenalmente a pessoas privadas de liberdade, previamente selecionadas de acordo com critérios estabelecidos pela equipe técnica da penitenciária. As atividades são coordenadas por profissionais da área técnica e utilizam materiais reaproveitados, como sacos de batata e cebola, além de retalhos de tecidos doados por costureiras e malharias locais. O processo é conduzido de forma colaborativa, permitindo que os participantes desenvolvam técnicas manuais, experimentem diferentes formas de expressão artística e trabalhem coletivamente na produção de peças artesanais. A metodologia busca unir os princípios da educação não formal com práticas de sustentabilidade, reforçando tanto a dimensão social do trabalho quanto sua função educativa. **Resultados:** As oficinas possibilitam a produção de tapetes artesanais sustentáveis, contribuindo para a redução de resíduos na unidade prisional e para o fortalecimento de práticas alinhadas à consciência ambiental. Além disso, observaram-

TRABALHOS

se efeitos positivos no engajamento dos participantes, na elevação da autoestima, na aquisição de novas habilidades manuais e na valorização do trabalho coletivo. A experiência favorece ainda a criação de um ambiente de cooperação e solidariedade, fortalecendo as relações interpessoais e ampliando o sentido de pertencimento ao grupo. O caráter sustentável do projeto estimula a reflexão sobre consumo, reaproveitamento e responsabilidade ambiental, aproximando os internos de debates contemporâneos e socialmente relevantes. **Conclusões:** A oficina *Aarrando Possibilidades* mostra-se uma prática eficaz no âmbito do tratamento penal, ao integrar arte, trabalho e sustentabilidade em um mesmo processo educativo e terapêutico, a favor da ressocialização. A iniciativa reforça a importância do artesanato como meio de transformação pessoal, inclusão social e preservação ambiental, destacando-se como estratégia inovadora e replicável em outras unidades prisionais. Ao promover a expressão criativa, a consciência ambiental e a valorização da dignidade humana, o projeto contribui para uma abordagem mais ampla e humanizada do cumprimento da pena, em consonância com os princípios da Lei de Execução Penal e com políticas públicas de promoção da cidadania e da sustentabilidade.

Palavras-chave: Prisioneiros, Trabalho, Responsabilidade Ambiental.

CUIDAR ALÉM DAS GRADES: EXPERIÊNCIA DE CUIDADO À MULHER PRIVADA DE LIBERDADE

Manuella da Silva Silva¹; Caroline da Silva Soares²;
Gabriele de Canes Garcia¹; Clarissa Fialho Hartmann³;
Mauren Lúcia Braga Araújo¹; Susane Graup¹; Mauren Assis de Souza¹

¹ Universidade Federal do Pampa, RS

² Unidade Básica de Saúde Prisional, Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Uruguai, RS

³ Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, RS
manuellasilva.aluno@unipampa.edu.br

Justificativa e Objetivos: A população feminina privada de liberdade representa um grupo socialmente vulnerável, exposto a condições que frequentemente intensificam problemas de saúde física e, sobretudo, de saúde mental. O ambiente carcerário é marcado por fatores como a superlotação, o afastamento da família e da comunidade, a ruptura de vínculos afetivos e sociais, além do estigma. Todos esses elementos contribuem para o aumento dos índices de ansiedade, estresse, depressão e sofrimento psíquico. Nesse contexto, torna-se imprescindível a implementação de estratégias de cuidado humanizado, que

ultrapassem a lógica biomédica e promovam a integralidade da atenção à saúde. As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), entre elas a auriculoterapia, configuram-se como ferramentas potentes para promover o alívio de sintomas emocionais e físicos, ampliar o bem-estar e contribuir para a ressignificação do processo de cuidado. Diante disso, este trabalho tem como objetivo descrever a experiência da aplicação da auriculoterapia junto a mulheres privadas de liberdade, destacando seus impactos no cuidado em saúde mental. **Método:** A proposta está sendo implementada em uma penitenciária modulada estadual do interior do Rio Grande do Sul, por meio de um projeto de extensão em saúde, parceria entre a Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Pampa e a Unidade Básica de Saúde Prisional (UBS). As participantes são convidadas de forma voluntária, após sensibilização coletiva sobre a prática, e os atendimentos ocorrem individualmente, em espaço disponibilizado pela UBS. A técnica utilizada é a auriculoterapia ocidental com sementes de mostarda, aplicadas em pontos auriculares específicos relacionados a quadros de depressão, ansiedade, estresse, e dores físicas, de acordo com a literatura especializada. Cada encontro é planejado para incluir um momento de acolhimento e anamnese inicial, seguido da aplicação da técnica e registro em diário de campo das percepções e reações observadas. **Resultados:** Embora os resultados ainda sejam parciais, já é possível observar a receptividade das mulheres diante da proposta, com relatos iniciais de interesse, curiosidade e expectativas positivas em relação aos efeitos da prática. Espera-se que, ao longo do processo, a auriculoterapia favoreça a redução de sintomas de ansiedade e estresse, e depressão e o alívio de dores físicas, além de promover espaços de escuta e vínculo que fortalecem o cuidado humanizado. Pretende-se também analisar se a prática pode contribuir para diminuir a procura por atendimentos ambulatoriais decorrentes de queixas emocionais, aliviando a demanda sobre os serviços de saúde no contexto prisional. **Conclusão:** Conclui-se que a auriculoterapia se mostra uma estratégia promissora, de baixo custo e fácil aplicação, com potencial de favorecer a saúde mental e o bem-estar de mulheres em privação de liberdade. Além dos benefícios esperados, a experiência em desenvolvimento evidencia a relevância de inserir as PICS como recurso de humanização do cuidado no ambiente prisional, reconhecendo as mulheres privadas de liberdade como sujeitos de direitos e fomentando políticas que ampliem o acesso a práticas de saúde integrais, dignas e transformadoras.

Palavras-Chave: População Privada de Liberdade, Práticas de Saúde Integrativas e Complementares, Saúde Mental.

TRABALHOS

VOZES SILENCIADAS, CORPOS ESCUTADOS: AURICULOTERAPIA E SAÚDE MENTAL DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Caroline da Silva Soares¹; Manuella da Silva Silva²; Clarissa Fialho Hartmann³; Gabriele de Canes Garcia²; Mauren Lúcia Braga Araújo²; Susane Graup²; Verónica Alejandra Riquelme Martínez¹; Mauren Assis de Souza²

¹ UBS Prisional, Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Uruguaiana, RS

² Universidade Federal do Pampa, RS

³ Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, RS
eucarollsoares@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: A saúde mental de mulheres em privação de liberdade requer uma delicada atenção, especialmente diante da alta incidência de encarceramentos associados ao uso de drogas. Muitas mulheres que hoje se encontram em privação de liberdade, já enfrentavam vulnerabilidades sociais antes do encarceramento, como pobreza, violência e exclusão. Isso contribuiu para que a totalidade de mulheres que, até o momento, passaram por atendimento psicológico em uma penitenciária modulada estadual localizada no interior do Rio Grande do Sul, tenham relatado terem sido usuárias de substâncias psicoativas. O ambiente prisional, por trazer estigmas e condições, muitas vezes inadequadas de tratamento, pode ser visto como um agravante nos casos de ansiedade e depressão. É a partir de uma perspectiva de promoção de saúde e diminuição dos sintomas de ansiedade destas mulheres que surge o projeto de auriculoterapia, que é reconhecida dentro das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). O objetivo deste trabalho é relatar as experiências observadas nos atendimentos de auriculoterapia, com mulheres privadas de liberdade usuárias de drogas que apresentam sintomas de ansiedade. **Método:** Esta proposta, de abordagem qualitativa, está sendo realizada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) Prisional, com cinco mulheres em privação de liberdade que fizeram uso de substâncias psicoativas. As participantes são internas que já estavam em acompanhamento psicológico na instituição e apresentam sintomas de ansiedade. Este projeto é uma parceria entre a UBS Prisional e a Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Pampa. Assim, ao término do atendimento individual em psicologia, é realizada uma breve explicação sobre a prática de auriculoterapia e o convite de participação. A partir do aceite por parte da mulher convidada, dá-se início, de forma voluntária, ao atendimento. Estes ocorrem de

forma individual, na sala de atendimento da profissional de Psicologia na UBS Prisional, e são realizados por duas residentes em Saúde Mental. Para a realização da prática, é realizada a técnica de auriculoterapia ocidental, com sementes de mostarda, que são aplicadas em pontos auriculares específicos, vinculados aos sintomas trazidos pelas participantes, que em sua maioria apresentam quadros de ansiedade, depressão e dores físicas. **Resultados:** Os atendimentos em auriculoterapia realizados até o momento, revelam total aceitação por parte das mulheres participantes. Além disso, pode-se perceber a criação de vínculo e a importância do espaço como ferramenta terapêutica, onde está sendo possível, a partir da escuta e acolhimento, garantir o acesso das mulheres em privação de liberdade ao atendimento psicossocial. Relatos frequentes manifestam sentimentos de alívio dos sintomas emergentes, reforçando laços de confiança durante os atendimentos. Muitas mulheres expressam que nunca haviam tido acesso às PICS e apontam a iniciativa como um momento de cuidado diferenciado. **Conclusão:** A prática com a auriculoterapia evidencia seu potencial eficaz na promoção da saúde e bem-estar de mulheres em situação de cárcere, oferecendo uma intervenção simples, segura e humanizada. Ao favorecer a redução de sintomas físicos e emocionais, contribui para um cuidado integral, alinhado às demandas dessa população, e reforça o papel das práticas integrativas na construção de uma atenção prisional mais digna e de qualidade.

Palavras-chave: Atenção Integral à Saúde da Mulher, Pessoas Privadas de Liberdade, Usuário de Drogas.

ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL: A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO DIRETAMENTE OBSERVADO

Mariana Braga da Silva Lopes¹; Letícia Prescendo²; Giovana Louise Rossato²; Rejane Louise de Lima Bastos²; Laura Moura Sestari²; Márcia Gabriela Rodrigues de Lima³; Julia Zancan Bresolin⁴

¹Residência Multiprofissional em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família, Universidade Federal de Santa Maria, RS

²Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia, Universidade Franciscana, Santa Maria, RS

³Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria, RS

⁴Hospital Universitário de Santa Maria, RS
maibragasilva@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A tuberculose (TB) é uma doença infecciosa que representa um desafio à saúde pública, sob-

TRABALHOS

etudo em ambientes com condições de reclusão, como é o caso dos sistemas prisionais. As condições de superlotação, má ventilação e fragilidade no acesso à saúde favorecem a rápida disseminação do *Mycobacterium tuberculosis*, favorecendo o risco de surtos. Em razão disso, o Tratamento Diretamente Observado (TDO) que é a supervisão direta da ingestão dos medicamentos e que se faz uma estratégia necessária para garantir a adesão ao tratamento, reduz o risco de abandono ao tratamento e no controle da transmissão da doença. Este trabalho tem como objetivo enfatizar a importância do TDO na saúde prisional, destacando o papel essencial dos profissionais de saúde, com ênfase no enfermeiro, no êxito do tratamento e na prevenção da tuberculose entre os apenados. **Método:** Este trabalho se trata de um relato de experiência vivenciado por enfermeiras residentes do Programa de Residência em Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia e da Residência Multiprofissional em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família, atuando juntamente com uma Equipe de Atenção Primária Prisional. A experiência ocorreu entre os meses de março de 2024 a março de 2025, em um presídio localizado em Santa Maria, RS. **Resultados:** O TDO no ambiente prisional mostrou-se uma estratégia eficaz na garantia da adesão dos apenados ao tratamento da tuberculose, com visível diminuição do risco de disseminação da TB dentro das celas e do nível de abandono do tratamento. A supervisão da ingestão da medicação três vezes na semana ou diariamente permite detectar precocemente reações adversas, ajustar ou modificar o tratamento conforme sinais e sintomas. Todos os profissionais da equipe de saúde podem realizar o TDO, mas a atuação do profissional enfermeiro se destaca nesse processo, por estar diretamente envolvida no acompanhamento clínico, no registro de doses, nas orientações sobre os efeitos colaterais, na importância do tratamento e na articulação enquanto equipe multiprofissional. Além disso, o enfermeiro contribui para o fortalecimento do vínculo dos apenados com o serviço de saúde, promovendo a adesão consciente do tratamento não apenas por obrigação. Observou-se que quanto o TDO é realizado de maneira sistêmica e humanizada, há menor incidência na taxa de retratamento por abandono e de casos novos. **Conclusão:** A implementação do TDO no sistema de saúde prisional é necessária para o controle da tuberculose, evitando assim sua propagação no ambiente carcerário, que por si só, já se mostra vulnerável. A supervisão direta durante a administração da medicação garante o seu uso correto evitando a evolução da doença para formas resistentes. Nesse contexto, o enfermeiro se faz como mediador tanto para a cura do paciente como para a proteção coletiva de todos os apenados e servidores que atuam juntamente à unidade prisional. O incentivo e investimento em capacitações para todos os profis-

sionais sobre a prática do TDO é fundamental e consequentemente efetivo no combate à tuberculose no sistema prisional. **Palavras-chave:** Doenças Transmissíveis, Pessoas Privadas de Liberdade, Tuberculose.

TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL: RECURSO AUDIOVISUAL COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Laura Moura Sestari¹; Luis Henrique Machado de Melo²; Márcia Gabriela Rodrigues de Lima³

¹Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com Ênfase em Infectologia e Neurologia, Universidade Franciscana, Santa Maria, RS

²Departamento de Psicologia, Universidade Franciscana, Santa Maria, RS

³Secretaria de Município de Saúde, Santa Maria, RS
lauramsestari@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A tuberculose (TB) permanece como uma das principais doenças infecciosas de relevância mundial e nacional, sendo agravada por fatores sociais e estruturais que favorecem sua disseminação. No Brasil, estima-se que cerca de 40% dos casos tenham origem em ambientes prisionais, marcados pela superlotação, ventilação inadequada e acesso limitado a serviços de saúde. Nesse contexto, a população privada de liberdade encontra-se em elevada situação de vulnerabilidade, e os profissionais que atuam nesses espaços desempenham papel central no reconhecimento precoce, prevenção e manejo dos casos suspeitos. Diante dessa realidade, o presente relato de experiência tem como objetivo descrever a produção de um material audiovisual educativo sobre tuberculose, desenvolvido para conscientizar profissionais de um presídio da região central do Rio Grande do Sul RS, a fim de fortalecer as estratégias de prevenção, biossegurança e promoção da saúde no ambiente prisional. **Método:** Foi elaborado um vídeo educativo de curta duração (2 minutos), com legendas, linguagem acessível e trilha sonora, contendo informações epidemiológicas, sinais e sintomas da TB (tosse persistente, febre, emagrecimento acentuado e sudorese noturna), medidas de biossegurança (uso de máscara N95, importância da vacinação BCG) e orientações específicas para o manejo em ambiente prisional (não fechamento de janelas, identificação ativa de indivíduos sintomáticos). O material foi produzido por uma residente multiprofissional em Atenção Clínica com ênfase em Infectologia e Neurologia, em parceria com um acadêmico de Psicologia da Universidade Franciscana de Santa Maria (UFN), voltado para a equipe multiprofissional de uma instituição prisional local. **Resultados:** O vídeo foi disponibilizado aos profissionais da unidade prisional, favorecendo a transmissão rápida e

TRABALHOS

objetiva de informações essenciais sobre a tuberculose. A estratégia audiovisual possibilitou maior engajamento dos trabalhadores, ao conjugar clareza, síntese e elementos visuais atrativos, estimulando reflexões acerca da prática cotidiana no cuidado com a população privada de liberdade. O material foi bem recebido, sendo reconhecido como ferramenta útil para subsidiar ações de prevenção, orientar condutas de biossegurança e contribuir para a vigilância ativa de sintomas respiratórios no cárcere. **Conclusão:** A experiência demonstrou que a utilização de vídeos educativos breves constitui uma estratégia efetiva para a educação permanente em saúde, especialmente em contextos de vulnerabilidade e restrição de acesso à informação, como o sistema prisional. A ação reafirma a importância da inovação em metodologias de ensino-aprendizagem, ampliando as possibilidades de intervenção junto a profissionais de saúde em espaços de privação de liberdade. Além disso, evidencia o potencial das iniciativas acadêmicas e de residência multiprofissional em fortalecer a formação crítica e socialmente comprometida dos futuros profissionais de saúde.

Palavras-chave: Pessoas Privadas de Liberdade, Tuberculose, Vídeos Educativos.

PERSPECTIVAS ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ANTIMANICOMIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA PRISIONAL

Fernanda Facchin Fioravanzo

Justificativa e Objetivos: Em 15 de fevereiro de 2023, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a Resolução Nº 487 com o escopo de implementar a Lei Nº 10.2016, de 6 de abril de 2001, estabelecendo diretrizes para a consolidação da Política Antimanicomial e a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência no âmbito da execução das medidas de segurança e do processo penal. Destaca-se que até dezembro de 2022 havia um total de 2.932 pessoas cumprindo medida de segurança no país e, destas, 71% estavam em regime de internação em hospitais psiquiátricos e 29% recebendo atendimento ambulatorial. A partir da vigência da resolução passa a vigorar a articulação interinstitucional do Poder Judiciário com as redes de atenção em saúde em todas as fases do cumprimento de pena, redirecionando o cuidado em saúde mental para os serviços de base comunitária e não mais por meio da institucionalização das pessoas sob custódia do Estado em institutos psiquiátricos forenses. **Método:** Nesta pesquisa é proposta a análise documental de legislações como a Lei

Nº 10.2016, de 6 de abril de 2001; a Portaria Interministerial Nº 1 em 2 janeiro de 2014; e a Resolução do Conselho Nacional de Justiça Nº 487, de 15 de fevereiro de 2023, bem como de Relatórios de Informações Penitenciárias lançados pelo Sistema Nacional de Informações Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A discussão dos resultados está amparada na revisão de bibliografias científicas por meio do cruzamento de dados qualitativos e quantitativos em vias de compreender as legislações vigentes no âmbito das políticas públicas de saúde prisional, mais especificamente em relação à saúde mental. **Resultados:** Em todo o território nacional atualmente há 1.387 estabelecimentos prisionais estaduais e federais que acolhem pessoas em celas físicas cumprindo os regimes fechado ou semiaberto ou em prisões preventivas, provisórias ou temporárias. Em contrapartida, há apenas 588 unidades básicas de saúde prisional implementadas dentro das premissas previstas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, instituída pela Portaria Interministerial Nº 1 em 2 janeiro de 2014. Ainda que as equipes de saúde sejam formadas por profissionais assistentes sociais, auxiliares em saúde bucal, dentistas, enfermeiros, técnicos em Enfermagem, médicos e psicólogos com carga horária mínima de 20 horas/semanais, a ausência de cobertura deste serviço em 58% das unidades prisionais do país impacta na subnotificação dos agravos em saúde, circunstância que é estendida às pessoas com sofrimento mental em reclusão. **Conclusão:** Destaca-se a necessidade de avaliações mais precisas e regulares acerca da saúde mental das pessoas em reclusão, bem como a capacitação dos servidores dos estabelecimentos prisionais nesta perspectiva. Há imprescindibilidade de integração dos profissionais que atuam intramuros com a rede de atenção psicossocial e a rede de saúde como um todo. O cuidado em saúde mental das pessoas em reclusão no sistema prisional é um problema complexo e multifacetado que requer medidas integradas em uma abordagem interdisciplinar. Este estudo aborda a questão de forma ampla a partir de dados nacionais e para uma melhor avaliação das políticas públicas de saúde mental implementadas até o momento são necessários levantamentos de dados locais a partir das práticas implementadas em territórios específicos. **Palavras-chave:** Cuidado em Saúde, Saúde Mental, Sistema Prisional.

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA TUBERCULOSE NO SISTEMA

TRABALHOS

PRISIONAL DE GOIÁS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Izabella Mendonça Regis¹; Lia Gonçalves Possuelo²; Marcos André de Matos¹; Milena Mantelli Dall' Soto²; Karine Zenatti Ely³; Roxana Isabel Cardozo Gonzales¹

¹Universidade Federal de Goiás – UFG – Goiânia/GO/Brasil

²Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul/RS/Brasil

³Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC - Santa Cruz do Sul/RS/BRASIL, Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul
izabellamendonca@discente.ufg.br

Justificativa e Objetivos: As pessoas privadas de liberdade apresentam elevado risco de adoecimento devido à alta prevalência de doenças infecciosas, especialmente a tuberculose (TB), nas unidades prisionais. Essa condição impacta também os profissionais que atuam nesse contexto. A Educação Permanente em Saúde (EPS) configura-se, portanto, como estratégia essencial e política pública fundamental, ao promover aprendizagens significativas para o desenvolvimento dos trabalhadores penitenciários. O objetivo deste relato é demonstrar a importância da EPS no âmbito prisional do Estado de Goiás e o potencial transformador de práticas decorrentes dessa iniciativa. **Método:** Trata-se de um relato de experiência de EPS realizado no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia (GO). A partir da identificação das potencialidades e fragilidades em relação ao conhecimento referente às políticas de controle da TB na unidade (diagnóstico situacional), planejaram-se ações de EPS contemplando atividades teóricas, dialógicas, reflexivas e práticas. Foi apresentado estudo de caso relevante e compatível com a vivência diária dos profissionais, roda de conversa que possibilitou trocas entre os diferentes atores e jogos interativos que demonstraram a preponderância do trabalho em equipe. Foram envolvidos 5 profissionais da Atenção Primária Prisional, 8 trabalhadores da segurança, 5 gestores da unidade e da Secretaria Estadual de Saúde, 1 representante da igreja, 1 representante da comunidade, 2 privados de liberdade e 7 alunos da graduação e pós-graduação. Ao final, aplicou-se um questionário de avaliação para analisar a efetividade da proposta e identificar oportunidades de aprimoramento. **Resultados:** A experiência de EPS na unidade prisional revelou-se efetiva em virtude das estratégias implementadas (apresentação de caso clínico, comunicação eficaz e interação entre os diferentes atores), o que possibilitou reflexões sobre as especificidades do sistema prisional. Emergiram temas relacionados a prevenção da doença durante as escoltas e consultas; quais os métodos de detecção da TB; como lidar com sintomáticos respiratórios no ambiente prisional, a preponderância do uso de EPI's e as dificuldades que envolvem cada profissão.

O processo oportunizou o compartilhamento de saberes e estratégias para lidar com as singularidades desse cenário, fortalecendo a integração entre saúde e segurança. **Conclusão:** Diferentemente de treinamentos de equipes de forma "individual", a EPS permitiu o envolvimento ativo dos participantes em uma experiência inédita no estado, o que possibilitou a troca de vivências e contribuições práticas que sustentam mudanças concretas na atenção à saúde da população privada de liberdade. A abordagem de temas como detecção e prevenção da tuberculose no sistema prisional fortaleceu os trabalhadores e evidenciou a relevância da Educação Permanente em Saúde como estratégia transformadora nas prisões do Estado de Goiás.

Palavras-chave: Tuberculose, Trabalhadores Penitenciários, Educação Permanente em Saúde.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL DO PARAGUAI: LINHA DE BASE PARA A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Patricia Rios¹; Gladys Estigarribia²; Karine Ely³; Milena Mantelli¹; Eduarda Boeira¹; Julieta Mendez²; Igor Marcet⁴; Lia Gonçalves Possuelo¹

¹Universidade de Santa Cruz Do Sul – UNISC, Br

²Instituto Regional de Investigação em Saúde -UNCA, Py

³Secretaria Estadual da Saúde, RS - Br

⁴Faculdade de Ciências Médicas – UNA, Py

patriciariosmujica@gmail.com

Justificativa e Objetivos: A superlotação carcerária no Paraguai, com uma taxa de ocupação de 175%, cria um ambiente crítico para a transmissão da tuberculose (TB), ameaçando a saúde pública. Este trabalho apresenta os resultados da primeira etapa do projeto "Quebrando Barreiras", cujo objetivo foi estabelecer uma linha de base sobre as condições estruturais, os recursos existentes e as capacidades dos profissionais para o controle da TB nas prisões do país, a fim de identificar as lacunas críticas que devem ser abordadas por uma estratégia de Educação Permanente em Saúde (EPS). **Método:** Foi realizado um estudo descritivo e transversal nos departamentos de Alto Paraná e Capital. Foi aplicado um questionário estruturado a 355 trabalhadores do sistema prisional, abrangendo unidades-chave como a Penitenciária Nacional de Tacumbú. A amostra incluiu profissionais de saúde (27,25%) e diretores e pessoal de segurança (71,35%), e foi composta majoritariamente por homens (64,89%). O instrumento foi desenhado para avaliar o perfil sociodemográfico do pessoal, as condições de infraestrutura e biossegurança, e os conhecimentos, atitudes e práticas (CAP) em relação à TB. **Resultados:**

TRABALHOS

tados: O diagnóstico estrutural confirmou que a superlotação é um problema sistêmico, reconhecido por 100% dos diretores, e que 66,67% das prisões carecem de ventilação suficiente. Foram identificadas lacunas críticas na formação do pessoal, com 66,80% dos agentes de segurança relatando não ter recebido treinamento adequado sobre TB e 70,90% indicando não dispor de máscaras suficientes. A autoavaliação de conhecimentos revelou que 45,13% do pessoal se sente pouco preparado para lidar com a doença. Apesar disso, a atitude é favorável, já que 74,77% consideram importante o controle da TB e 94,69% estão dispostos a participar de programas de educação permanente. O pessoal demanda explicitamente "mais capacitação", "melhores protocolos" e a criação de "espaços de isolamento" para os pacientes. **Conclusão:** Este diagnóstico fornece evidências fundamentais sobre as barreiras enfrentadas pelo controle da TB no sistema prisional paraguaio, que vão além das deficiências estruturais como a superlotação. Os achados estabelecem uma linha de base clara, demonstrando lacunas críticas na capacitação e nos protocolos de biossegurança percebidas pelos próprios atores. Estes resultados validam a necessidade e a pertinência de desenhar e implementar um programa de Educação Permanente em Saúde, focado em fechar as lacunas de conhecimento e práticas aqui identificadas.

Palavras-chave: Educação em Saúde, Prisões, Tuberculose.

MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: TRAJETÓRIAS DE VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES ANTES E DURANTE O ENCARCERAMENTO

Jaqueline Arboit¹; Marta Cocco¹; Prinstainá dos Santos Rocha²

¹ Universidade Federal de Santa Maria, RS

² Centro de Referência de Assistência Social de Pontão, RS
jaqueline.arboit@hotmail.com

Justificativa e Objetivos: O encarceramento feminino é um fenômeno social permeado por desigualdades históricas, sociais e territoriais. No Brasil, as trajetórias de mulheres privadas de liberdade são marcadas por experiências prévias de violência, exclusão social e restrição de direitos básicos, que se intensificam com o ingresso no sistema prisional onde condições institucionais e estruturais precárias tendem a reproduzir tais situações. Diante disso, este estudo objetivou analisar as trajetórias de mulheres privadas de liberdade em unidades prisionais do Rio Grande do Sul, evidenciando como marcadores sociais de gênero, raça e classe condicionam ex-

periências de violência antes e durante o encarceramento.

Métodos: Estudo exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa, ancorado no referencial metodológico da História Oral, vinculado ao projeto "Trajetórias de vida, vulnerabilidades e saúde de pessoas privadas de liberdade: dinâmicas, organizações e movimentos do/no contexto prisional", financiado pela FAPERGS (Edital nº 08/2023). A coleta de dados ocorreu entre abril e novembro de 2024, em três unidades prisionais do Rio Grande do Sul. Participaram 11 mulheres privadas de liberdade do regime fechado, maiores de 18 anos e em reclusão há pelo menos 30 dias. A geração de dados se deu por entrevistas a partir de roteiro semiestruturado voltado à caracterização social, familiar e pessoal e às narrativas de vida. As entrevistas foram analisadas pela análise de conteúdo temática. O estudo seguiu as diretrizes éticas, com aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa e assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. **Resultados:** A análise revelou que as trajetórias das mulheres privadas de liberdade são atravessadas por múltiplas formas de violência que se manifestam de maneira contínua e intergeracional. Desde a infância, emergem experiências de negligência, abandono e abuso, que fragilizam vínculos familiares e comunitários e produzem efeitos cumulativos ao longo da vida. Essas marcas se prolongam na vida adulta por meio de relacionamentos abusivos, inserção precária e desvalorizada no mercado de trabalho, além do envolvimento em atividades ilícitas como estratégia de sobrevivência diante da ausência de alternativas socioeconômicas. Evidencia-se que, antes mesmo da privação de liberdade, os marcadores sociais de gênero, raça e classe já operavam como determinantes de desigualdade, limitando o acesso a direitos, oportunidades e recursos. No espaço prisional, essas vulnerabilidades e se reatualizam na forma de violência institucional, como assistência à saúde insuficiente, superlotação, precariedade estrutural, escassez de recursos materiais e humanos e estigmatização social. Essas condições revelam que o cárcere, longe de representar ruptura ou possibilidade de ressocialização, configura-se como extensão das violências já vividas no meio social, atravessada pelos marcadores sociais. O encarceramento feminino em contextos de forte vulnerabilidade social não inaugura trajetórias de exclusão, mas funciona como mecanismo que as intensifica e legitima, operando como expressão de um sistema punitivo seletivo que incide de forma desproporcional sobre mulheres pobres, negras e periféricas. **Conclusão:** O encarceramento feminino perpetua ciclos de violência e desigualdades, sinalizando a necessidade de políticas públicas interseccionais que promovam saúde, educação e reinserção social.

Palavras-chave: Mulheres, Encarceramento, Violência.